



FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Lei de licitação nº 14.133/2021

Área Requisitante:

EDEPE

Responsável pela demanda:

Érica Leoni Ebeling – Defensora Pública

Objeto:

Contratação da/o palestrante **Luciana Gross Siqueira Cunha** para o “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”.

Quantidade:

Tempo de Contratação: 1 hora

Justificativa:

A contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Esse encontro é de grande relevância para a instituição, pois nele são apresentados projetos e discutidas estratégias para a implementação das ações da Escola de Governo da Defensoria Pública em todo o estado.

A contratação está relacionada ao evento objeto do processo SEI nº 2026/0029534

Estimativa preliminar do valor da contratação:

Valor total estimado - R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

Data pretendida para a conclusão da contratação:

05/10/2026

Previsão de prazo de execução, após celebração do contrato:

06/10/2026

Grau de prioridade da contratação:

médio

Vinculação ou dependência com outro DFD:

A execução deste DFD possui dependência com a contratação dos outros palestrantes do evento, conforme autorizados no processo SEI 2026/0029534.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 24/09/2026, às 15:09, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2059983** e o código CRC **67EB792E**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033849

SACL EDEPE - 2059983v2

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE AÇÃO EDUCACIONAL

LEIA O TUTORIAL ANTES DE COMEÇAR

Importante: caso a ação educacional seja destinada **exclusivamente** a estagiários/as, não utilize este formulário.

Para essa demanda, preencha o formulário específico disponível [neste link](#)

1. Identificação e Responsabilidades

Nome do/a Defensor/a Público/a responsável:	Érica Leoni Ebeling
Nome do/a coordenador/a da ação educacional:	A mesma
Cargo:	Defensora Pública
Unidade/Regional/Núcleo:	Edepe
Telefone:	

2. Informações sobre a Ação Educacional

2.1. Informações gerais

Nome da Ação Educacional:	II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe
Formato:	() Palestra () Debate () Curso () Oficina (x) Seminário () Congresso () Outro:

Justificativa:	Esse encontro é de grande relevância para a instituição, pois nele são apresentados projetos e discutidas estratégias para a implementação das ações da Escola de Governo da Defensoria Pública em todo o estado.
Data(s):	05 e 06/10/2026
Horário(s):	8h30 às 18h
Local:	Auditório “Ministro Genésio de Almeida Moura”, do Tribunal de Contas do Estado
Número estimado de participantes:	50
Modalidade:	☒ Presencial ☐ Virtual ☐ Híbrido (somente capital)
Abrangência:	☐ Apenas para Unidade do/a solicitante ☐ Apenas para Regional do/a solicitante ☒ Estadual ☐ Nacional ☐ Internacional

2.2. Área(s) temática(s) – pode assinalar mais de uma opção

☐ Criminal	☐ Família	☐ Cível
☐ Soluções extrajudiciais	☐ Fazenda Pública	☐ Execução Penal
☐ Infância Cível	☐ Infância Infracional	☐ Violência Doméstica contra a Mulher
☐ Júri	☐ População em Situação de Rua	☐ Direitos Humanos
☐ Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres	☐ Igualdade Racial	☐ Habitação e Urbanismo
☐ Meio Ambiente	☐ Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais	☐ Diversidade Sexual e de Gênero
☐ Direitos da Pessoa Idosa	☐ Direitos da Pessoa com Deficiência	☐ Atuação em Segunda Instância e Tribunais Superiores

() Assistência Social	() Atendimento ao público	(x) Gestão
() Tecnologia e sistemas	() Direito do Consumidor	
() Outros (Especificar):		
Observações:		

2.3. Público-alvo

Público interno	Quantidade de pessoas que receberão a capacitação	Especialidade (se houver)	Precisa de afastamento pelo CSDP? (marcar com "X")
Defensores/as Públicos/as	50		
Agentes de Defensoria			
Oficiais de Defensoria			
Servidores/as comissionados/as			
Estagiários/as			
Público externo	Quantidade de pessoas que receberão a capacitação	Especialidade (se houver)	
Público em geral			

2.4. Transmissão (marcar com "X")

Deseja que o evento seja transmitido ao vivo pelo canal da EDEPE no YouTube ou pela plataforma Microsoft Teams?	
--	--

3. Estrutura

Os **quantitativos dos itens indicados abaixo** serão definidos pela EDEPE a partir da análise das informações enviadas pelo/a solicitante.

3.1. Materiais gráficos disponibilizados pela EDEPE

Item	Necessário? (marcar com "X")	Observações
Elaboração de cartaz para divulgação <i>on-line</i>	x	
Impressão do cartaz de divulgação em tamanho A3		
Impressão do cartaz em tamanho A4 (programação entregue no dia do evento p/ todos/as participantes)	x	
Crachá de identificação	x	
<i>Banner</i>	x	
Divulgação nas redes sociais da EDEPE	x	

3.2. Materiais gráficos disponibilizados pela EDEPE

Item	Necessário? (marcar com "X")	Observações
Bloco de anotações	x	
Emissão de certificados pela EDEPE	x	

3.3. Materiais e equipamentos de audiovisual disponibilizados pela EDEPE

Item	Necessário? (marcar com "X")	Observações
Microfones		
Caixa de som		
Projektor		
Tela de projeção		
3.4. Outros materiais		
Atualmente, a EDEPE não dispõe de outros itens além dos descritos nas seções anteriores. Ainda assim, o/a solicitante pode indicar, neste campo, outros materiais que considere relevantes para a ação educacional.		
Item	Justificativa	
3.5. Serviços		
Item	Necessário? (marcar com "X")	Observações
<i>Coffee break</i>	sim	Dia 5/10: 8h30 e 15h Dia 6/10: 8h30 e 15h
Tradutor/a		Informar o idioma:
Cerimonial de abertura*		

*O cerimonial de abertura é uma solenidade protocolar realizada somente em **eventos com abrangência internacional, nacional ou estadual** e que contemplem a **presença de autoridades político-institucionais**.

3.6. Outros serviços

O/a solicitante pode indicar, neste campo, outros materiais que considere relevantes para a ação educacional.

Serviço	Justificativa

4. PROGRAMAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL (como deve constar no cartaz)

*Sugere-se que seja ponderada a **diversidade de gênero e raça** na composição da programação*

4.1. Professores/as e palestrantes internos/as

Nome completo	Cargo	hora/aula	Passagem aérea?	Diária (se o caso)	Necessidade de afastamento pelo CSDP? (marcar com "X")

4.2. Professores/as e palestrantes externos/as remunerados

Preenchimento obrigatório pelo/a professor/a e/ou palestrante com **antecedência mínima de 30 dias da data da realização da ação formativa:**

https://forms.cloud.microsoft/pages/responsepage.aspx?id=Wp7Pxq7WcU-IdcMPv9mAfXzkmhl7N_BLpBqOzQEsLohUMkY0WVU3NDNVUVpPUDA3TFoxN0ILQjRDVCQIQCN0PWcu&route=shorturl

Nome completo	Carga horária (em horas)	Necessidade de traslado?	Necessidade de passagem aérea?	Necessidade de hospedagem?
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
--	--	-----------------	-----------------	-----------------

Caso o/a palestrante não possua titulação acadêmica, deverá ser detalhada abaixo a experiência profissional ou prática relevante que fundamente sua indicação para ministrar a aula ou palestra:

Nome completo	
Contato (e-mail / telefone)	
Cargos ocupados / Instituição	
Experiência prática ligada ao tema	
Artigos ou publicações relevantes	
Carga horária (em horas)	
Justificativa	(Os motivos que demonstram a relevância da participação dessa pessoa para o público-alvo ou para os objetivos do evento e sua relação com a Defensoria Pública)
(Copie e replique esta tabela para cada palestrante remunerado)	

4.3. Professores/as e palestrantes externos/as não remunerados

Preenchimento obrigatório pelo/a professor/a e/ou palestrante com antecedência mínima de 30 dias da data da realização da ação formativa:

https://forms.cloud.microsoft/pages/responsepage.aspx?id=Wp7Pxq7WcU-IDcMPv9mAfXzkmhl7N_BLPBqOzQEsLohUMkY0WVU3NDNVUVpPUDA3TFoxN0ILQjRDVCQIQCN0PWcu&route=shorturl

Nome completo	Carga horária (em horas)	Necessidade de traslado?	Necessidade de passagem aérea?	Necessidade de hospedagem?
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
		() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

EDEPE

II Encontro Anual das Coordenadoras
e dos Coordenadores Regionais

5 e 6 out 2026



Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo - SP

Idealização: EDEPE - Escola da Defensoria Pública

5 de outubro | Primeiro dia | 09h00 - 17h30

09h00 - 09h30

Credenciamento e café

09h30 - 10h00

Mesa de recepção

DIREÇÃO DA EDEPE

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

CORREGEDORIA-GERAL

OUIDORIA-GERAL

APADEP

10h00 - 12h00

EDEPE 2024-2028: balanço da
gestão e perspectivas para as
Coordenações Regionais

Direção da EDEPE:

ALLAN RAMALHO FERREIRA

ÉRICA LEONI EBELING

ERIK SADDI ARNESEN

LUIZA LINS VELOSO

12h00 - 14h00

Almoço

14h00 - 15h00

EDEPE 360: o que a carreira pode
acessar (programas, painéis
e benefícios da Escola)

DIREÇÃO DA EDEPE

CAIO FERNANDES

Assessor Técnico

15h00 - 16h00

Programa de Qualidade da
Escola da Defensoria Pública:
dos eventos às ações educacionais
e o passo a passo da proposta

DIREÇÃO DA EDEPE

ANDREA BRITTO

Assistente Técnica

16h00 - 16h30

Café

16h30 - 17h30

EDEPE Mais: plataforma, Estúdio EDEPE,
cursos disponíveis e o que vem por aí

DIREÇÃO DA EDEPE

CAIO FERNANDES

Assessor Técnico

ERICA SAYURI

Agente

17h30

Encerramento do primeiro dia

Datas e participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



EDEPE

II Encontro Anual das Coordenadoras e dos Coordenadores Regionais

5 e 6 out 2026



Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo - SP

Idealização: EDEPE - Escola da Defensoria Pública

**6 de outubro | Seminário - Políticas Públicas: experiência do/a usuário/a,
indicadores e capacidades institucionais | 08h30 - 17h00**

08h30 - 09h00

Café

09h00 - 09h30

Mesa de Abertura

09h30 - 11h00

Aula inaugural | Direito e Políticas Públicas

ESTER GAMMARDELLA RIZZI

Professora do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e do Programa de Pós-Graduação em Direito da USP - Área Direitos Humanos (PPGD)

Presidente:

BRUNA MOLINA HERNANDES DA COSTA

Debatedor:

A educação em direitos como política pública

ERIK SADDI ARNESEN

Defensor Público do Estado de São Paulo. Defensor Auxiliar da Direção da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Mestre em Direito do Estado pela USP

11h00 - 13h00

**Mesa 1 | Indicadores nas Políticas Públicas:
construindo indicadores**

RENATA MIRANDOLA BICHIR

Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP). Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Doutora em Ciência Política pelo IESP-UERJ, com doutorado sanduíche em Berkeley

Presidente:

DIONE RIBEIRO BASÍLIO

Debatedora:

Construindo indicadores para a Escola da Defensoria Pública

ÉRICA LEONI EBELING

Defensora Pública do Estado de São Paulo. Diretora Executiva da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Mestra em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas

13h00 - 15h00

Almoço

15h00 - 16h00

**Mesa 2 | Políticas Públicas na
experiência do/a usuário/a**

JULIA DOS SANTOS DRUMMOND

Doutora em Direito e Desenvolvimento na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Mestra em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo. Assessora Técnica da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Presidente:

GISELE SOUTO DURANTE

Debatedor:

A experiência do/a usuário/a da Escola da Defensoria Pública

ALLAN RAMALHO FERREIRA

Defensor Público do Estado de São Paulo. Diretor da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Doutor e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

16h00 - 17h00

**Capacidades institucionais da Defensoria Pública para
participação na regulação judicial de políticas públicas**

LUCIANA GROSS CUNHA

Doutora e mestre em Ciência Política pela USP. Professora do curso de graduação em Direito e do Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas Direito SP

MAURÍCIO BUOSI LEMES

Doutor em Direito pela FGV Direito SP, mestre e graduado em Direito pela FDRP/USP. Líder e gestor de projetos no Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI) da Fundação Getúlio Vargas Direito SP

Presidente:

SAMANTA CRISTINA LOPEZ DE SOUZA RAMOS

Debatedora:

Experiência da Defensoria Pública na regulação de políticas públicas

LUIZA LINS VELOSO

Defensora Pública do Estado de São Paulo. Diretora Pedagógica da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

17h00

Encerramento

Datas e participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**



**Escola
da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo**

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021. [Imprimir](#)  [Enviar](#)  [Fechar](#)**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021.**

Disciplina a remuneração de palestrantes, professores/as, seminaristas, debatedores/as, expositores/as, conferencistas, conteudistas e tutores/as em cursos e demais eventos, presenciais ou a distância, promovidos ou apoiados pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - EDEPE

O Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a atribuição disposta no art. 58, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 988 de janeiro de 2006, que determina a competência desta Escola em promover rápida e constante atualização dos membros da Defensoria Pública do Estado em matéria legal, doutrinária e jurisprudencial de interesse dos serviços;

Considerando a competência prevista no artigo 14, inciso V, do Regimento Interno da EDEPE (Ato Normativo da Defensoria Pública-Geral nº 127 de 27/07/2017);

Considerando a necessidade do aprimoramento da Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 08, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando a necessidade de alternância normativa para viabilizar a contratação de profissionais qualificados/as para a produção de materiais didáticos, apostilas e outros materiais complementares às aulas expositivas, bem como para a mediação de debates e tutoria de turmas no Ensino a Distância;

DELIBERA:

Art. 1º Esta Deliberação dispõe sobre a remuneração para as atividades de instrutoria, palestra, tutoria, geração de conteúdo e preceptoria.

Parágrafo único. Para os fins desta Deliberação, considera-se:

I – Instrutor/a: aquele/a que conduz ações de educação realizadas na modalidade de ensino presencial ou a distância;

II – Palestrante: aquele/a que faz exposição acerca de assunto informativo, técnico ou científico, de seu conhecimento, na modalidade presencial ou a distância;

III – Docente: aquele/a que integra corpo docente de curso de pós-graduação *lato sensu* organizado pela Escola da Defensoria Pública;

IV – Debatedor/a: aquele/a que promove o diálogo e integração entre o/a instrutor/a, preceptor/a ou palestrante e o público-alvo, mediando o debate e podendo formular questões ou apresentar reflexões complementares como forma de instigar a participação;

V – Tutor/a: aquele/a que conduz ações de educação realizadas na modalidade de ensino a distância, inclusive em fóruns de discussão e comunidades de prática;

VI – Conteudista: aquele/a que atua na elaboração, ampliação, adaptação ou revisão do conteúdo e dos objetos de aprendizagem, em linguagem adequada a ambientes virtuais ou presenciais, conforme cada caso, assim como pela elaboração de testes, avaliações ou provas, quando necessário;

VII – Preceptor/a: aquele/a que conduz atividades de qualificação profissional de membros/as, servidores/as, estagiários/as, voluntários/as e residentes jurídicos/as, de caráter continuado, realizadas na modalidade de ensino presencial ou na modalidade a distância

Art. 2º A Escola da Defensoria Pública do Estado remunerará instrutores/as, palestrantes, docentes, debatedores/as, tutores/as, conteudistas e preceptores/as que participem dos cursos, congressos e eventos por ela patrocinados ou apoiados, em conformidade com a presente Deliberação.

§1º - A remuneração será autorizada exclusivamente por meio processo regular de contratação, em conformidade com a legislação aplicável ao procedimento, respeitados os limites da dispensa de licitações durante o respectivo exercício financeiro, quando esta for a modalidade aplicada.

§2º - A atividade de instrução e condução do processo de contratação a que se refere esta Deliberação será orientada pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, garantida a observância do princípio da legalidade.

§3º - Para a operacionalização da atividade referida no parágrafo anterior, a Direção da EDEPE poderá editar modelos de documentos e de formulários.

§4º - A remuneração decorrente de aulas proferidas em cursos de pós-graduação ou de extensão universitária obedecerá à regulamentação específica, sendo aplicável a presente Deliberação de forma subsidiária.

Art. 3º - O valor da remuneração para as atividades de instrutoria, palestra, debate/mediação e preceptoria será calculado em horas-aulas, fixado o valor base da hora-aula em R\$300,00 (trezentos reais).

§1º - De acordo com as peculiaridades do caso e por decisão fundamentada da Direção da EDEPE o valor da hora-aula poderá excepcionalmente ser fixado abaixo do valor base, respeitado o piso da hora-aula no valor de R\$100,00 (cem reais).

§2º - Em se tratando de renomado participante ou com notória especialidade em seu campo de conhecimento, bem como em se tratando de altas autoridades, o valor da hora-aula poderá excecionalmente ser aumentado até o triplo do valor base, por decisão fundamentada da Direção da EDEPE.

§3º - Os pagamentos devidos aos contratados poderão sofrer deduções legais aplicáveis à espécie;

§ 4º - Concluída a contratação prevista no parágrafo 2º, os respectivos autos serão disponibilizados na subsequente reunião do Conselho da EDEPE

§5º - O pagamento será efetivado em 30 dias contados da emissão do atestado de comparecimento

Art. 4º Na contagem das horas-aula para as atividades de instrutoria, palestra, debate/mediação e preceptoria será considerado não apenas o tempo de fala do contratado, mas também o tempo em que este ficar à disposição dos participantes para questionamentos e debates, nos limites do planejamento e programação do evento, bem como o tempo investido para aplicação e correção de avaliações, quando for o caso.

Parágrafo único. A indicação do total de horas-aula será feita de forma definitiva pela EDEPE para fins de contratação e pagamento.

Art. 5º O/a conteudista contratado/a pela EDEPE firmará termo de compromisso, em que aceitará, dentre outras, as seguintes condições e compromissos:

I - elaboração do material didático inédito identificado no plano instrucional da ação educacional, no padrão de qualidade definido pela EDEPE

II - a disponibilização do material no prazo combinado e registrado no termo de compromisso;

II - a promoção de alterações recomendadas pela EDEPE no sentido de adequar o material ao padrão institucional, às finalidades e à modalidade de ação educacional

III - revisão, pelo período de dois anos, do material didático, sem direito a nova remuneração;

IV – cessão à EDEPE dos direitos patrimoniais dos materiais didáticos produzidos, ainda que sem exclusividade

V – suporte pedagógico do conteúdo produzido a tutores ou instrutores, conforme o caso, pelo período de até dois anos, sem direito a nova remuneração

Art. 6º A revisão do material didático será formalmente solicitada pela Direção da EDEPE:

I – ao/à autor/a, até o término do prazo de 2 (dois) anos contados do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que configurará encerramento da obrigação do/a autor/a quanto à atualização e não será remunerada;

II – preferencialmente ao/à autor/a, após dois anos do início da ação educacional que ensejou sua elaboração, situação em que será remunerada;

III – a outro/a profissional, na hipótese de negação ou impossibilidade de revisão pelo/a autor/a, situação em que será remunerada.

Art. 7º Não será devida a remuneração para elaboração de materiais didáticos de apoio à exposição do facilitador em ações educacionais não diretamente aproveitáveis sem a participação do/a instrutor/a ou palestrante, assim compreendidas, dentre outras:

I – apresentações sem coesão textual, para projetor multimídia ou impressas

II – ilustrações ou gráficos avulsos, para demonstração de procedimentos ou para exemplificações

III – exercícios propostos naturalmente no decurso da exposição, não formalmente estruturados ou previamente resolvidos ou comentados

IV – textos originais de referência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo ou de outras fontes, salvo em composição com materiais produzidos ou integrantes destes, conformados aos padrões da EDEPE

V – outros materiais similares, produzidos sem orientação e fora dos padrões definidos pela EDEPE

VI – atividades educacionais realizadas sem autorização prévia de despesa

Art. 8º O/a tutor/a contratado/a pela EDEPE firmará termo de compromisso, em que aceitará, dentre outras, as seguintes condições e compromissos:

I – ciência quanto ao conhecimento da estrutura e atividades do curso;

II – cumprimento do cronograma de tutoria

III – administração, no ambiente de aprendizagem, de problema, discussão inapropriada, ofensa ou incidente que seja prejudicial ao bom andamento educacional

IV – informar à Direção da EDEPE a necessidade de atualização de material didático detectada durante a realização da ação educacional

V – fomentar a motivação, a mediação e a interação entre os/as alunos, conteúdos e atividades previstas no plano da ação instrucional

Art. 9º A remuneração das atividades de produção de conteúdo e tutoria serão calculadas levando-se em consideração a natureza, a complexidade e a dimensão da atividade desenvolvida.

Parágrafo único. O cálculo da remuneração da atividade de produção de conteúdo e tutoria será feito de forma definitiva pela EDEPE para fins de contratação e pagamento

Art. 10 A mensuração das horas-aula do conteúdo elaborado pelo/a conteudista observará o seguinte critério:

I – pela geração de conteúdo escrito de capacitação e de avaliação, devidamente sistematizado em tópicos, com títulos e subtítulos: uma hora-aula equivale a cada duas páginas tamanho A4, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, alinhamento justificado, com texto de 25 linhas;

II – pela gravação de videoaula: o correspondente à quantidade de hora-aula editada.

III – na hipótese de revisão ou atualização de material didático, para a mensuração a que se refere o inciso I deste parágrafo, deverão ser computadas as laudas alteradas e as novas que foram produzidas

Parágrafo único. O conteudista será remunerado uma única vez, independentemente do número de turmas e de quantas vezes o curso seja ofertado, salvo, após o período de dois anos, se contratado para atualização do material produzido, hipótese em que será devido o valor fixado para essa finalidade específica

Art. 11 O pagamento destinado ao/a tutor/a seja calculado a partir do total de horas-atividade destinado ao acompanhamento de alunos por meio dos recursos indicados no respectivo projeto do curso, limitado à carga horária da disciplina ou unidade ministrada

Art. 12 O pagamento será efetuado apenas após a apresentação do material didático, inclusive com a correção dos ajustes apontados como necessários pela EDEPE, no caso do/a conteudista, ou do fim do cronograma de tutoria, no caso do tutor/a.

Art. 13 Os/as palestrantes, instrutores/as, debatedores/as, preceptores/as, conteudistas e tutores/as cederão os direitos patrimoniais relativos ao material instrucional à EDEPE, que poderá utilizá-los, na íntegra ou em partes, ou em compilação com outros materiais, em eventos que venha a realizar, inclusive as gravações de áudio e vídeo, resguardada a obrigatoriedade de identificação da autoria e o direito de uso pelo/a autor/a, incluindo para fins lucrativos

Art. 14 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 08, de 10 de fevereiro de 2015 e mantida a revogação dos Atos da Direção da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 15, de 16 de março de 2010; nº 21, de 29 de novembro de 2010; e nº 25, de 22 de agosto de 2011.

=====

 Imprimir  Enviar  Fechar



Luciana Gross Siqueira Cunha

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4966250654143157>

ID Lattes: **4966250654143157**

Última atualização do currículo em 08/09/2026

É mestre e doutora em Ciência Política pela USP e professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV DIREITO SP). Desenvolve pesquisas sobre Desenho e Performance Institucional do Sistema de Justiça, Acesso à Justiça, Justiça Climática e Desastres. É coordenadora do Núcleo de Acesso à Justiça, Processo e Meios de Solução de Conflito (NAJUPMESC) da FGV Direito SP. É pesquisadora sênior do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV Direito SP. É fellow do Centre on LawSocial Transformation, da Universidade de Bergen. É presidente do conselho editorial da Revista Direito GV. Integra o Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

(Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Luciana Gross Siqueira Cunha

Nome em citações bibliográficas

CUNHA, Luciana Gross;CUNHA, LUCIANA GROSS;Luciana Gross Cunha;CUNHA, L. G.;GROSS CUNHA, LUCIANA;gross cunha, l.;gross cunha, luciana

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/4966250654143157>

Orcid iD

 <https://orcid.org/0000-0002-7396-1879>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
Rua Rocha, 233 - sala 805
Bela Vista
01330000 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 37992175
URL da Homepage: <http://direitosp.fgv.br/>

Formação acadêmica/titulação

2000 - 2004

Doutorado em Ciência Política.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Juizados Especiais: criação, instalação e funcionamento e a democratização do acesso à justiça, Ano de obtenção: 2004.
Orientador: 👤 Maria Tereza Sadek.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.
Palavras-chave: Desenho e Performance Institucional; Sistema de Justiça; Administração da Justiça.
Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Análise Institucional / Especialidade: Sistema de Justiça.

1998 - 2000

Mestrado em Ciência Política.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: O acesso à justiça e a assistência jurídica em São Paulo, Ano de Obtenção: 2000.
Orientador: 👤 Maria Tereza Aina Sadek.
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.
Palavras-chave: Desenho e Performance Institucional; Sistema de Justiça; Administração da Justiça.
Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Análise Institucional.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Análise Institucional / Especialidade: Sistema de Justiça.

1991 - 1995

Graduação em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Formação Complementar

2019 - 2019

Curso de Educação Continuada de Mediação Transformativa para Mediadores. (Carga horária: 12h).
Instituto Brasileiro de Mediação, IMAB, Brasil.

Atuação Profissional

Chr. MICHelsen Institute, CMI, Noruega.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Membro do Comitê de Seleção,
Carga horária: 1

Outras informações

Participação como jurada no Programa Desafio
de Acesso à Justiça

Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, FGV/DIREITO GV, Brasil.

Vínculo institucional

2024 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Presidente do Conselho Editorial da Revista,
Carga horária: 4

Outras informações

Presidente do Conselho Editorial da Revista
Direito SP

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Coordenadora de Núcleo de Pesquisa, Carga
horária: 2

Outras informações

Núcleo de Acesso à Justiça, Processo Civil e
Meios de Solução de Conflitos

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Coordenadora do Grupo de Estudos, Carga
horária: 4

Outras informações

Coordenadora de Grupo de Pesquisa e
Extensão Acesso à Justiça e Desastres

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Comissão de Bolsas CAPES no
PPGFGVDireitoSP, Carga horária: 2

Outras informações

Integra a Comissão de Bolsas CAPES no
Programa de PósGraduação Stricto Sensu
Acadêmico da FGV DIREITO SP.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Pesquisadora Sênior, Carga horária: 10

Outras informações

Pesquisadora Sênior do Núcleo de Justiça
Racial e Direito da FGV Direito SP

Vínculo institucional

2008 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Professora Permanente, Carga horária: 10,
Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Professora Orientadora de Pós Graduação
Stricto Sensu, no Programa de Mestrado e
Doutorado Acadêmico em Direito e
Desenvolvimento.

Vínculo institucional

2004 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Professora com Dedicação Exclusiva, Carga
horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Professora no curso de graduação em Direito

Vínculo institucional

2024 - 2025

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Coordenadora de Assessoria Técnica, Carga
horária: 10

Outras informações

Assessoria técnica prestada pelo NAJUPMESC
FGV SP em Programa de Reparação de vítimas
de acidente aéreo, coordenando equipe de
facilitadores de solução de conflitos que
compõem o Núcleo de Apoio e Supervisão do

Programa e tem por incumbência contato com participantes, fornecimento de informações e esclarecimentos, assistência para o ingresso no programa, participação de reuniões e tratativas negociais.

Vínculo institucional

2020 - 2024

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Integrante do Com. Acom. Trabalho Coletivo, Carga horária: 4

Vínculo institucional

2019 - 2023

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Coordenadora do Grupo de Estudos, Carga horária: 1

Outras informações

Professora Coordenadora do Grupo de Estudos de Direito e Gênero

Vínculo institucional

2018 - 2023

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Integrante do Comitê de Diversidade, Carga horária: 4

Vínculo institucional

2015 - 2016

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Coordenadora de Pesquisa Aplicada, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2011 - 2015

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Coordenadora da Mestrado Acadêmico, Carga horária: 30

Vínculo institucional

2011 - 2015

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Coordenadora de Pesquisa, Carga horária: 10

Vínculo institucional

2003 - 2004

Vínculo: Pesquisador, Enquadramento
Funcional: Pesquisador, Carga horária: 20

Outras informações

Pesquisadora na área de Instituições Políticas e
Reforma do Judiciário

Vínculo institucional

2003 - 2003

Vínculo: Pesquisador, Enquadramento
Funcional: Pesquisador, Carga horária: 10

Outras informações

Participou como pesquisadora-bolsista na
elaboração do material didático para a
disciplina "Política e Instituições Brasileiras".

Atividades

11/2011 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola de
Direito de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas, Programa de Pós-Graduação em
Direito.

Cargo ou função
Membro de Avaliação nas Bancas de
Entrevistas do Processo Seletivo.

02/2008 - Atual

Ensino, Direito e Desenvolvimento, Nível: Pós-
Graduação

Disciplinas ministradas
Democracia, Sistema de Justiça e Processo -
Mestrado - 60h
Metodologia de Pesquisa em Direito
Programa de Formação Jurídica
Metodologia da Pesquisa I
Instituições do Estado Democrático de Direito e
Desenvolvimento Político e Social

06/2005 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Escola de Direito
de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Linhas de pesquisa
Instituições Políticas e de Justiça

02/2005 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Ensino do Direito II
Metodologia da Pesquisa em Direito I
Metodologia da Pesquisa em Direito II
Políticas e Instituições Brasileiras
Organização da Justiça e do Processo

07/2015 - 06/2016

Direção e administração, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Cargo ou função
Coordenadora do Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada (CPJA) da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV DIREITO SP).

02/2013 - 06/2015

Direção e administração, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Cargo ou função
Coordenadora Adjunta de Pesquisa da DIREITO GV.

04/2011 - 06/2015

Direção e administração, Programa de Mestrado Acadêmico da Direito GV.

Cargo ou função
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito - Mestrado Acadêmico.

03/2013 - 08/2013

Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Cargo ou função
Membro de Comissão para Seleção Docentes da DIREITO GV.

11/2012 - 11/2012

Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em Direito.

Cargo ou função
Membro de Avaliação das Bancas de Entrevistas do Processo Seletivo Discente 2013.

12/2009 - 06/2011

Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola de
Direito de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas.

Cargo ou função
Membro da Comissão de Avaliação Institucional
da DIREITO GV.

03/2011 - 04/2011

Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola de
Direito de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas.

Cargo ou função
Membro da Comissão de Ética.

08/2010 - 04/2011

Conselhos, Comissões e Consultoria, Escola de
Direito de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas.

Cargo ou função
Membro do Comitê de Ética.

08/2008 - 12/2010

Ensino, Direito e Desenvolvimento, Nível: Pós-
Graduação

Disciplinas ministradas
Pesquisa em Direito

09/2004 - 12/2005

Ensino, Direito da Empresa, Nível:
Especialização

Disciplinas ministradas
Metodologia de Ensino e Pesquisa - EAESP

05/2004 - 07/2004

Ensino, Direito da Empresa, Nível:
Especialização

Disciplinas ministradas
Metodologia de Ensino e Pesquisa - EAESP

04/2004 - 06/2004

Ensino, Interpretação Constitucional Aplicada,
Nível: Aperfeiçoamento

Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV EAESP, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional:
Professora Permanente, Carga horária: 10

Outras informações

Professora Permanente do Programa de
Mestrado Profissional em Gestão e Políticas
Públicas

Atividades

08/2022 - Atual

Ensino, Mestrado e Doutorado Profissional em
Gestão e Políticas Públicas, Nível: Pós-
Graduação

Disciplinas ministradas
Justiça Climática, Acesso à Justiça e Desastres

Defensoria Pública do Estado de São Paulo, DEPESP, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Membro de Notável Saber,
Enquadramento Funcional: Membro do
Conselho da Ouvidoria, Carga horária: 4

University of Bergen, UiB, Noruega.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 1

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Pesquisadora, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 2

Outras informações

Intpart Project - Autocratization Dynamics - Autocratization Dynamics aims to further strengthen UiB-CMI LawTransform as a global hub for research at the intersection of law and politics, and as a leading centre for innovations in horizontal research-embedded education, by forging long-term partnerships with leading research and educational institutions in the field. With 12 partner institutions drawn from among the strongest education and research institutions in Brazil, Canada, India, Norway South Africa and the United States, we aim to create new research on the effects of autocratization dynamics across the globe. The collaboration will secure the advancement of research and education of the highest quality in Norway by developing new interdisciplinary research projects deepening our efforts to understand the role of law in authoritarian dynamics both in the global south and in the north and how this plays out in key policy areas. Through innovative research-embedded course developments and student-driven teaching modules Autocratization Dynamics will confront the challenging global environment of competing information streams and where factual information increasingly is politicized and the value of science and academic freedom undermined. To better understand the challenges posed by autocratization and how legal tools may be used to legitimize undemocratic politics, a key aim of all universities in our consortium is to educate students to become active and critical producers of knowledge. To do so, we aim to create a partnership between researchers and students where the students are in the drivers seat in the development of courses and research projects. LawTransform has significant experience facilitating horizontal exchange on research ideas between senior and junior scholars; building international, interdisciplinary partnerships on research projects, and cross-faculty and cross-institutional teaching, both face-to face and digital.

Atividades

08/2017 - Atual

Ensino, PhD Bergen Exchanges, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Methodology and Research Project

Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Integrante do Comitê de Pesquisa
Judiciárias

Harvard Law School, HLS, Estados Unidos.

Vínculo institucional

2010 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora Coordenadora

Ministério da Justiça, MJ, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2014

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 4

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), BIRD, Estados Unidos.

Vínculo institucional

2003 - 2004

Vínculo: Consultor, Enquadramento Funcional:
Consultor, Carga horária: 10

Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, FMU, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2003

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Professora Mestre - Nível I, Carga
horária: 20

Atividades

02/2001 - 11/2003

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Ciência Política - Graduação 60h
Metodologia de Pesquisa em Direito - Graduação
30h

Faculdade Ibero-Americana, FIA, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2003

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Professora, Carga horária: 20

02/2002 - 06/2003

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Ciência Política

Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo, IDESP, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 2003

Vínculo: Pesquisadora, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 20

Outras informações

Pesquisadora na área de Política e Sociologia,
com ênfase no sistema de justiça

Linhas de pesquisa

1.

Instituições Políticas e de Justiça

Objetivo: A linha investiga o funcionamento das instituições do Estado Democrático de Direito responsáveis pela produção, interpretação, aplicação e ensino do direito, tal como configuradas nos âmbitos constitucional e internacional público. O estudo do Poder Judiciário, das políticas públicas, do acesso à justiça, e das instituições internacionais, assim como dos mecanismos de responsabilização em sociedades de risco, com ênfase na reflexão sobre direitos humanos, como direito à saúde, e nas mudanças climáticas, capacidades individuais, democracia e controle do Estado, busca favorecer a compreensão dos mecanismos jurídicos públicos que habilitam ou constroem a realização do Estado Democrático de Direito. Estão aqui incluídas, especialmente, questões que circundam o Direito constitucional, o Direito financeiro e tributário, no que diz respeito à sua relação com as políticas sociais e finanças públicas, o Direito penal, tanto do ponto de vista dos direitos humanos como a partir de temas mais ligados ao controle do Estado, como a relação entre atores públicos e privado, e o Direito processual civil, dentro de uma abordagem voltada ao acesso à justiça de grupos vulneráveis. Esta linha, portanto, tem em conta as noções de capacidades humanas, autonomia dos indivíduos, com especial atenção para a interseccionalidade de questões econômico-sociais como gênero, raça, classe, identidade e orientação sexual, e liberdades públicas, que, ao lado do crescimento econômico, tem

constituído a agenda do desenvolvimento. Nesse sentido, as linhas se complementam na compreensão mais ampla do processo de desenvolvimento em suas multifacetadas dimensões..

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito e Desenvolvimento.

Setores de atividade: Educação; Pesquisa e desenvolvimento científico.

Palavras-chave: Desenho e Performance Institucional; Sistema de Justiça; Acesso à Justiça; Justiça Climática.

Projetos de pesquisa

2025 - 2026

Presente e futuro da mediação e conciliação judiciais no Brasil: diagnóstico de práticas, balanço da política judiciária da Resolução n. 125/2010 do CNJ e agenda de desafios

Descrição: projeto tem como objetivo realizar um diagnóstico acerca da política nacional de tratamento adequado de conflitos do CNJ (Resolução n 125/2010) por meio da identificação de aspectos estruturais do CEJUSCs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania) e NUPEMECS (Núcleos Permanentes de Meios de Solução do Conflito), a partir de pesquisa qualitativa e quantitativa. Os resultados esperados são de diagnóstico dessa política judiciária com a elaboração de produtos que potencialmente gerem impactos institucionais e acadêmico-científicos, além da construção de uma agenda de desafios considerando indicadores de avaliação dessa política judiciária.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) Doutorado: (3) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Daniela Monteiro Gabbay - Integrante / Maria Cecilia Asperti - Integrante / Danieli Rocha Chiuzuli - Integrante / Beatriz Carvalho Nogueira - Integrante / Andressa Maria Scorza dos Ramos - Integrante / Victor Dantas de Maio Martinez - Integrante.

Número de produções C, T & A: 5

2024 - 2025

Transição Ecológica e Justiça Climática: Desafios e Perspectivas para o Brasil

Descrição: O projeto pretende, a partir do estudo aprofundado de casos recentes de desastres climáticos, realizar um diagnóstico sobre as políticas públicas, os atores envolvidos e seus respectivos papéis no enfrentamento de desastres climáticos, bem como sobre o acesso à justiça das populações vulneráveis e o papel do sistema de justiça nesses casos, para traçar diretrizes aplicáveis e propor releituras necessárias a conceitos normativos, de modo a adequadamente incorporar questões ligadas à Justiça Climática nas políticas públicas e regulamentações pertinentes.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (3) Doutorado: (5) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Maria Cecília Asperti - Integrante / Thiago de Souza Amparo - Integrante / Luiza Pavan Ferraro - Integrante / Danieli Rocha Chiuzuli - Integrante / Luísa Martins de Arruda Câmara - Integrante / Lívia Cunha Menezes - Integrante / Priscilla Rocha - Integrante.

Número de produções C, T & A: 4

2022 - 2024

Operacionalizando a equidade racial no Judiciário

Descrição: O projeto tem como objetivo coletar e produzir dados e informações para fortalecer e aprimorar o debate e a consolidação das políticas de equidade racial no Poder Judiciário a partir de um estudo-piloto. Esse estudo consiste em identificar os dados funcionais e as políticas de cotas no ingresso e na evolução das carreiras de magistrados/as e servidores/as, assim como as visões e experiências destes magistrados/as e servidores/as sobre a questão racial, do ponto de vista individual, institucional e estrutural..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (1) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Luciana de Oliveira Ramos - Integrante / Inara Flora Cipriano Firmino - Integrante / Alessandra Benedito - Integrante / Isabela Carolina Amaral dos Santos - Integrante / Karine de Paula Bernardino - Integrante / Agatha de Araujo Garmes - Integrante.
Financiador(es): Instituto Ibirapitanga - Auxílio financeiro / Instituto Betty e Jacob Lafer - Auxílio financeiro.

2022 - Atual

Acesso à Justiça, Desastres e Mudança Climática.

Descrição: O objetivo do projeto é levantar e organizar a literatura sobre acesso à justiça e desastres, além de dados relativos aos impactos de desastres ambientais, que somente nos primeiros meses de 2022 afetaram 700.00 pessoas, com dezenas de vítimas fatais e milhares de desabrigados. Em territórios marcados pela acentuada desigualdade, as vulnerabilidades pré-existentes se traduzem em uma maior dificuldade, por parte das comunidades atingidas, de acessar os mecanismos estatais e não estatais de reparação. Quando efetivamente conseguem se fazer representar por instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública em ações coletivas, esses grupos também sofrem com os obstáculos para a sua representação e participação efetiva. Além disso, tais ações muitas vezes envolvem no polo passivo o Poder Público e/ou grandes empresas, em um contexto marcado pelo desequilíbrio informacional e de recursos também no âmbito judicial. Por meio de estudos multi disciplinares pretende-se, a partir dessas questões, pretende-se construir um instrumental teórico que dê conta de analisar e produzir dados sobre o impacto de desastres

tecnológicos e aqueles decorrentes de eventos climáticos extremos, que se apresentam como tragédias anunciadas, cujas causas remontam a ações humanas com graves consequências ambientais, sociais, econômicas e climáticas, e sua relação com o acesso à justiça..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (5) / Mestrado acadêmico: (3) / Doutorado: (4) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Daniela Monteiro Gabbay - Coordenador / Maria Cecília Asperti - Integrante.

2022 - Atual

Acesso à Justiça, Acesso à Direitos e Performance Institucional

Descrição: o projeto tem como objetivo produzir dados sobre o acesso à justiça, com foco nas pessoas, ou seja, aqueles que procuram as instituições do sistema de justiça ou outros meios de solução de conflito, e experienciam desafios e obstáculos para terem seus direitos garantidos. Com foco principalmente na justiça cível, os dados produzidos tem como fonte as pessoas que buscam solucionar seus conflitos por meio de instrumentos reconhecidos pelo Estado. Nesse sentido, o projeto também tem como objetivo identificar e analisar as formas pelas quais as instituições processam tais conflitos e respondem à população. Marcadores sociais e econômicos como gênero, raça e cor, de renda e geográficos fazem parte dos recortes possíveis da para a investigação, assim como as demais vulnerabilidades..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (2) / Mestrado profissional: (1) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Daniela Monteiro Gabbay - Integrante / Maria Cecília de Araujo Asperti - Integrante.

2022 - Atual

Autocratization Dynamics

Descrição: Autocratization Dynamics aims to further strengthen UiB-CMI Law Transform as a global hub for reserch at the intersection of law and politics, and as a leading centre for innovations in horizontal research-embedded edication, by forging long-term partnerships leading research and educational institutions in the field..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Doutorado: (8) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Lara Barbosa Quadros Côrtes - Integrante / Siri Gloppen - Coordenador / Daniel Brinks - Integrante / Lise Rakner - Integrante / Danielle Hanna Rached - Integrante / Buce Wilson - Integrante / Thomas Moylan Keck - Integrante / Rachel Cichowski - Integrante.
Financiador(es): Norwegian Research Council - Cooperação.

2021 - 2024

Descrição: O Projeto de Pesquisa tem como objetivo pensar a democracia brasileira a partir da implementação de ações afirmativas em instituições escolares públicas e privadas, além de diversos órgãos da administração pública..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Coordenador / Delton Aparecido Felipe -
Integrante.

2021 - 2021

Reescrita Feminista

Descrição: O projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Grupo de Estudos de Direito e Gênero da FGV Direito SP tem como objetivo aplicar a teoria desenvolvida por Alda Faccio na reescrita de textos legais brasileiros..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (3) /
Doutorado: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Coordenador / Livia Gonçalves Buzolin -
Integrante.

Número de produções C, T & A: 1

2020 - 2022

ICJBrasil: opinião pública e Poder Judiciário no Brasil

Descrição: O projeto dá continuidade ao Índice de Confiança na Justiça (2009-2018), retratando a confiança da população no Judiciário, com o objetivo de responder às seguintes questões: como o cidadão brasileiro avalia as instituições do sistema de justiça? Qual o nível de legitimidade dessas instituições aos olhos da população, frente a outras instituições públicas e privadas? O que leva os brasileiros ao Judiciário? O que o brasileiro sabe sobre o STF e qual a imagem que tem dessa instituição. Para responder a essas indagações, são realizadas sondagens de tendências, via aplicação de questionários a uma amostra da população brasileira, com 18 anos ou mais de idade, considerando oito unidades federativas brasileiras: Amazonas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Integrante / Fabiana Luci de Oliveira -
Integrante / Luciana de Oliveira Ramos -
Coordenador.

Financiador(es): Fundação Getúlio Vargas -
Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 2

2020 - 2022

Direito e Gênero: reflexões plurais sobre teorias feministas

Descrição: O projeto teve como objetivo ler a obra de Catherine Mackinnon, discutir e produzir análise a partir do sul global..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (3)
Doutorado: (5) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Luciana de Oliveira Ramos - Integrante / Livia Gonçalves Buzolin - Integrante / adriana silva gregorut - Integrante / ana de mello côrtes - Integrante / larissa cristina margarido - Integrante / luisa cassula piasentini - Integrante / luisa Moraes Abreu Ferreira - Integrante / luiza mozetic plastino - Integrante / viviane balbuglio - Integrante.

Número de produções C, T & A: 4

2019 - 2023

Project on Authoritarian Legalism in Brazil and Beyond (PAL)

Descrição: While socio-legal scholars have begun to explore authoritarian legalism around the world, charting authoritarian measures and resistances, such research is just beginning in Brazil as trends towards authoritarianism accelerate under the Bolsonaro regime. To better understand these developments in Brazil and place the Brazilian story in the global context, an international group is launching a project to study Brazilian developments in global context. The Project on Authoritarian Legalism in Brazil and Beyond (PAL) will survey these developments in a number of areas in Brazil detailing authoritarian strategies and cataloging emerging modes of resistance..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Fabiana Luci de Oliveira - Integrante / Diogo Rosenthal Coutinho - Integrante / Rubens Eduardo Glezer - Integrante / Fabio Sá e Silva - Integrante / David Trubek - Coordenador / Marta Rodriguez de Assis Machado - Integrante / Camila Alves Borges Oliveira - Integrante / Henrique Castro - Integrante / Mariana Prado - Integrante / Conrado Hubner Mendes - Integrante / Raquel Pimenta - Integrante / Livia Gonçalves Buzolin - Integrante / Ana Laura Pereira Barbosa - Integrante.

Número de produções C, T & A: 2

2019 - Atual

LawTransform: Effects of Rights and Law - International Partnerships for Excellent Education and Research (INTPART)

Descrição: The project aims to consolidate the Centre on Law Social Transformation (LawTransform) as a leading hub for scholarship on the use of law as an instrument of social change, and to advance high-quality research-based education in this field in Norway and abroad..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (2)
Doutorado: (4) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -

Integrante / Lara Barbosa Quadros Côrtes -
Integrante / Marta Rodriguez de Assis Machado
- Coordenador / Danieli Rached - Integrante /
Siri Gloppen - Integrante / Daniel Brinks -
Integrante / Liv Tønnessen - Integrante /
Namita Wahi - Integrante / Bruce Wilson -
Integrante.
Financiador(es): The Research Council of
Norway - Cooperação.

2017 - Atual

O sistema de justiça brasileiro: desenho
institucional e operadores do direito

Descrição: O sistema de justiça brasileiro, da
forma como foi concebido pela Constituição
Federal de 1988, aparece, em um primeiro
momento, como um conjunto de instituições
com o objetivo principal de ampliar o acesso à
justiça da população de forma geral. Mesmo
antes da promulgação da constituição
brasileira, o sistema de justiça já vinha
passando por diversas reformas ancoradas no
discurso de democratização do acesso à
justiça. Porém, a literatura especializada vem
mostrando que, apesar disso, na prática não é
assim que funciona. Seja pela falta de
institucionalização do modelo, seja por
variáveis políticas, econômicas e sociais, seja
por questões corporativas, o sistema de justiça
brasileiro continua sendo caro, lento e
ineficiente no que diz respeito aos princípios
norteadores do Estado de Direito. Partindo do
pressuposto de que as instituições importam e
que, no caso do Direito, o funcionamento do
sistema de justiça é um instrumento essencial
para o desenvolvimento, este projeto de
pesquisa tem como objetivo estudar as
instituições do sistema de justiça e o seu
funcionamento. Em paralelo ao desenho
institucional, os operadores do direito são
atores essenciais para entender como as
instituições se comportam. Sendo assim, o
projeto de pesquisa também terá como foco a
composição das carreiras nas instituições do
sistema de justiça e a atuação e influências que
esses personagens exercem.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado
acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Coordenador / Francisco Gandolfi de Tulio -
Integrante / Mariana Araujo Puschel -
Integrante.

Número de produções C, T & A: 2

2016 - 2017

Indicadores do Estado de Direito

Descrição: O objetivo do projeto é analisar o
comportamento da população diante dos mais
variados conflitos que enfrentam no seu dia-a-
dia e frente às instituições do Estado
responsáveis por fazer valer as regras de
sociabilidade. O pressuposto teórico que
orienta o projeto é a ideia de que a
legitimidade do Estado e o papel do Direito são
fundamentais para o desenvolvimento. Nesse
sentido, identificar as nuances do Estado de
direito contribui para (re)definir os desenhos
institucionais e os percursos disponíveis para o
desenvolvimento. No período de 2009 a 2016,
coordenei junto à FGV Direito SP, a pesquisa

Indicadores do Estado de Direito que teve como foco produzir informação sobre a confiança dos brasileiros na Justiça a partir da aplicação de surveys com a população brasileira residente em diferentes estados brasileiros de todas as regiões. Utilizando como referência a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE) 2009 e, mais tarde o CENSO 2011, trabalhamos com uma amostra representativa da população de sete estados brasileiros mais o Distrito Federal, que representam, em sua totalidade, 60 da população nacional. Aplicado trimestralmente até 2014 e em 2015, semestralmente, a pesquisa Indicadores do Estado de Direito até 2016, apresenta um banco de dados com aproximadamente 50.000 entradas. Apesar de algumas alterações ao longo do período, decorrentes de ajustes na amostra e na forma de apresentação das perguntas do survey, é possível verificar por meio do banco de dados a evolução histórica do comportamento da população brasileira frente a questões como confiança nas instituições e no Judiciário, especificamente, avaliação do serviço prestado pelo Judiciário em termos de tempo, custo, facilidade de acesso, imparcialidade, competência e honestidade. No próximo período, como objeto do presente projeto de pesquisa, pretendo voltar a esses dados a fim de responder à pergunta como os brasileiros se comportam perante às normas e às autoridades responsáveis pela aplicação da lei.. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Fabiana Luci de Oliveira - Integrante / Luciana de Oliveira Ramos - Coordenador.

2015 - 2016

Dez Anos da reforma do Judiciário

Descrição: Essa pesquisa faz parte do Projeto de Pesquisa Jurisdição Constitucional, Direitos Fundamentais e Desenho Institucional, desenvolvido junto à linha de pesquisa Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social no âmbito do Programa de Mestrado Acadêmico da FGV DIREITO GV. O presente projeto de pesquisa, desenvolvido com financiamento da FAPESP, visa a realizar um diagnóstico sobre a força dos precedentes do Supremo Tribunal Federal e o seu impacto na celeridade processual do sistema de Justiça brasileiro. Para tanto, serão examinados os mecanismos de uniformização da jurisprudência instituídos em 2004, pela Emenda Constitucional n 45, no contexto da Reforma do Judiciário, tais como a repercussão geral e a reclamação constitucional. Compreender como esses institutos têm sido aplicados permite fornecer respostas para a seguinte indagação: será que o desenho institucional traçado pela EC n. 45, de 2004, foi concretizado durante os últimos dez anos?. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (3) / Doutorado: (1).

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Dimitri Dimoulis - Integrante / Luciana de Oliveira Ramos - Integrante / Natalia Langenegger - Integrante / aline oliveira de santana - Integrante / marco antonio loschiavo leme de barros - Integrante / Soraya Regina Gasparetto Lunardi - Integrante. Financiador(es): Fundação de Amparo à

2011 - 2013

O processo decisório de recursos extraordinários no Supremo Tribunal Federal no período de 2007 a 2009

Descrição: O projeto de pesquisa tem como objetivo identificar e organizar os recursos extraordinários decididos em plenário no STF, analisando o processo decisório do Supremo Tribunal Federal, enquanto Corte recursal, a partir de critérios relacionados à fundamentação dos votos, e à previsibilidade do sistema jurídico. Por processo decisório entende-se a forma pela qual cada um dos ministros constrói a sua argumentação e como o STF chega a sua decisão final..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (4) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Dimitri Dimoulis - Integrante / Luciana de Oliveira Ramos - Integrante / Paulo André Silva Nassar - Integrante / Rubens Eduardo Glezer - Integrante / André Janjácó Rosilho - Integrante / Vitor Martins Dias - Integrante / Carolina Cutrupi Ferreira - Integrante / Dalton Tria Cusciano - Integrante / Maria Laura de Souza Coutinho - Integrante / Marina Jacob Lopes da Silva - Integrante / Yuri Campos klink - Integrante / Lara Barbosa Quadros Côrtes - Integrante / marco antonio loschiavo leme de barros - Integrante.

Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 6

2010 - 2018

GLEE - Globalization, Lawyers, and Emerging Economies: The case of Brazil

Descrição: Esse projeto tem o objetivo de mapear os efeitos da globalização nas diferentes áreas e para os diferentes operadores do Direito no Brasil. O projeto fez parte de um consórcio internacional liderado por Harvard Law School Center on the Legal Profession, formado pela FGV Direito SP, University of Wisconsin Law School's East Asian Legal Studies Center (EALSC), KoGuan Law School at Shanghai Jiao Tong University (Beijing, China).

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) / Doutorado: (3) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Fabiana Luci de Oliveira - Integrante / Maria da Gloria Bonelli - Integrante / Daniela Monteiro Gabbay - Integrante / Luciana de Oliveira Ramos - Integrante / Paulo André Silva Nassar - Integrante / Rubens Eduardo Glezer - Integrante / Vitor Martins Dias - Integrante / Fábio Sá e Silva - Integrante / Jose Garcez Ghirardi - Integrante / Frederico Normanha Ribeiro de Almeida - Integrante.

Número de produções C, T & A: 3

2010 - 2012

ILADD ? Iniciativas Latino Americanas em Direito e Democracia

Descrição: O projeto envolve pesquisadores das seguintes instituições: Universidade de Los Andes - Bogotá - Colombia; Universidade Nacional da Colombia; Universidade Andina Simon Bolivar - Equador; Universidade Diego Portales - Chile; Instituto Tecnológico Autonomo do México; Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social, México; Universidade Católica do Peru; Universidade de San Andrés - Argentina; Universidade de Buenos Aires - Argentina - Unisidade Nacional de Lanus e Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - DIREITO GV, Brasil O objetivo do projeto é a criação de uma rede entre acadêmicos e estudiosos na área do Direito, na América Latina sobre temas que envolvem o pensamento, o ensino e a atuação jurídica latino americana..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Ronaldo Porto Macedo - Integrante / Oscar Vilhena Vieira - Coordenador / Paulo André Silva Nassar - Integrante / Rubens Eduardo Glezer - Integrante / Paola Bergallo - Integrante / Victor Abramovich - Integrante / Martin Bohmer - Integrante / César Rodríguez Garavito - Integrante / Roberto Gargarella - Integrante / Rodrigo Uprimny - Integrante / Rachel Sieder - Integrante / Mauricio García Villegas - Integrante / Jorge Contesse - Integrante / Xisca Pou - Integrante / Ramiro Avila - Integrante / Julieta Lemaitre - Integrante / Raquel Yrigoyen - Integrante.

Financiador(es): Fundação Ford - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 2

2010 - 2011

Direito e Desenvolvimento: o Brasil e os Brics

Descrição: Este projeto é financiado pelo Governo Federal, pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial ? ABDI e visa produzir um mapeamento do ambiente institucional do desenvolvimento brasileiro, procurando ainda comparações com a realidade vivenciada por outros países em desenvolvimento, como a Rússia, a China e a Índia..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Frederico Normanha Ribeiro de Almeida - Integrante / Mario Gomes Schapiro - Coordenador / Michele Ratton - Integrante / Diogo Rosenthal Coutinho - Integrante / Monica Guise - Integrante.

Financiador(es): Tinker Foundation - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 2

2010 - 2010

Descrição: O desenho de sistemas de solução de disputas feito sob medida para determinados contextos pode envolver diferentes atores e tipos de conflitos. Os cenários podem abranger desde uma moldura mais restrita como a de um ambiente empresarial ou de trabalho, passando por câmaras indenizatórias estruturadas em casos de acidentes, até conflitos complexos envolvendo políticas públicas com efeitos amplos e difusos. Esta pesquisa visa a mapear casos em que o desenho de solução de disputas possa ser aplicado para conflitos de interesse público. Quais casos podem se submeter a um desenho de solução de conflitos realizado sob medida? Há padrões que podem ser seguidos, ou o desenho deve sempre ser feito de forma ad hoc para o caso concreto? Quem deve(m) ser o(s) designer(s)? Quem arca com os custos? Qual é o nível de institucionalização que pode ter o desenho? Estas são algumas das questões que são tratadas na pesquisa.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Daniela Monteiro Gabbay - Integrante / Carlos Alberto de Salles - Integrante / Natalia Langenegger - Integrante / Nathalia Mazzonetto - Integrante / Adolfo Braga Neto - Integrante / Eduardo Junqueira de Paiva - Integrante / Marco Antonio Lorencini - Integrante.

Financiador(es): Ministério da Justiça - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 1

2010 - 2010

Diagnóstico das causas de morosidade no judiciário, especialmente relacionadas a demandas repetitivas

Descrição: O objetivo da pesquisa é analisar as causas e os efeitos das demandas repetitivas na morosidade da Justiça. Nesse sentido a pesquisa buscar responder as seguintes questões: Qual é a representatividade das demandas repetitivas no volume total de processos? Qual é o perfil das demandas repetitivas (tipo de processo, área do direito, características das partes, objeto da lide)? Como estas demandas são gerenciadas pelo juiz e organizadas pelo cartório? Quais soluções (pré-processuais, processuais e gerenciais) poderiam ser apontadas para filtrar estas demandas?.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (3) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Paulo Eduardo da Silva - Integrante / Fabiana Luci de Oliveira - Integrante / Rodrigo De Losso da Silveira Bueno - Integrante / Silvia Paulini Pupo - Integrante / Rubens Hossamu Morita - Integrante / Daniela Monteiro Gabbay - Integrante / Luciana de Oliveira Ramos - Integrante / Maria Cecilia Asperti - Integrante / Arthur Roberto Capella Giannattasio - Integrante.

Financiador(es): Conselho Nacional de Justiça -

2008 - 2022

Jurisdição Constitucional, Direitos
Fundamentais e Desenho Institucional

Descrição: Esse projeto de pesquisa desenvolvido junto à linha de pesquisa Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social no âmbito do Programa de Mestrado Acadêmico da FGV DIREITO GV, procura analisar o processo de constitucionalização da democracia brasileira com três objetivos principais, estreitamente interligados. Assim, o projeto procura: i) analisar o papel do STF no exercício do controle de constitucionalidade por meio de pesquisas jurisprudenciais, análise da relação do Tribunal com os demais poderes, identificação e verificação dos modelos de interpretação utilizados pelos ministros do STF em suas decisões e estudo comparado de Cortes constitucionais; ii) estudar a interpretação e concretização dos direitos fundamentais no direito nacional e estrangeiro a partir da perspectiva processual da justiça constitucional e de questões pontuais de teoria (geral) do direito, especificamente no que diz respeito a opções metodológicas sobre a interpretação do direito constitucional e problemas de teoria da norma; iii) estudar o desenho político, social e econômico adotado por marcos legais, nacional e internacionalmente, e a sua relação com o Estado Democrático de Direito..

Situação: Desativado; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (4)
Doutorado: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Dimitri Dimoulis - Integrante / Oscar Vilhena Vieira - Coordenador / Natalia Langenegger - Integrante / Gustavo Miranda Antonio - Integrante / Leonardo Martins - Integrante / FRANCO, IVAN CANDIDO DA SILVA DE - Integrante / aline oliveira de santana - Integrante / marco antonio loschiavo leme de barros - Integrante / Soraya Regina Gasparetto Lunardi - Integrante / luciana de oliveira ramos - Integrante / Nikolay Henrique Bispo - Integrante / Maíra Martinelli Rizzardi - Integrante / Fayola Sant'Anna Cajuela - Integrante / Frederico Silva Bastos - Integrante.

Número de produções C, T & A: 20

2008 - 2017

Indicadores e Performance das Instituições de Justiça

Descrição: O Projeto Indicadores e Performance das Instituições de Justiça é parte do projeto Jurisdição Constitucional, Direitos Fundamentais e Desenho Institucional desenvolvido desde 2008, dentro da linha de pesquisa Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social do Programa de Mestrado Acadêmico da FGV DIREITO SP. Contando com uma equipe interdisciplinar e partindo da premissa de que o desenho institucional e a performance das nossas instituições interferem de forma definitiva no desenvolvimento do país, o

objetivo do projeto é acompanhar de forma sistemática o sentimento da população com relação ao Poder Judiciário e o Estado de Direito no Brasil, além de identificar as escolhas institucionais e analisar o desempenho das instituições. Assim, por meio do Projeto Indicadores e Performance das Instituições, criamos o ICJBrasil - Índice de Confiança na Justiça no Brasil, que possuem relatórios publicados desde 2009 e o o IPCL - Índice de Percepção do Cumprimento da Lei no Brasil, produzido desde 2013, além de vários estudos sobre as instituições políticas e jurídicas..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (0) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Fabiana Luci de Oliveira - Integrante / Rodrigo De Losso da Silveira Bueno - Integrante / Luciana de Oliveira Ramos - Integrante / Joelson de Oliveira Sampaio - Integrante.

Financiador(es): Fundação Getúlio Vargas - Auxílio financeiro / Ministério da Justiça - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 41

2007 - 2008

Judicial Predictability and Development: the judicial predictability and the discourses on institutional reforms in the justice system

Descrição: A pesquisa teve como objetivo levantar e analisar os discursos e as políticas implementadas pelas agências internacionais envolvidas no financiamento de projetos de reforma do Judiciário..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador.

Financiador(es): Centro de Estudos Sociais - U. Coimbra - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 2

2005 - 2006

Tendências Profissionais das Sociedades de Advogados

Descrição: A pesquisa tem como objetivo analisar o funcionamento das sociedades de advogados na cidade de São Paulo e identificar as tendências profissionais no setor..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (7) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (1) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Fabiana Luci de Oliveira - Integrante / Maria Natália Barboza da Silveira - Integrante.

Financiador(es): Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - Outra.

Número de produções C, T & A: 2

2005 - 2006

A nova Lei de Falências e a gestão das varas de Falência e Recuperação de Empresas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Descrição: A pesquisa tem como objetivo analisar a atuação das varas de Falência e Recuperação de Empresas do Tribunal de Justiça de São Paulo..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (1) / Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador / Paulo Eduardo da Silva - Integrante / Karina Martins Araújo Santos - Integrante / Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira - Integrante.

Financiador(es): Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - Outra.

2004 - 2004

Sistema de Justiça brasileiro e a produção de informação

Descrição: O objetivo da pesquisa é levantar a produção de informação e utilização de estatísticas no planejamento das atividades das instituições do Sistema de Justiça Brasileiro..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador.

Financiador(es): Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - Auxílio financeiro.

Número de produções C, T & A: 4

2003 - 2003

Small Claims Courts and General Judicial Administration

Descrição: O objetivo da pesquisa é levantar a produção de informação e utilização de estatísticas no planejamento das atividades das instituições do Sistema de Justiça Brasileiro..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Coordenador.

Financiador(es): Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - Auxílio financeiro.

2000 - 2002

Delegados de Polícia e o Sistema de Justiça

Descrição: O objetivo da pesquisa é identificar a atuação dos delegados de polícia no sistema de justiça..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (3) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Integrante / Maria Tereza Aina Sadek -
Coordenador / Rosangela Batista Cavalcanti -
Integrante / Maria da Gloria Bonelli -
Integrante / Rogerio Bastos Arantes -
Integrante.

Financiador(es): Fundação Ford - Bolsa.

Número de produções C, T & A: 1

2000 - 2000

Experiências de Acesso à Justiça

Descrição: Identificar experiências que venham colaborar para a democratização do acesso à justiça..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (3) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Integrante / Maria Tereza Aina Sadek -
Coordenador / Rosangela Batista Cavalcanti -
Integrante / Rogerio Bastos Arantes -
Integrante / Alvino dos Santos Filho -
Integrante / Sueli Grisanti - Integrante.

Financiador(es): Fundação Konrad Adenauer - Bolsa.

Número de produções C, T & A: 1

2000 - 2000

Reforma do Poder Judiciário

Descrição: O objetivo da Pesquisa é identificar as questões relacionadas a Reforma do Judiciário..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (3) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Integrante / Maria Tereza Aina Sadek -
Coordenador / Rosangela Batista Cavalcanti -
Integrante / Rogerio Bastos Arantes -
Integrante.

Financiador(es): Fundação Konrad Adenauer - Bolsa.

1999 - 2000

Ministério Público e o controle da atividade policial

Descrição: O objetivo da pesquisa era identificar e analisar a atuação do Ministério Público no controle da atividade policial..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Integrante / Maria Tereza Aina Sadek -
Coordenador / Rosangela Batista Cavalcanti -
Integrante / Rogerio Bastos Arantes -
Integrante / Alvino dos Santos Filho -
Integrante.

Financiador(es): Fundação Ford - Bolsa.

1996 - 1996

Descrição: O objetivo da pesquisa é identificar a atuação do Ministério Público frente às questões relacionadas à crise da justiça..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Maria Tereza Aina Sadek - Coordenador.
Financiador(es): Fundação Ford - Auxílio financeiro.

Projetos de extensão

2022 - Atual

Acesso à Justiça e Desastres

Descrição: O objetivo do projeto é levantar e organizar a literatura sobre acesso à justiça e desastres, além de dados relativos aos impactos de desastres ambientais, que somente nos primeiros meses de 2022 afetaram 700.00 pessoas, com dezenas de vítimas fatais e milhares de desabrigados. Em territórios marcados pela acentuada desigualdade, as vulnerabilidades pré-existentes se traduzem em uma maior dificuldade, por parte das comunidades atingidas, de acessar os mecanismos estatais e não estatais de reparação. Quando efetivamente conseguem se fazer representar por instituições como o Ministério Público e a Defensoria Pública em ações coletivas, esses grupos também sofrem com os obstáculos para a sua representação e participação efetiva. Além disso, tais ações muitas vezes envolvem no polo passivo o Poder Público e/ou grandes empresas, em um contexto marcado pelo desequilíbrio informacional e de recursos também no âmbito judicial. Por meio de estudos multi disciplinares pretende-se, a partir dessas questões elaborar um curso livre sobre o impacto de fenômenos aparentemente naturais, que se apresentam como tragédias anunciadas, cujas causas remontam a ações humanas com graves consequências ambientais, sociais, econômicas e climáticas, e sua relação com o acesso à justiça..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (5) / Mestrado acadêmico: (3) / Doutorado: (4) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha - Integrante / Daniela Monteiro Gabbay - Integrante / Maria Cecília Asperti - Coordenador.

2021 - Atual

Biblioteca Jurídica Popular

Descrição: A Biblioteca Jurídica Popular consiste em projeto de extensão que começou a ser desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2021 no âmbito do Grupo de Estudos e Extensão Acesso à Justiça e Desigualdades, vinculado à FGV Direito SP..
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Doutorado: (4) .

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -

Integrante / Daniela Monteiro Gabbay -
Integrante / Maria Cecilia Asperti -
Coordenador / Maurício Buosi Lemes -
Integrante / Danieli Rocha Chiuzuli -
Integrante.

Número de produções C, T & A: 1

Projetos de ensino

2021 - Atual

Democracia e Ações Afirmativas

Descrição: O curso introduz as/os alunas/os a compreensão de modelos de democracia, a partir do direito de minorias e ações afirmativas. Concomitantemente, as/os alunas/os deverão desenvolver uma análise dos projetos de leis que relacionados às ações afirmativas para população negra como uma estratégia de ampliação de direitos no Brasil..
Situação: Em andamento; Natureza: Ensino.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Coordenador / Delton Aparecido Felipe -
Integrante.

Outros Projetos

2024 - 2025

Assessoria Técnica: Programa de Reparação
Voo 2283 (PR 2283)

Descrição: Assessoria técnica prestada pelo NAJUPMESC FGV SP em Programa de Reparação de vítimas de acidente aéreo, em interlocução com órgãos do sistema de justiça (Defensoria Pública e Ministério Público do Estado de São Paulo), que visa coordenar equipe de facilitadores de solução de conflitos que compõem o Núcleo de Apoio e Supervisão do Programa e tem por incumbência contato com participantes, fornecimento de informações e esclarecimentos, assistência para o ingresso no programa, participação de reuniões e tratativas negociais.
Situação: Concluído; Natureza: Outra.

Integrantes: Luciana Gross Siqueira Cunha -
Coordenador / Daniela Monteiro Gabbay -
Integrante / Maria Cecilia Asperti - Integrante.

Membro de corpo editorial

2024 - Atual

Periódico: REVISTA DIREITO GV (ONLINE)

2022 - Atual

Periódico: Revista Suprema

2017 - Atual

Periódico: Revista CNJ

2014 - Atual

Periódico: REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS
EM DIREITO

2013 - Atual

Periódico: Direito GV Law School Legal Studies
Research Paper Series - SSRN

2005 - Atual

Periódico: Revista Direito GV

Membro de comitê de assessoramento

2020 - Atual

Agência de fomento: Instituto Mattos Filho

2020 - 2025

Agência de fomento: BASE Colaborativa

2020 - Atual

Agência de fomento: Ouvidoria-Geral da
Defensoria Pública do Estado de São Paulo

2013 - 2015

Agência de fomento: Ouvidoria-Geral da
Defensoria Pública do Estado de São Paulo

2012 - 2016

Agência de fomento: Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Revisor de periódico

2020 - Atual

Periódico: Crime, Law and Social Change

2018 - Atual

Periódico: Revista Direito, Estado e Sociedade

2017 - Atual

Periódico: Law and Society Review

2016 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Ciência Política

2015 - Atual

Periódico: Novos Estudos CEBRAP

2012 - Atual

2012 - Atual

Periódico: Pensar (UNIFOR)

2012 - Atual

Periódico: Revista de Administração Pública
(Impresso)

2011 - Atual

Periódico: Dilemas: Revista de Estudos de
Conflito e Controle Social

2009 - Atual

Periódico: Educação e Pesquisa (USP.
Impresso)

2006 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Ciências Sociais
(Impresso)

2005 - Atual

Periódico: Revista Direito GV

Revisor de projeto de fomento

2020 - Atual

Agência de fomento: Instituto Mattos Filho

2011 - Atual

Agência de fomento: Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

2007 - Atual

Agência de fomento: Conselho Nacional de
Justiça

2007 - Atual

Agência de fomento: Escola de Direito de São
Paulo da Fundação Getúlio Vargas

2006 - Atual

Agência de fomento: Programas das Nações
Unidas para o Desenvolvimento no Brasil

2026 - 2026

Agência de fomento: Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo

2005 - Atual

Agência de fomento: Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito e Desenvolvimento.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Justiça Climática.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito e Desenvolvimento/Especialidade: Desenho e Performance Institucional.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito e Desenvolvimento/Especialidade: Administração da Justiça.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito e Desenvolvimento/Especialidade: Judicialização da Política.

Idiomas

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente.

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Italiano

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2009

1º PREMIO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS JUDICIÁRIAS, Categoria Pesquisadores, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

2007

Bolsa Um mês no CES, CES - Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Produções

Citações

Web of Science

Total de trabalhos: 10

Total de citações: 15

Data: 17/04/2026

[Luciana Gross Cunha](#)

Google Scholar

Total de trabalhos: 100

Total de citações: 1519

Data: 09/02/2026

<https://scholar.google.com/citations?user=IB-qOLsAAAAJ&hl=en>

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

gross cunha, luciana; BUOSI LEMES, MAURÍCIO . Capacidades institucionais da Defensoria Pública de São Paulo para participação na regulação judicial de políticas públicas. REVISTA DE ESTUDOS EMPIRÍCOS EM DIREITO, v. 13, p. 1-39, 2026.

2.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; CHIUZULI, D. R. ; FERRARO, L. P. . Participação Social no Processo Estrutural. Revista Direito Público, v. 22, p. 1-29, 2025.

3.

GLEZER, R. E. ; BARBOSA, A. L. P. ; **gross cunha, luciana** . A uniformidade inusitada dos Tribunais de Justiça contra o Covid-19: uma análise empírica de litígio subnacional em contexto de tensões federativas. REVISTA DIREITO E PRAXIS **JCR**, v. 15, p. 1-27, 2024.

4.

GONÇALVES BUZOLIN, L. ; **CUNHA, Luciana Gross** . Sexual and reproductive rights in the Brazilian congress: a decade of struggle (2010s). REVISTA DIREITO E PRAXIS **JCR**, v. XX, p. 1-10, 2024.

5.

FERRARO, L. P. ; **GROSS CUNHA, LUCIANA** . Todo cidadão tem o direito a uma moradia digna, mas não a minha?: percepções sobre as zonas especiais de interesse social pelos moradores da cidade de São Paulo. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO URBANÍSTICO, v. 18, p. 89-116, 2024.

6.

[OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; **GROSS CUNHA, LUCIANA** ; RAMOS, L. O. . Medindo o apoio público ao Supremo Tribunal Federal: confiança e legitimidade institucional. OPINIÃO PÚBLICA, v. 30, p. 1-29, 2024.

7.

MOUALLEM, PEDRO SALOMON BEZERRA ; **CUNHA, LUCIANA GROSS** ; BARBIERI, CATARINA HELENA CORTADA ; NOYA, HENRIQUE CRUZ ; BUZOLIN, LÍVIA GONÇALVES . REVISTA DIREITO GV EM NUMEROS: BALANÇO DE 2023 E PERSPECTIVAS PARA 2024. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) **JCR**, v. 20, p. 2400-2400, 2024. **Citações:**
WEB OF SCIENCE ²

8.

MOUALLEM, PEDRO SALOMON BEZERRA ; **CUNHA, LUCIANA GROSS** ; BARBIERI, CATARINA HELENA CORTADA ; NOYA, HENRIQUE CRUZ ; BUZOLIN, LÍVIA GONÇALVES . REVISTA DIREITO GV IN NUMBERS: 2023 BALANCE SHEET AND OUTLOOK FOR 2024. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) **JCR**, v. 20, p. 2400-2400, 2024.

9.

CUNHA, L. G.; CHIUZULI, D. R. . Assessorias Técnicas Independentes: elementos conceituais e perspectivas de acesso à justiça. CADERNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGDIR./UFRGS, v. 19, p. 1-29, 2024.

10.

GROSS CUNHA, LUCIANA; BUOSI LEMES, MAURÍCIO ; PAVAN FERRARO, LUIZA . O desenho de Defensoria Pública no Brasil: disputas institucionais, atuação em políticas públicas e desafios no contexto da pandemia de Covid-19. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais, v. 2, p. 233-276, 2022.

11.

CUNHA, LUCIANA GROSS; LEMES, M. B. . Modelo de Ouvidoria Externa da Defensoria Pública e os Desafios do Acesso à Justiça. Revista Direito Público, v. 19, p. 319-342, 2022.

12.

★ OLIVEIRA, Fabiana Luci ; **CUNHA, Luciana Gross** . Os indicadores sobre o Judiciário brasileiro: limitações, desafios e o uso da tecnologia. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) **JCR**, v. 16, p. 1-23, 2020. **Citações:** **WEB OF SCIENCE** ⁵ | **SCOPUS** ⁹

13.

OLIVEIRA, FABIANA LUCI DE ; **CUNHA, LUCIANA GROSS** . REFORMAR O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL?. REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS **JCR**, v. 6, p. 1-20, 2020. **Citações:** **WEB OF SCIENCE** " 2

14.

SANDEFUR, REBECCA ; **CUNHA, Luciana Gross** ; ASPERTI, MARIA CECÍLIA DE ARAUJO ; SILVA, PAULO EDUARDO ALVES DA ; COSTA, SUSANA HENRIQUES DA . Access to justice and inequalities: an interview with Professor Rebecca Sandefur. REVISTA DIREITO GV (ONLINE) **JCR**, v. 16, p. 00-00, 2020. **Citações:** **SCOPUS** 1

15.

CUNHA, Luciana Gross; SAMPAIO, J. O. ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; PIERI, R. G. . Does Concern about Local Crime affect People's Trust in the Police?. ESTUDOS ECONOMICOS, v. 49, p. 661-686, 2019. **Citações:** **SCOPUS** 4

16.

OLIVEIRA, Fabiana Luci ; **CUNHA, Luciana Gross** . A legitimidade das leis e das instituições de justiça na visão dos brasileiros. Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar **JCR**, v. 7, p. 275-296, 2017. **Citações:** **WEB OF SCIENCE** " 1

17.

CUNHA, Luciana Gross; FERRAZ, L. S. ; ASPERTI, M. C. ; CHASIN, A. C. ; COSTA, S. H. ; Frederico Normanha Ribeiro de Almeida ; LAURIS, E. ; TAKAHASHI, B. ; ECONOMIDES, K. . Repensando o acesso à Justiça: velhos problemas, novos desafios. REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO, v. 4, p. 174-212, 2017.

18.

OLIVEIRA, Fabiana Luci ; **CUNHA, Luciana Gross** . Medindo o acesso à Justiça Cível no Brasil. Opinião Pública, v. 22, p. 318-349, 2016. **Citações:** **SCOPUS** 3

19.

CUNHA, Luciana Gross; SAMPAIO, J. O. ; RAMOS, L. O. . PERCEPTIONS ABOUT COMPLIANCE WITH LAW AND VULNERABLE GROUPS IN BRAZIL. REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO, v. 2, p. 91-109, 2015.

20.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; PIERI, R. G. . Os Diferenciais de Confiança na Justiça no Brasil. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, v. 1, p. 1-156, 2015.

21.

[OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; RAMOS, L. O. ; **CUNHA, Luciana Gross** . O Judiciário, a polícia e as leis na visão dos brasileiros. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, v. 8, p. 110-123, 2014.

22.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci ; GLEZER, R. E. . Brazilian Justice Confidence Index ? Measuring Public Perception on Judicial Performance in Brazil. International Law (Bogota 2003), v. 25, p. 445-472, 2014.

23.

SAMPAIO, J. O. ; **CUNHA, Luciana Gross** . Confidence in Justice and Experience with Court: Evidence from Brazil. Journal of Law and Criminal Justice, v. 2, p. 15-30, 2014.

24.

FRANCO, IVAN CANDIDO DA SILVA DE ; **CUNHA, LUCIANA GROSS** . O CNJ e os discursos do Direito e Desenvolvimento. Revista Direito GV [JCR](#), v. 9, p. 515-534, 2013.

25.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci ; RAMOS, L. O. . Compliance to Law and Effectiveness of the Rule of Law in Brazil. DIREITO GV Research Paper Series, v. 78, p. 1-12, 2013.

26.

GHIRARDI, J. G. ; **CUNHA, Luciana Gross** . O voto do silêncio: abstenção eleitoral, representações de cidadania e participação política na pós-modernidade. Revista de Direito Mackenzie, v. 6, p. 160-169, 2012.

27.

CUNHA, Luciana Gross; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; RAMOS, L. O. . Justiça Criminal no Brasil. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, v. 5, p. 78-95, 2011.

28.

CUNHA, Luciana Gross; PINHEIRO, V. M. . O Poder Judiciário na Visão de seus Ministros: Comentários sobre as Entrevistas dos Integrantes dos Tribunais Superiores. Revista brasileira de estudos constitucionais, v. 20, p. 123-129, 2011.

29.

CUNHA, Luciana Gross. Indicadores de desempenho do Judiciário: como são produzidos e qual a sua finalidade. Cadernos FGV Projetos, v. 12, p. 41-45, 2010.

30.

CUNHA, Luciana Gross; BONELLI, M. G. ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; SILVEIRA, M. N. B. . Profissionalização por gênero em escritórios paulistas de advocacia. Tempo Social (USP. Impresso) **JCR**, v. 20, p. 265-290, 2008. **Citações:** **WEB OF SCIENCE** 1 | **SciELO** 18 | **SCOPUS** 12

31.

CUNHA, Luciana Gross; BONELLI, M. G. ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; SILVEIRA, M. N. B. . Sociedades de Advogados e Tendências Profissionais. Revista Direito GV **JCR**, v. 3, p. 111-138, 2007. **Citações:** **SCOPUS** 5

32.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Alexandre dos Santos ; Flavia SCABIN ; Marcelo Kalil ISSA ; MACARIO, M. P. . Sistema de Justiça brasileiro: a produção de informação e sua utilização. Cadernos Direito GV, v. 4, p. 01-141, 2006.

33.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Alexandre dos Santos . Contando a Justiça: A produção de informação no sistema de justiça brasileiro. Boletim IBCCRIM, v. 151, p. 17-18, 2005.

34.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Alexandre dos Santos ; SCABIN, F. ; MACARIO, M. P. ; ISSA, M. K. . O sistema de justiça brasileiro, a produção de informações e sua utilização. Cadernos Direito GV, v. 1, p. 1-146, 2005.

35.

CUNHA, Luciana Gross. O acesso à Justiça e a assistência jurídica em São Paulo. Cidadania e Justiça, v. 09, p. 163-180, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

GROSS CUNHA, LUCIANA; BUZOLIN, L. G. (Org.) ; MARGARIDO, L. C. (Org.) . Pesquisas em Direito e Desenvolvimento: metodologias, perspectivas teóricas, limites e desafios. 1. ed. São Paulo: FGV Direito SP, 2024. v. 1. 236p .

2.

gross cunha, I. Pesquisas em Direito e Desenvolvimento: metodologias, perspectivas teóricas, limites e desafios. 2. ed. São Paulo: FGV Direito SP, 2024. v. 1. 236p .

3.

Luciana Gross Cunha; BUZOLIN, L. G. (Org.) . Direito e gênero: reflexões plurais sobre teorias feministas. 1. ed. São Paulo: FGV DIREITO SP COORDENADORIA DE PUBLICAÇÕES, 2022. v. 1. 180p .

4.

CUNHA, L. G.; DIMOULIS, D. (Org.) ; RAMOS, L. O. (Org.) . Um balanço da reforma do judiciário: os efeitos da reclamação constitucional nas práticas decisórias do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça de São Paulo. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020. v. 1. 93p .

5.

Luciana Gross Cunha; SANTANA, A. O. ; SOUZA, A. L. D. ; DIMOULIS, D. ; PINHEIRO, G. C. ; RAMOS, L. O. ; BARROS, M. A. L. L. ; COUTINHO, M. L. S. ; BARROS, M. ; LANGENEGGER, N. ; LANA, N. P. ; TOMMASINI, N. ; BISPO, N. H. ; SCHLOBACH, R. V. ; LUNARDI, S. R. G. . Um balanço da Reforma do Judiciário: os efeitos da Reclamação Constitucional e da Repercussão Geral nas práticas decisórias do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça de São Paulo. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2020. v. 1. 107p .

6.

★ **CUNHA, Luciana Gross;** GABBAY, Daniela Monteiro (Org.) ; GHIRARDI, J. G. (Org.) ; TRUBEK, D. (Org.) ; WILKINS, D. (Org.) ; MATTOS FILHO, A. O. (Org.) ; **SICA, L. P. P. P.** (Org.) . The Brazilian Legal Profession in the Age of Globalization The Rise of the Corporate Legal Sector and its Impact on Lawyers and Society. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2018. 358p .

7.

CUNHA, L. G.; GABBAY, Daniela Monteiro ; GHIRARDI, J. G. ; TRUBEK, D. ; WILKINS, D. . The Brazilian Legal Profession in the Age of Globalization. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. v. 1. 358p .

8.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; DIMOULIS, D. ; SANTANA, A. O. ; CARVALHIDO, A. L. ; **ROSILHO, A. J.** ; FERREIRA, C. C. ; CUSCIANO, D. T. ; BARROS, M. A. L. L. ; COUTINHO, M. L. S. ; SILVA, M. J. L. ; LANGENEGGER, N. ; NASSAR, P. A. S. ; GUERRA, P. H. G. ; GLEZER, R. E. ; DIAS, V. M. . O Supremo Tribunal Federal para além das ações diretas de inconstitucionalidade. 1. ed. São Paulo: DIREITO GV, 2014. 128p .

9.

GABBAY, Daniela Monteiro (Org.) ; **CUNHA, Luciana Gross** (Org.) . Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário: uma

10.

CUNHA, Luciana Gross. I Colóquio - Panorama da Pesquisa em Direito. 1. ed. São Paulo: DIREITO GV, 2012. v. 1. 501p .

11.

★ **CUNHA, Luciana Gross.** Juizado Especial : criação, instalação, funcionamento e a democratização do acesso à justiça. 1. ed. São Paulo: Editora SARAIVA, 2008. v. 1. 152p .

12.

CUNHA, Luciana Gross. Contando a Justiça: A Produção de Informação no Sistema de Justiça Brasileiro. 3. ed. São Paulo: FGV/DIREITO GV, 2006. v. 3. 90p .

Capítulos de livros publicados

1.

gross cunha, luciana; GLEZER, R. E. ; BARBOSA, A. L. P. . A Uniformidade Inusitada dos Tribunais de Justiça contra o Covid-19: uma análise empírica de litígio subnacional em contexto de tensões federativas. In: Carina Barbosa Gouvêa; Pedro H. Villas Bôas Castelo Branco; Felipe de Brito Alves Belo. (Org.). Democracia, Constitucionalismo e Crise. 1ed.Rio de Janeiro: GZ Editora, 2026, v. 1, p. 439-461.

2.

gross cunha, luciana; LEMES, M. B. . Defensoria Pública: um ator relevante no sistema de accountability. In: Tatiana Viggiani Bicudo; André Pascoal da Silva. (Org.). Democracia, Moralidade Pública e Transparência. 1ed.Rio de Janeiro: Almedina Brasil, 2026, v. 1, p. 356-374.

3.

★ **GROSS CUNHA, LUCIANA;** ASPERTI, M. C. . Access to Justice and Climate Litigation in Brazil. In: Maria Antonia Tigre; Armando Luis Silva Rocha; Délton Winter de Carvalho. (Org.). Brazil and Climate Justice. 1ed.Boston: Brill, 2025, v. 1, p. 169-182.

4.

GROSS CUNHA, LUCIANA; OLIVEIRA, Fabiana Luci . Desempenho Judicial, o quanto a Sociedade Confia e como Avalia o Poder Judiciário Brasileiro: a importância das medidas de confiança nas instituições. In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodriguez. (Org.). Manual de Sociologia Jurídica. 4ed.São Paulo: SaraivaJur, 2023, v. 1, p. 281-299.

5.

GROSS CUNHA, LUCIANA; LEMES, M. B. ; COSTA, A. A. ; BARBOSA, A. L. P. ; OLIVEIRA, C. L. ; NUNES, D. C. ; ARGUELHES, D. W. ; DIMOULIS, D. ; SILVA, D. B. E. ; PEREIRA, F. ; CAMARÁ, H. F. ; GHIRARDI, J. G. ; MATTOS, K. D. ; CAMARGO, M. M. L. ; MARONE, M. ; VIEIRA, Oscar Vilhena ; MELLO, P. P. C. ; GLÉZER, R. E. ; AMPARO, T. S. ; BUSTAMANTE, T. ; et.al . A disputa sobre os sentidos do texto constitucional: o papel do sistema de justiça a partir de um estudo da defensoria pública de São Paulo. In: Rubens Glezer; Ana Laura Pereira Barbosa. (Org.). Resiliência e Deslealdade Constitucional. 1ed.São Paulo: Contracorrente, 2023, v. 1, p. 339-367.

6.

CUNHA, Luciana Gross; BUZOLIN, L. G. ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** . O STF e a judicialização de políticas: locus de resistência ou governança autoritária?. In: Oscar Vilhena Vieira; Raquel de Mattos Pimenta; Fabio de Sa e Silva; Marta Rodriguez de Assis Machado. (Org.). Estado de Direito e Populismo Autoritário: erosão e resistência institucional no Brasil (2018-2022). 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023, v. 1, p. 213-239.

7.

CUNHA, L. G.. Access to Justice. In: Conrado Hübenr Mendes; Roberto Gargarella; Sebastian Buidi. (Org.). The Oxford Handbook of Constitutional Law in Latin America. 1ed.New York: Oxford University Press, 2022, v. 1, p. 459-470.

8.

BUZOLIN, L. G. ; **Luciana Gross Cunha** . Apresentação - Direito e Gênero: reflexões plurais sobre teorias feministas. In: Luciana Gross Cunha; Livia Gonçalves Buzolin. (Org.). Direito e gênero: reflexões plurais sobre teorias feministas. 1ed.: , 2022, v. , p. 11-16.

9.

CUNHA, L. G.. Lendo e refletindo sobre Catharine Mackinnon em 2021 no Brasil. In: Luciana Gross Cunha; Livia Buzolin. (Org.). Direito e gênero: reflexões plurais sobre teorias feministas. 1ed.São Paulo: FGV DIREITO SP COORDENADORIA DE PUBLICAÇÕES, 2022, v. , p. 163-179.

10.

Luciana Gross Cunha. Construindo Caminhos para a Justiça de Dados no Brasil. In: Bruno Bioni; Hana Mesquita; Johanna K. Monagreda; Rafael Zanatta. (Org.). Construindo caminhos para a justiça de dados no Brasil: o papel das Defensorias Públicas na proteção de dados pessoais. 1ed.São Paulo: Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, 2022, v. 1, p. 9-12.

11.

Luciana Gross Cunha. Os processos seletivos para instituições do sistema de justiça: UM OLHAR A PARTIR DO DIREITO E DESENVOLVIMENTO. In: Francisco Antonio Primo Gandolfi de Tulio. (Org.). Concurso público para as carreiras de juiz, promotor e defensor

12.

Luciana Gross Cunha; OLIVEIRA, Fabiana Luci . Acesso à Justiça: percepção e comportamento dos brasileiro. In: Vanessa Elías de Oliveira. (Org.). Judicialização de Políticas Públicas no Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2019, v. , p. 200-214.

13.

★ **CUNHA, LUCIANA GROSS;** Ghirardi, José Garcez . Legal Education in Brazil. The Brazilian Legal Profession in the Age of Globalization. 1ed.: Cambridge University Press, 2018, v. , p. 247-263.

14.

★ **CUNHA, LUCIANA GROSS;** GABBAY, Daniela Monteiro ; Ghirardi, José Garcez ; Trubek, David M. ; Wilkins, David B. . Globalization, Lawyers, and Emerging Economies. The Brazilian Legal Profession in the Age of Globalization. 1ed.: Cambridge University Press, 2018, v. , p. 1-32.

15.

Luciana Gross Cunha; RAMOS, L. O. ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** . Democracy and compliance to Law in Brazil. In: José Alvaro Moisés. (Org.). Building Democracies: Challenges, Crisis and Responses to Rule of Law, Access to Justice and Political Representation. 1ed.Rockville: Global South Press, 2017, v. 1, p. 217-228.

16.

CUNHA, Luciana Gross; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; RAMOS, L. O. ; VERONESE, A. ; ZIMDARS, A. ; DUPRET, B. ; BELLO, E. ; ALMEIDA, F. A. ; FONTAINHA, F. C. ; BUTON, F. ; FERRIE, J. ; ISRAEL, L. ; VERZELLONI, L. ; EILBAUM, L. ; GERALDO, P. H. B. ; FALBO, R. N. ; LOBAO, R. ; COSLOVSKY, S. V. ; SILBEY, S. . O Judiciário que temos é o que queremos?. In: Fontainha, Fernando de Castro; Geraldo, Pedro Heitor Barros. (Org.). Sociologia Empírica do Direito. 11ed.Lisboa: Editorial Juruá, 2016, v. 1, p. 311-326.

17.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; VERONESE, A. ; ZIMDARS, A. ; DUPRET, B. ; BELLO, E. ; ALMEIDA, F. A. ; FONTAINHA, F. C. ; BUTON, F. ; FERRIE, J. ; ISRAEL, L. ; VERZELLONI, L. ; EILBAUM, L. ; GERALDO, P. H. B. ; FALBO, R. N. ; LOBAO, R. ; COSLOVSKY, S. V. ; SILBEY, S. . O Judiciário que temos é o que queremos?. In: Fontainha, Fernando de Castro; Geraldo, Pedro Heitor Barros. (Org.). Sociologia Empírica do Direito. 1ed.Curitiba: Juruá Editora, 2015, v. , p. 311-326.

18.

CUNHA, Luciana Gross; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; DANTAS, Humberto ; SADEK, M. T. . Justiça Eleitoral: Opinião Pública e Confiança Institucional. In: Humberto Dantas. (Org.). Justiça Eleitoral.

19.

CUNHA, Luciana Gross; FEFERBAUM, M. . Repensando o Papel da Defensoria Pública: uma nova estratégia para o aprimoramento da cidadania. In: Aluísio Iunes Monti Ruggeri Ré; Gustavo Augusto Soares dos Reis. (Org.). Temas Aprofundados - Defensoria Pública V.2. 1ed.Salvador: Editora JusPODIVM, 2014, v. 2, p. 17-21.

20.

CUNHA, Luciana Gross; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** . Desempenho Judicial, o quanto a Sociedade Confia e como Avalia o Poder Judiciário Brasileiro: a importância das medidas de confiança nas instituições. In: Felipe Gonçalves Silva; José Rodrigo Rodriguez. (Org.). Manual de Sociologia Jurídica. 1ªed.São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2013, v. 1, p. 269-288.

21.

CUNHA, Luciana Gross. Por que devemos confiar no judiciário?. In: Daniel Wei Liang Wang. (Org.). Constituição e Política na Democracia: Aproximações entre Direito e Ciência Política. 1ed.São Paulo: Editora do Brasil LTDA, 2013, v. 1, p. 167-178.

22.

LANGENEGGER, N. ; **CUNHA, Luciana Gross** . Litígio de interesse público e desenvolvimento. In: Vladimir Oliveira da Silveira; Samyra Napolini Sanches; Monica Bonetti Couto. (Org.). Direito e desenvolvimento no Brasil do Século XXI. 1ed.: , 2013, v. 1, p. 85-102.

23.

CUNHA, Luciana Gross; Frederico Normanha Ribeiro de Almeida . Justiça e Desenvolvimento Econômico na Reforma do Judiciário brasileiro. In: Mario, G. Schapiro; David M. Trubek. (Org.). Direito e Desenvolvimento - Um Diálogo entre os BRICS. 1ed.São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2012, v. 1, p. 361-386.

24.

GABBAY, Daniela Monteiro ; **CUNHA, Luciana Gross** . Mudanças no sistema de justiça brasileiro. Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário: uma análise empírica. 1ªed.São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2012, v. 1, p. 31-32.

25.

GABBAY, Daniela Monteiro ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; **CUNHA, Luciana Gross** . Hipóteses e metodologia de pesquisa. In: Daniela Monteiro Gabbay; Luciana Gross Cunha. (Org.). Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário: uma análise empírica. 1ªed.São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2012, v. 1, p. 33-40.

26.

GABBAY, Daniela Monteiro ; **CUNHA, Luciana Gross** . Soluções e filtros. In: Daniela Monteiro Gabbay; Luciana Gross Cunha. (Org.). Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário: uma análise empírica. 1ªed.São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2012, v. 1, p. 137-149.

27.

GABBAY, Daniela Monteiro ; **CUNHA, Luciana Gross** . Considerações acerca do aumento da litigiosidade e do combate às causas da morosidade do sistema de Justiça brasileiro. In: Daniela Monteiro Gabbay; Luciana Gross Cunha. (Org.). Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário: uma análise empírica. 1ªed.São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2012, v. 1, p. 151-201.

28.

CUNHA, Luciana Gross. Por que devemos confiar no Judiciário?. In: Daniel Wei Liang Wang. (Org.). Constituição e política na democracia: aproximações entre direito e ciência política. 1ed.São Paulo: Marcial Pons, 2012, v. 1, p. 165-176.

29.

CUNHA, Luciana Gross. Rule of Law e desenvolvimento: os discursos sobre as reformas das instituições dos Sistemas de Justiça. In: VIEIRA, O. V.; DIMOULIS, D.. (Org.). Estado de Direito e o Desafio do Desenvolvimento. 1ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2011, v. 1, p. 233-246.

30.

CUNHA, Luciana Gross. Medir la justicia: el caso del índice de confianza en la justicia (ICJ) en Brasil. In: César Rodríguez Garavito. (Org.). El Derecho en América Latina: Un Mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI. 1ed.Madrid: Siglo XXI Editores, 2011, v. 1, p. 401-421.

31.

CUNHA, Luciana Gross. Governança da Justiça. In: Maria Lúcia L. M. Padua Lima. (Org.). Agenda Contemporânea: Direito e Economia - 30 Anos de Brasil - Série GVLaw. 1ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2011, v. 1, p. 357-379.

32.

ROSILHO, A. J. ; FERREIRA, C. C. ; CUSCIANO, D. T. ; RAMOS, L. O. ; COUTINHO, M. L. S. ; NASSAR, P. A. S. ; GLEZER, R. E. ; DIAS, V. M. ; **CUNHA, Luciana Gross** . Fundamentação e Previsibilidade no STF: uma Forma de Análise da Argumentação dos Ministros em Recursos Extraordinários. In: Flávia Martins de Carvalho e José Ribas Vieira (Coordenadores). (Org.). Desafios da Constituição: Democracia e Estado no Século XXI. 1ªed.Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, v. 1, p. 17-28.

33.

CUNHA, Luciana Gross. O caso HC-INCOR: política e instituições brasileiras. In: Ghirardi, J. G.; Vanzella, Rafael.. (Org.). Ensino Jurídico Participativo: Construção de Programas e Experiências Didáticas. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2009, v. 1, p. 251-270.

34.

CUNHA, Luciana Gross. Segurança Jurídica: performance de instituições e desenvolvimento. Poder Judiciário e desenvolvimento do Mercado de Valores Imobiliários brasileiro. 1ed.São Paulo: Editora SARAIVA; DIREITOGV e BOVESPA, 2008, v. 1, p. 131-145.

35.

Arantes, Rogério B. ; **CUNHA, Luciana Gross** . Polícia Civil e Segurança Pública - problemas de funcionamento e perspectivas de reforma. In: Sadek, M. T.. (Org.). Delegados de Polícia. 1ed.São Paulo: Editora Sumaré, 2003, v. 1, p. 95-140.

36.

CUNHA, Luciana Gross. Juizado Especial: ampliação do acesso a justiça?. In: Sadek, M. T.. (Org.). Acesso à justiça. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001, v. 23, p. 43-73.

37.

CUNHA, Luciana Gross. Acesso à justiça e assistência judiciária em São Paulo. In: Sadek, M. T.. (Org.). Acesso à justiça. 1ed.São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001, v. 23, p. 155-205.

38.

CUNHA, Luciana Gross. Ouvidoria de Polícia de São Paulo. In: Sadek, M. T.. (Org.). Justiça e Cidadania no Brasil. 1ed.São Paulo: Sumaré/Idesp, 2000, v. 1, p. 259-304.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

CUNHA, L. G.; SADEK, M. T. ; SOTTILI, R. ; PIERUCETTI, R. . Defensoria Pública de São Paulo: desafios democráticos. Estadão, São Paulo, 26 out. 2025.

2.

gross cunha, luciana; CHIUZULI, D. R. ; MENEZES, L. C. ; ROCHA, P. ; CAMARA, L. M. A. . Desafios à justiça climática: dois anos do desastre de São Sebastião. Folha de S Paulo, São Paulo, p. A4 - A4, 19 fev. 2025.

3.

CUNHA, L. G.; SADEK, M. T. . Restringir as Defensorias Públicas revela desprezo aos direitos humanos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 nov. 2021.

4.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) . Maioria percebe função imprescindível do STF para a democracia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 out. 2021.

5.

Luciana Gross Cunha; ALMEIDA, E. M. ; FERRARO, L. P. . Pandemia tirou STF da letargia no controle de atos do governo Bolsonaro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 set. 2021.

6.

CUNHA, LUCIANA GROSS; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) . O STF na visão dos brasileiros: ruim com ele, pior sem ele. Jota, São Paulo, 13 ago. 2021.

7.

CUNHA, L. G.; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) . O Supremo Tribunal Federal em tempos de pandemia. JOTA, São Paulo, 13 jun. 2020.

8.

CUNHA, L. G.; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; OLIVEIRA, V. E. . Redes Informais e Discrecionalidade burocrática no STF. JOTA, São Paulo, 02 jul. 2019.

9.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. . Confiança, harmonia e instituições. O Estado de S. Paulo, 21 fev. 2015.

10.

CUNHA, Luciana Gross. Análise: É preciso informação para reformas eficientes no Judiciário. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 1 - 1, 11 jun. 2013.

11.

CUNHA, Luciana Gross. Democracia, práticas políticas e o STF. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. A10 - A10, 02 out. 2012.

12.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. . Por que confiar no judiciário. mpd Diálogo - Revista do Movimento do Ministério Público Democrático, São Paulo, p. 19 - 19, 01 jun. 2012.

13.

CUNHA, Luciana Gross. Longa espera nos Juizados Especiais. Jornal O Dia, 23 abr. 2008.

14.

CUNHA, Luciana Gross. Retrato da Advocacia. Consultor Jurídico - SP, 17 mar. 2008.

15.

CUNHA, Luciana Gross. Juizados de pequenas causas vivem em crise. Estado de São Paulo, p. 1 - 1, 17 mar. 2008.

16.

CUNHA, LUCIANA GROSS. Advogado de Escritório Paulista é Jovem Pós-Graduado. Consultor Jurídico - Conjur, 16 mar. 2008.

17.

CUNHA, Luciana Gross. Direito GV e Universidade Federal de São Carlos traçam o perfil das sociedades de advogados em São Paulo. Canal Executivo, ww2.uol.com.br/canalexecutivo/, 15 fev. 2008.

18.

CUNHA, Luciana Gross. Em sintonia com as transformações na sociedade, a área jurídica abre novos campos de atuação. Canal RH, 14 fev. 2008.

19.

CUNHA, Luciana Gross. O CNJ e a informação sobre o Judiciário. Valor Econômico, São Paulo, p. E2 - E2, 24 out. 2006.

20.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; O CNJ e a informação sobre o judiciário. E-Clíp, p. 1 - 1, 24 out. 2006.

21.

CUNHA, Luciana Gross. Justiça com as próprias mãos: uma goleada no Supremo. Estado de São Paulo, São Paulo, , v. J, p. 3 - 3, 19 fev. 2006.

1.

CUNHA, L. G.; LEMES, M. B. ; FERRARO, L. P. . A atuação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. In: V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2022, Natal. Anais V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2022.

2.

CUNHA, L. G.; ALMEIDA, E. M. ; FERRARO, L. P. . O STF e a pandemia: controle constitucional concentrado durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19 no Brasil. In: 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021, São Paulo. 45º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2021.

3.

Luciana Gross Cunha; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; BUZOLIN, L. G. . O STF e a judicialização de políticas: locus de resistência ou governança autoritária?. In: 44º Encontro Anual ANPOCS, 2020, São Paulo. ANAIS DO 44º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2020.

4.

CUNHA, Luciana Gross. O protagonismo decisório do STF e o equilíbrio de poderes: um estudo empírico do caso da união homoafetiva. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Aguas de Lindóia. 37º Encontro Anual da Anpocs, 2013. v. 1. p. 1-13.

5.

CUNHA, Luciana Gross; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; RAMOS, L. O. . What Kind Of Judiciary Do We Want?. In: IPSA-ECPR joint conference, Whatever Happened to North-South?, 2011, São Paulo. IPSA-ECPR Joint Conference. Montreal: International Political Science Association (IPSA), 2011. v. 1. p. 1-21.

6.

CUNHA, Luciana Gross. Judicial Administration in Brazil: Dissemination of Information and Transparency. In: International Conference - Law and Society in the 21st Century - Transformation, Resistances, Futures, 2007, Berlin. International Conference - Law and Society in the 21st Century - Transformation, Resistances, Futures. Berlin: Law Society Review, 2007. p. 1-18.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci . The Justice Indicators and the Impact on Public Policies within the Brazilian Judiciary. In: 2012 International Conference on Law and Society, 2012, Honolulu. International Conference on Law and Society Preliminary Program. Honolulu: The Law and Society Association, 2012. v. 2012. p. 1-1.

2.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci . The Justice Confidence Index in Brazil: Why, How, and for Whom it has Been Produced. In: 2011 Annual Meeting Law and Society Association, 2011, San Francisco. Annual Meeting Law and Society Association. San Francisco: Law Society Association, 2011. v. 1. p. 62-62.

3.

CUNHA, Luciana Gross. Judicial Predictability and Development: the Judicial Predictability and the Discourses on Institutional Reforms in the Justice System. In: 2008 Joint Annual Meetings of the Law and Society Association and the Canadian Law and Society Association, 2008, Montreal. 2008 Joint Annual Meetings. Montreal: Law Society Association, 2008. v. 2008. p. 12-12.

4.

CUNHA, Luciana Gross. Juizado Especial Cível e a democratização do acesso à justiça. In: 28º Encontro Anual da ANPOCS, 2004, Caxambu. Programas e Resumos - 28º Encontro da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2004. v. 28. p. 129-129.

5.

CUNHA, Luciana Gross. Access of Justice and Legal Aid in São Paulo. In: XXIII International Congress of the Latin American Studies Association, 2001, Washington DC. Lasa 2001. Washington: Latin American Studies Association - LASA, 2001. v. 23. p. 5-5.

6.

CUNHA, Luciana Gross. As ouvidorias: mecanismos de controle democrático. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000, Petrópolis. XXIV Encontro Anual da Apocs. São Paulo: ANPOCS, 2000. v. 14. p. 68-68.

Apresentações de Trabalho

1.

GABBAY, Daniela Monteiro ; **CUNHA, L. G.** ; ASPERTI, M. C. A. ; CHIUZULI, D. R. ; RAMOS, A. M. S. ; NOGUEIRA, B. C. ; MARTINEZ, V. D. M. . Presente e futuro da mediação e conciliação judiciais no Brasil: diagnóstico de práticas, balanço da política judiciária da Resolução n. 125/2010 do CNJ e agenda de desafios. 2026. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

CUNHA, L. G.; GABBAY, Daniela Monteiro ; ASPERTI, M. C. A. ; CHIARA, L. V. M. ; VEIGA, J. C. . Mesa de abertura - 15 anos da Resolução nº 125/2010: balanço da política judiciária de mediação e conciliação judiciais. 2026. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

CUNHA, Luciana Gross; CHIUZULI, D. R. ; ASPERTI, M. C. A. . Assessorias Técnicas Independentes: elementos conceituais e perspectivas de acesso à justiça. 2025. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

4.

CUNHA, L. G.; SIMONI, W. F. ; BEHAR, M. . Abertura. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

CUNHA, L. G.. Atendendo vulnerabilidades. 2025. (Apresentação de Trabalho/Outra).

6.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; AMPARO, T. S. ; CHIUZULI, D. R. ; FERRARO, L. P. ; SILVA, M. A. B. F. F. ; PORTES NETO, A. L. ; MOREIRA, F. . Desastres, justiça climática e o sistema de justiça. 2025. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

CUNHA, L. G.; CHIUZULI, D. R. . Assessorias Técnicas Independentes, desastres e acesso à justiça. 2024. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

8.

LEMES, M. B. ; FERRARO, L. P. ; **CUNHA, L. G.** . A atuação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

9.

CUNHA, L. G.; LEMES, M. B. . A atuação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

10.

CUNHA, L. G.; ALMEIDA, E. M. ; FERRARO, L. P. . STF e a pandemia: controle constitucional concentrado durante o primeiro ano da pandemia COVID-19 no Brasil. 2021. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

11.

CUNHA, L. G.; MACHADO, M. R. A. ; MACHADO, M. R. ; PUSCHEL, F. ; PIMENTA, R. . Metodologia da Pesquisa em Direito e Desenvolvimento. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12.

CUNHA, L. G.; OLIVEIRA, Fabiana Luci ; BUZOLIN, L. G. . O STF e a judicialização de políticas: lócus de resistência ou governança autoritária?. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

13.

CUNHA, L. G.; RAMOS, L. O. ; OLIVEIRA, Fabiana Luci . Confiança e Imagem Pública do STF. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

14.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro ; FERRAZ, L. S. ; ALMEIDA, F. N. R. ; ASPERTI, M. C. ; ECONOMIDES, K. ; COSTA, S. H. ; CHASIN, A. C. ; LAURIS, E. ; TAKAHASHI, B. . Repensando o acesso à Justiça: velhos problemas, novos desafios. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

15.

CUNHA, Luciana Gross; ALMEIDA, F. N. R. ; OLIVEIRA, I. L. G. . Mesa de Debates: Acesso, Confiança na Justiça e Cidadania. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16.

CUNHA, LUCIANA GROSS. Building Capacity. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17.

CUNHA, Luciana Gross. Legal challenges in precarious times. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18.

CUNHA, Luciana Gross. Law and New Development Strategies: Brazil and Beyond. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

19.

CUNHA, Luciana Gross. Compliance to Law And Effectiveness of the Rule of Law in Brazil. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20.

CUNHA, Luciana Gross. O Protagonismo Decisório do STF e o Equilíbrio de Poderes: Um estudo empírico do caso da união homoafetiva. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21.

CUNHA, Luciana Gross. Direito e Desenvolvimento no Brasil do Século XXI. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22.

CUNHA, Luciana Gross. Globalization, Lawyers and Emerging Economies. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci . The Justice Indicators and the Impact on Public Policies within the Brazilian Judiciary. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

CUNHA, Luciana Gross. Conheça a Graduação. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25.

CUNHA, Luciana Gross. Efetividade da Garantia do Acesso à Justiça: A Experiência dos Juizados Especiais. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

26.

MORAIS, J. L. ; **CUNHA, Luciana Gross** ; SALDANHA, J. . A crise do Estado e da Jurisdição e as Formas Alternativas de Resolução de Conflitos. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27.

CUNHA, Luciana Gross. The Judiciary. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28.

CUNHA, Luciana Gross. Managing Growth in a Changing World: What lessons can the BRICS learn from each other?. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci ; RAMOS, L. O. . What Kind Of Judiciary Do We Want?. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; A Percepção da População sobre a Justiça Brasileira. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Funcionamento e Gestão da Justiça: Onde estão os 'gargalos'. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

32.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; STF e o controle do judiciário. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

33.

CUNHA, Luciana Gross. Pesquisa de Law & Economics. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

34.

CUNHA, Luciana Gross. Pesquisa Empírica no Direito. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

35.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci . The Justice Confidence Index in Brazil: Why, How, and for Whom it has Been Produced. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

36.

CUNHA, Luciana Gross. Confiança no Judiciário e Acesso à Justiça. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

37.

CUNHA, Luciana Gross. New Lenses for an Old Question: Judicial Institutions and the Quality of Democracy. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

38.

CUNHA, Luciana Gross. Inovação dos métodos de pesquisa em Direito e renovação da Produção Científica. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

39.

CUNHA, Luciana Gross. Justiça e desenvolvimento econômico na Reforma do Judiciário brasileiro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

40.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Measuring good governance. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

41.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Sociedade e judicialização da política. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Eficácia regulatória e revisão judicial. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

CUNHA, Luciana Gross. Como incidir en las reformas judiciales y regulatorias?. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).

44.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Law and Development in Brazil. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

45.

GABBAY, Daniela Monteiro ; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; **CUNHA, Luciana Gross** . O Desenho de Sistemas de Resolução Alternativa de Disputas para Conflitos de Interesse Público. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

46.

CUNHA, Luciana Gross. En que está la justicia? El análisis y la reforma del sistema judicial. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

47.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Índice de Confiança na Justiça Tributária. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

48.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; O STF, o CNJ e a organização do poder judiciário brasileiro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

49.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; A construção de um indicador sistemático de avaliação da Justiça - o Índice de Confiança no Judiciário. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

50.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Reforma do Judiciário. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

51.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Reforma do Judiciário. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

52.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Metodologia do Ensino Jurídico no Brasil: estado da Arte e perspectivas. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

53.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Análise sobre a confiabilidade da justiça. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

54.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Balanço de 20 anos da Constituição. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

55.

CUNHA, Luciana Gross. Judicial Predictability and Development: the Judicial Predictability and the Discourses on Institutional Reforms in the Justice System. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

56.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; O Sistema de Justiça na Nova Ordem Constitucional. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

57.

CUNHA, Luciana Gross. Rule of Law: os discursos para a reforma do sistema de justiça. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

58.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Judicial Administration in Brazil: Dissemination of Information and Transparency. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

59.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Cases on Law, Governance, and Development III - Rule of Law, State Building and Transition. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

60.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Supremo Tribunal Federal, suas decisões e a ciência política: como os argumentos são utilizados. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

61.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Constituição e democracia: questões conceituais de ciência política e teoria do direito. 2006. (Apresentação de Trabalho/Outra).

62.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Poder Político e Controles Democráticos. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

63.

CUNHA, Luciana Gross. Algumas Questões sobre a democratização do acesso à justiça: o Juizado Especial Cível. 2006. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

64.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Organização do sistema de justiça e acesso à justiça. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

65.

CUNHA, Luciana Gross. Supremo Tribunal Federal, suas decisões e a Ciência Política: como os argumentos são utilizados. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

66.

CUNHA, Luciana Gross. O sistema de justiça e o ambiente político. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

67.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Informatização e Estatísticas da Justiça. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

68.

CUNHA, Luciana Gross. Conflitos sobre Direitos Fundamentais entre Ordem Nacional e Ordem Transnacional. 2005. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

69.

CUNHA, Luciana Gross. Juizado Especial Cível e a democratização do acesso à justiça. 2004. (Apresentação de Trabalho/Outra).

70.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Sistema de justiça brasileiro, a utilização de sistemas de estatística e banco de dados: um retrato inicial. 2004. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

71.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Os Objetivos de uma pesquisa aplicada. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

72.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Access of Justice and Legal Aid in São Paulo. 2001. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

73.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; As ouvidorias: mecanismos de controle democrático. 2000. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Outras produções bibliográficas

1.

GROSS CUNHA, LUCIANA; RAMOS, L. O. ; FIRMINO, I. F. C. ; BERNARDINO, K. P. ; BENEDITO, A. ., OPERACIONALIZANDO À EQUIDADE RACIAL NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO NO 203/2015 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. São Paulo: FGV Direito SP, 2024 (Sumário Executivo).

2.

GROSS CUNHA, LUCIANA; BUZOLIN, L. G. ; MARGARIDO, L. C. . Pesquisas em Direito e Desenvolvimento: metodologias, perspectivas teóricas, limites e desafios. São Paulo, 2024. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

3.

gross cunha, l. Apresentação - Pesquisando elites jurídicas burocráticas a partir do Direito e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2024. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

4.

CUNHA, LUCIANA GROSS; ASPERTI, M. C. A. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; CHIUZULI, D. R. ; CAMPOS, D. P. ; TEMER, T. ; CAMARA, L. M. A. ; ROSIM, D. Z. ; SILVA, F. W. S. . Protocolo Acesso à Justiça e Desastres: recomendações elaboradas para o sistema de justiça para atuação em casos de desastres. Sa: Repositório Online, 2023 (Material Institucional).

5.

GABBAY, Daniela Monteiro ; **Luciana Gross Cunha** ; ASPERTI, M. C. . Biblioteca Jurídica Popular. São Paulo: FGV Direito SP, 2022 (Material Institucional).

6.

Luciana Gross Cunha. UM OLHAR A PARTIR DO DIREITO E DESENVOLVIMENTO. São Paulo, 2022. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

7.

Luciana Gross Cunha. Construindo caminhos para a justiça de dados no Brasil: o papel das defensorias públicas na proteção de dados pessoais. São Paulo, 2022. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

8.

GROSS CUNHA, LUCIANA. OS PROCESSOS SELETIVOS PARA INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA: UM OLHAR A PARTIR DO DIREITO E DESENVOLVIMENTO. São Paulo, 2022. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

9.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci ; RAMOS, L. O. . Compliance to Law and Effectiveness of the Rule of Law in Brazil 2013 (DIREITO GV Research Paper Series n. 78).

10.

CUNHA, Luciana Gross. I Colóquio - Panorama da Pesquisa em Direito. São Paulo, 2012. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

11.

CUNHA, Luciana Gross. Judicial administration in Brazil: courts caseload statistics. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008 (Working Paper).

12.

CUNHA, Luciana Gross. Rule of law and development: the discourses on institutional reforms in the justice system. São Paulo: Fundação Geúlio Vargas, 2008 (Working Paper).

13.

CUNHA, Luciana Gross; SILVA, Paulo Eduardo da ; PEREIRA, Thomaz H. J. A. . Análise do funcionamento das varas de falência e recuperação judicial da comarca da cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008 (Working Paper).

14.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Contando a justiça: a produção de informação no sistema de justiça brasileiro. São Paulo, 2006. (Prefácio, Pós-facio/Introdução)>.

15.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Notes e Access to Justice in a Megalopolis: São Paulo, Brazil. Sussex: Institute of Development Studies, 2003 (Working Paper).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1.

CUNHA, L. G.. Curso Direito & Economia - Sistema de Justiça e Governança - CNJ: papel institucional e banco de dados, Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. 2020 O curso tem aderência ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas ao se destinar à capacitação técnica de público específico, qual seja, procuradores do estado, na leitura e interpretação de dados produzi. 2022.

2.

CUNHA, Luciana Gross. Parecerista da Revista Brazilian Political Science Review. 2014.

3.

CUNHA, Luciana Gross. Parecerista da Revista de Administração Pública - RAP. 2014.

4.

CUNHA, LUCIANA GROSS; NASSER, Salem Hikmat ; MACHADO, M. R. A. ; SOUZA, T. R. E. ; SILVA, S. T. . Coordenadora Institucional do PIC/FGV DIREITO SP 2014-2015. 2014.

5.

LOPES, J. R. L. ; **CUNHA, Luciana Gross** ; SCHAPIRO, Mario G. ; PEREIRA NETO, C. M. S. ; MARQUES, M. M. L. . Membro de Comissão para Seleção Docentes da DIREITO GV. 2013.

6.

CUNHA, Luciana Gross. Membro de conselho da Defensoria Pública do estado de São Paulo. 2013.

7.

CUNHA, Luciana Gross. Parecerista Ad Hoc para o Seminário: Ensino Jurídico e Formação Docente. 2013.

8.

CUNHA, Luciana Gross. Assessora ad-hoc da FAPESP para parecer final sobre avaliação das solicitações de bolsa de mestrado. 2011.

9.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Parecerista Ad Hoc FAPESP. 2011.

10.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Parecerista Ad Hoc FAPESP. 2010.

11.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo ; ARAUJO, Danilo Borges dos Santos Gomes de ; **CUNHA, Luciana Gross** ; BARBOSA, S. R. . Avaliação dos projetos dos candidatos a bolsa de iniciação científica da DIREITO GV e PIBIC/CNPq. 2010.

12.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Parecerista Ad Hoc FAPESP. 2009.

13.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Parecerista Ad Hoc FAPESP. 2008.

14.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Parecerista Ad Hoc FAPESP. 2007.

15.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Parecerista Ad Hoc FAPESP. 2006.

16.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Parecerista Ad Hoc FAPESP. 2005.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

GROSS CUNHA, LUCIANA. Café da Manhã - Ninguém Acima da Lei - Transparência Brasil. 2026. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

2.

GROSS CUNHA, LUCIANA. Rio closes Copacabana small claims court after 30 years. 2026. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

3.

GROSS CUNHA, LUCIANA. Apesar de medidas afirmativas, diversidade no Judiciário ainda é desafio, aponta FGV. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

4.

CUNHA, L. G.. Venda de sentenças e a corrupção na justiça. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

5.

CUNHA, L. G.. Um defeito de cor | dica da professora Luciana Gross Cunha. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

6.

CUNHA, L. G.; TAROUCO, G. ; MARCHETTI, V. ; COUTO, C. G. . ANPOCS DEMOCRACIA E ELEIÇÕES | Governança e integridade do processo eleitoral. 2022. 📺

7.

CUNHA, L. G.; SANTANA, I. ; KARAM, V. ; PAVAM, N. ; SANTORO, A. R. ; LISBOA, M. . Reviravoltas no Supremo levantam discussão sobre insegurança jurídica. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

8.

Luciana Gross Cunha; SANTANA, I. ; KARAM, V. ; PAVAM, N. ; SANTORO, A. R. ; LISBOA, M. . Reviravoltas em decisões do Supremo levantam discussão sobre insegurança jurídica. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

9.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. . Pesquisa aponta crescimento na confiança no STF. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

10.

CUNHA, L. G.. Mundo Político. 2021. 📺

11.

CUNHA, LUCIANA GROSS. Mundo Político. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

12.

CUNHA, L. G.. Entenda projeto do Congresso para mudar órgão que fiscaliza Ministério Público. 2021. 📺

13.

CUNHA, L. G.; NASSER, Salem Hikmat ; COUTO, C. G. . Fora da Política não há Solução - A CPI dará em que?. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

14.

CUNHA, L. G.; MARONE, M. . #17 Análise de Conjuntura (com Luciana Gross e Marjorie Marona. 2020. 📺

15.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; LAGRASTA, V. F. . Mediação e Acesso à Justiça em tempos de Coronavírus. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺

16.

CUNHA, L. G.; BARROS, C. R. . Brasil tem governo ideologicamente mais extremista entre todos os governos democráticos. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

17.

CUNHA, L. G.. Protestos da Oposição mostram que Bolsonaro não domina mais as ruas. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

18.

CUNHA, L. G.; COUTO, C. G. . Fora da Política não há solução. 2020. 📺

19.

CUNHA, L. G.. Estudio CBN. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

20.

CUNHA, L. G.. Sob fogo cruzado: qual o futuro da Lava Jato em uma arena cercada de inimigos?. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

21.

Luciana Gross Cunha; KERCHE, F. . O impacto da escolha de Bolsonaro para a Procuradoria-Geral. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

22.

CUNHA, L. G.; VIANNA, L. J. W. ; BURGOS, M. T. B. ; CARVALHO, M. A. R. ; SADEK, M. T. . Magistratura em Transformação. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

23.

Luciana Gross Cunha; NETTO, A. V. S. . Como Justiça e Ministério Público marcam a campanha. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

24.

Luciana Gross Cunha. Judicialização da Política. 2017. 📺

25.

Luciana Gross Cunha. Judiciário não escolheu ser protagonista político, 'foi empurrado para isso', diz cientista política. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

26.

CUNHA, Luciana Gross. Programa Roda Viva. 2015. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺

27.

CUNHA, Luciana Gross. Mais de 80% dos brasileiros acham fácil desobedecer as leis, aponta FGV. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

28.

CUNHA, LUCIANA GROSS. Entrevista no Jornal da Gazeta sobre a 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

29.

CUNHA, Luciana Gross. Recondução é prova de força de uma gestão corporativa. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

30.

CUNHA, Luciana Gross. Polícia reprovada. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

31.

CUNHA, Luciana Gross. Judiciário é uma das instituições menos confiáveis, indica a FGV. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

32.

CUNHA, Luciana Gross. Judiciário é pouco ou nada confiável, mostra estudo. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

33.

CUNHA, Luciana Gross. Brasileiro insatisfeito com polícia. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

34.

CUNHA, Luciana Gross. Estudo aponta que mais de 60% dos brasileiros reprovam a polícia. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

35.

CUNHA, Luciana Gross. Cresce o número de jovens assassinados. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

36.

CUNHA, Luciana Gross. Cobranças de dívidas emperram a Justiça. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

37.

CUNHA, Luciana Gross. Cobranças judiciais de impostos são a maior dificuldade da Justiça, aponta CNJ. 2012. (Programa de rádio ou

38.

CUNHA, Luciana Gross. Ferrovia pode ligar Norte de Minas Gerais a porto capixaba. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

39.

CUNHA, Luciana Gross. Isenção a juiz, um direito ou um privilégio!. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

40.

CUNHA, Luciana Gross. Inscrições com desconto para mestrado acadêmico da Direito GV termina nesta sexta-feira, 24. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

41.

CUNHA, Luciana Gross. Supremo Poder. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

42.

CUNHA, Luciana Gross. Mestrado acadêmico da Direito GV abre inscrições hoje. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

43.

CUNHA, Luciana Gross. Direito GV abre inscrições para mestrado com direito a bolsas. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

44.

CUNHA, Luciana Gross. Brasil precisa de um novo modelo de segurança pública, dizem especialistas. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

45.

CUNHA, Luciana Gross. A grande verdade. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

46.

CUNHA, Luciana Gross. Dos embargos auriculares. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

47.

48.

CUNHA, Luciana Gross. Para eleger governador senador e presidente ganha quem tiver 50% mais um. 2010. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Redes sociais, websites e blogs

1.

CUNHA, L. G.; MARCHETTI, V. ; COUTO, C. G. ; **TAROUCO, G. S. .** Anpocs: Eleições e Democracia. 2022; Tema: Governança e integridade do processo eleitoral. (Rede social).

2.

Luciana Gross Cunha; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; RAMOS, L. O. . O STF na visão dos brasileiros: ruim com ele, pior sem ele. 2021; Tema: Confiança nas Instituições. (Blog).

3.

CUNHA, L. G.; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; RAMOS, L. O. . Is there Public Support for the Brazilian Supreme Court in a Time of Crisis?. 2021; Tema: Confiança nas Instituições. (Blog).

4.

Luciana Gross Cunha; MACHADO, M. R. A. . The Brazilian Supreme Court and the Protection of Democracy in the Age of Populism: Under Pressure but Crucial: The Brazilian Supreme Court under Bolsonaro. 2019; Tema: Democracia e Poder Judiciário. (Blog).

Demais tipos de produção técnica

1.

CUNHA, L. G.; GABBAY, Daniela Monteiro ; ASPERTI, M. C. A. ; CHIUZULI, D. R. ; RAMOS, A. M. S. ; NOGUEIRA, B. C. ; MARTINEZ, V. D. M. . Presente e futuro da mediação e conciliação judiciais no Brasil: balanço da política judiciária da Resolução n. 125/2010 e agenda de desafios: relatório de pesquisa. 2026. (Relatório de pesquisa).

2.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; AMPARO, T. S. ; CHIUZULI, D. R. ; FERRARO, L. P. ; CAMARA, L. M. A. ; SILVA, M. A. B. F. F. . Mapeamento dos processos judiciais relacionais ao desastre de 2023 em São Sebastião - SP. 2026. (Banco de dados).

3.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; AMPARO, T. S. ; CHIUZULI, D. R. ; FERRARO, L. P. ; CAMARA, L. M. A. ; MENEZES, L. C. ; SILVA, M. A. B. F. F. . Políticas Públicas em desastres e mudanças climáticas - São Sebastião - SP: mapeamento legislativo. 2026. (Banco de dados).

4.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; AMPARO, T. S. ; FERRARO, L. P. ; CAMARA, L. M. A. ; CHIUZULI, D. R. . Amicus Curiae apresentado em Ação Civil Pública de reestruturação da Defesa Civil em São Sebastião - SP. 2026. (Manifestação técnica).

5.

CUNHA, L. G.; GABBAY, Daniela Monteiro ; ASPERTI, M. C. A. ; CHIUZULI, D. R. ; RAMOS, A. M. S. ; NOGUEIRA, B. C. ; MARTINEZ, V. D. M. . Presente e futuro da mediação e conciliação judiciais no Brasil: balanço da política judiciária da Resolução nº 125/2010 e agenda de desafios: policy paper. 2026. (Policy Paper).

6.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; AMPARO, T. S. ; FERRARO, L. P. ; CAMARA, L. M. A. ; CHIUZULI, D. R. . Amicus Curiae apresentado em Ação Civil Pública de indenização em São Sebastião - SP. 2026. (Manifestação técnica).

7.

GROSS CUNHA, LUCIANA. Teoria Geral do Direito: formação do pensamento intelectual brasileiro. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

8.

GROSS CUNHA, LUCIANA; ASPERTI, MARIA CECÍLIA DE ARAÚJO ; AMPARO, T. S. ; CHIUZULI, D. R. ; FERRARO, L. P. ; CAMARA, L. M. A. ; SILVA, M. A. B. F. F. . Desastres, justiça climática e o sistema de justiça: um estudo do caso do desastre climático de São Sebastião. 2025. (Relatório de pesquisa).

9.

GROSS CUNHA, LUCIANA; ASPERTI, MARIA CECÍLIA DE ARAÚJO ; AMPARO, T. S. ; CHIUZULI, D. R. ; FERRARO, L. P. ; CAMARA, L. M. A. ; SILVA, M. A. B. F. F. . Sistema de Justiça e Justiça Climática. 2025. (Relatório de pesquisa).

10.

GROSS CUNHA, LUCIANA; ASPERTI, M. C. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; CHIUZULI, D. R. ; CAMPOS, D. P. ; SILVA JUNIOR, L. C. ; CAMARA, L. M. A. ; PESSOA, J. V. L. ; JARA, S. A. . Amicus Curiae apresentado na Acción Extraordinaria de Protección nº 1489-21-EP. 2025. (Manifestação técnica).

11.

GROSS CUNHA, LUCIANA; LEMES, M. B. ; ASPERTI, M. C. . Parecer Técnico Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2025. (Manifestação técnica).

12.

gross cunha, l.. 3º Curso de Extensão em Direitos Humanos. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

13.

GROSS CUNHA, LUCIANA; RAMOS, L. O. ; BERNARDINO, K. P. ; FIRMINO, I. F. C. ; BENEDITO, A. ., OPERACIONALIZANDO A EQUIDADE RACIAL NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO NO 203/2015 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. 2024. (Relatório de pesquisa).

14.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; CAMPOS, D. P. ; ALBUQUERQUE, D. L. ; CHIUZULI, D. R. ; SILVA JUNIOR, L. C. ; CAMARA, L. M. A. ; LEITE, J. V. C. . Amicus Curiae apresentado na Acción Extraordinaria de Protección nº 1489-21-EP. 2024. (Manifestação técnica).

15.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; CHIUZULI, D. R. ; SILVA, F. W. S. ; ESPINDOLA, G. M. ; LEITE, J. V. C. ; ZIGLIO, L. ; BARBOSA, I. ; SCATENA, T. P. . O Clima das Eleições: Eixo São Paulo. 2024. (Nota Técnica).

16.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; CHIUZULI, D. R. ; SILVA, F. W. S. ; ESPINDOLA, G. M. ; LEITE, J. V. C. ; BARBOSA, I. ; SCATENA, T. P. . O Clima das Eleições: Eixo Ribeirão Preto. 2024. (Nota Técnica).

17.

CUNHA, L. G.; PACHECO, A. L. S. P. ; PEREIRA, B. L. ; BENTO, B. M. ; MURTA, M. C. ; TAKEHARA, M. M. T. ; FERREIRA, R. V. C. M. . Biblioteca Jurídica Popular: Análise das candidaturas de pessoas negras para as assembleias legislativas: Pernambuco e Pará. 2023. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático).

18.

CUNHA, L. G.; PEDROSA, E. R. L. ; CAMARGO, M. V. S. ; ALMEIDA, S. N. ; VIEIRA, R. I. S. S. ; FRANCO, I. P. . Biblioteca Jurídica Popular: Candidaturas coletivas: para as assembleias legislativas estaduais no Maranhão e São Paulo em 2018 e 2022. 2023. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático).

19.

CUNHA, L. G.; VIANA, A. T. C. ; PASSONI, C. M. ; ALBUQUERQUE, D. L. ; CAMPOS, D. P. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; ROŠIM, D. Z. ; CHIUZULI, D. R. ; SILVA, F. W. S. ; PADUA, J. C. M. ; PINTO, J. D. A. ; MATTOS, K. D. ; SILVA JUNIOR, L. C. ; ZIGLIO, L. ; POLEZI, L. G. B. ; CAMARA, L. M. A. ; BARCELLOS, L. F. M. ; TEMER, T. ; ASPERTI, M. C. A. ; MIRANDA, N. B. S. ; et.al . Protocolo Acesso à Justiça e Desastres: recomendações elaboradas para o sistema de justiça para atuação em casos de desastres. 2023. (Relatório de pesquisa).

20.

ASPERTI, M. C. ; **CUNHA, L. G. ;** GABBAY, Daniela Monteiro ; BIACHUINI, C. ; CHIUZULI, D. R. ; SANTOS, H. S. ; FIRMINO, I. F. C. ; DRUMMOND, J. S. ; GARROTE, M. ; LEMES, M. B. ; NOGUEIRA, R. B. F. . Guia da Biblioteca Jurídica Popular. 2022. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Instrucional).

21.

Luciana Gross Cunha; BUZOLIN, L. G. ; Ana Catarina Pereira Rodrigues ; Cristiana Maria Grillo Gonçalves ; Carolina Giacomelli ; Andreia Celia Silva de Oliveira . Reescrita Feminista de projetos de Lei sobre direitos reprodutivos. 2022. (Relatório de pesquisa).

22.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci ;** SAMPAIO, J. O. . Relatório ICJBrasil 2021. 2021. (Relatório de pesquisa).

23.

CUNHA, L. G.. Sistema de Justiça e Governança: CNJ: papel institucional e banco de dados. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

24.

25.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; UBIDA, G. . Relatório ICJBrasil 1º semestre / 2017. 2017. (Relatório de pesquisa).

26.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; PIERI, R. G. ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; SAMPAIO, J. O. . Relatório ICJBrasil - 2º Semestre 2015. 2016. (Relatório de pesquisa).

27.

[OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; **CUNHA, Luciana Gross** ; RAMOS, L. O. ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; SAMPAIO, J. O. ; MACEDO, G. H. S. . Relatório ICJBrasil - Ano 6. 2015. (Relatório de pesquisa).

28.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; SAMPAIO, J. O. ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; MACEDO, G. H. S. ; PIERI, R. G. . Relatório IPCL - 1 Trimestre 2015. 2015. (Relatório de pesquisa).

29.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; MACEDO, G. H. S. . Índice de Percepção do Cumprimento da Lei - IPCL. 2015. (Relatório de pesquisa).

30.

CUNHA, Luciana Gross; PACCE, C. D. ; LANGENEGGER, N. . FGV DIREITO SP Law School Legal Studies Research Paper Series - SSRN. 2015. (e-Journal).

31.

GHIRARDI, J. G. ; **CUNHA, LUCIANA GROSS** ; FEFERBAUM, M. ; PRETZEL, B. R. ; NINOMIYA, F. I. ; KLAFKE, G. F. ; CHAVENCO, M. . Observatório do Ensino do Direito - 1º Semestre 2014. 2014. (Relatório de pesquisa).

32.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; MACEDO, G. H. S. ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira . Relatório IPCL Brasil - 2º e 3º Trimestre de 2013. 2014. (Relatório de pesquisa).

33.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; MACEDO, G. H. S. ; SAMPAIO, J. O. ; UPRIMNY, R. . Relatório IPCLBrasil - 4º trimestre / 2013 e 1º trimestre / 2014. 2014. (Relatório de pesquisa).

34.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; MACEDO, G. H. S. ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira . Relatório ICJBrasil - 2º semestre 2013. 2014. (Relatório de pesquisa).

35.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; RAMOS, L. O. ; MACEDO, G. H. S. . Relatório ICJ Brasil - 2º Trimestre 2013 / 1º Trimestre 2014. 2014. (Relatório de pesquisa).

36.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; RAMOS, L. O. ; MACEDO, G. H. S. . Relatório ICJBrasil - 2º e 3º trimestres 2014. 2014. (Relatório de pesquisa).

37.

CUNHA, Luciana Gross; PACCE, C. D. ; [GIANNATTASIO, A. R. C.](#) . FGV DIREITO SP Law School Legal Studies Research Paper Series - SSRN. 2014. (e-Journal).

38.

GRINOVER, A. P. ; SADEK, M. T. ; WATANABE, K. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; **CUNHA, Luciana Gross** ; BRAGA NETO, Adolfo ; ASPERTI, M. C. ; SOUZA, M. R. O. ; LANGENEGGER, N. . Estudo Qualitativo sobre Boas Práticas em Mediação no Brasil. 2014. (Projeto de Pesquisa).

39.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. . La justiciabilidad de DESC en Brasil y la implementación de derechos. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

40.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; RAMOS, L. O. ; KLINK, Y. C. . Relatório ICJ Brasil - 1º Semestre 2013. 2013. (Relatório de pesquisa).

41.

GHIRARDI, J. G. ; **CUNHA, LUCIANA GROSS** ; FEFERBAUM, M. ; PRETZEL, B. R. ; NINOMIYA, F. I. ; KLAFKE, G. F. ; CHAVENCO, M. . Observatório do Ensino de Direito - Relatório 1: Quem é o professor de Direito no Brasil?. 2013. (Relatório de pesquisa).

42.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; RAMOS, L. O. ; MACEDO, G. H. S. . Relatório IPCL Brasil - 4º Trimestre 2012 e 1º Trimestre 2013. 2013. (Relatório de pesquisa).

43.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; MACEDO, G. H. S. ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira . Relatório ICJBrasil - Ano 4 (2º Trimestre 2012 ao 1º Trimestre 2013). 2013. (Relatório de pesquisa).

44.

CUNHA, Luciana Gross. O judiciário brasileiro é ativista?. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

45.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; RAMOS, L. O. ; KLINK, Y. C. . Relatório ICJ Brasil - 1º trimestre 2012. 2012. (Relatório de pesquisa).

46.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; RAMOS, L. O. ; KLINK, Y. C. . Relatório ICJBrasil - 2º e 3º trimestre 2012. 2012. (Relatório de pesquisa).

47.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; SAMPAIO, J. O. ; RAMOS, L. O. ; KLINK, Y. C. . Relatório ICJBrasil do 4º trimestre. 2012. (Relatório de pesquisa).

48.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Poder Judiciário na Política Nacional. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

49.

50.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; RAMOS, L. O. ; GARCIA, J. M. B. V. . Relatório ICJ Brasil Ano 2 - 2º trimestre 2010 - 1º trimestre 2011. 2011. (Relatório de pesquisa).

51.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; RAMOS, L. O. ; GARCIA, J. M. B. V. . Relatório ICJBrasil - 2º trimestre 2011. 2011. (Relatório de pesquisa).

52.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; **TERCEROS, H. M.** ; RAMOS, L. O. ; GARCIA, J. M. B. V. . Relatório ICJ Brasil - 1º trimestre 2011. 2011. (Relatório de pesquisa).

53.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; RAMOS, L. O. ; KLINK, Y. C. . Relatório ICJBrasil - 3º trimestre 2011. 2011. (Relatório de pesquisa).

54.

GABBAY, Daniela Monteiro ; **CUNHA, Luciana Gross** . Pensando o Direito. O desenho de sistemas de resolução alternativa de disputas para conflitos de interesse público. 2011. (Relatório de pesquisa).

55.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; **OLIVEIRA, Fabiana Luci** ; SAMPAIO, J. O. ; KLINK, Y. C. ; RAMOS, L. O. . Relatório ICJBrasil - 4º trimestre 2011. 2011. (Relatório de pesquisa).

56.

NASSER, Salem Hikmat ; MACHADO, M. R. ; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; **CUNHA, Luciana Gross** ; GHIRARDI, J. G. ; GROSS, Clarissa Piterman . Café da manhã com a Coordenação. 2011. (Debate).

57.

CUNHA, Luciana Gross; FERRAZ, O. M. ; COUTINHO, Diogo R. . I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito FDRP/USP - Mesa: Inovação dos Métodos de Pesquisa em Direito e Renovação da Produção Técnica. 2011. (Debate).

58.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Poder Judiciário na Política Nacional. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

59.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; [PUPO, S. P.](#) . Relatório ICJBrasil - 4º trimestre 2010. 2010. (Relatório de pesquisa).

60.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [PUPO, S. P.](#) . Relatório ICJBrasil - 1º trimestre 2010. 2010. (Relatório de pesquisa).

61.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) . Relatório ICJBrasil - 3º trimestre 2010. 2010. (Relatório de pesquisa).

62.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) . Relatório ICJBrasil - 2º trimestre 2010. 2010. (Relatório de pesquisa).

63.

GABBAY, Daniela Monteiro ; **CUNHA, Luciana Gross** ; [GIANNATTASIO, A. R. C.](#) ; [OLIVEIRA, Fabiana Luci](#) ; RAMOS, L. O. ; ASPERTI, M. C. ; SILVA, Paulo Eduardo da ; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; MORITA, Rubens Hossamu . Diagnóstico sobre as causas de aumento das demandas judiciais cíveis, mapeamento das demandas repetitivas e propositura de soluções pré-processuais, processuais e gerenciais à morosidade da Justiça. 2010. (Relatório de pesquisa).

64.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Poder Judiciário, Segurança Jurídica e Realidade. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

65.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Poder Judiciário na Política Nacional. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

66.

CUNHA, Luciana Gross. Certeza do direito e economia: conservadorismo dos juristas e angústia dos economistas. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

67.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; **PUPPO, S. P.** ; MORITA, Rubens Hossamu . Relatório ICJBrasil - 2º trimestre 2009. 2009. (Relatório de pesquisa).

68.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; MORITA, Rubens Hossamu ; **PUPPO, S. P.** . Relatório ICJBrasil - 3º trimestre 2009. 2009. (Relatório de pesquisa).

69.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira ; CAMPELO, A. ; PINA, P. M. ; MORITA, Rubens Hossamu ; **PUPPO, S. P.** . Relatório ICJBrasil - 4º Trimestre 2009. 2009. (Relatório de pesquisa).

70.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Poder Judiciário, Segurança Jurídica e Realidade. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

71.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Poder Judiciário na Política Nacional. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

72.

CUNHA, Luciana Gross. O poder Judiciário e suas funções: Comissões de Conciliação, CIC's, Juizados Especiais na disciplina Poder Judiciário, Segurança Jurídica e Realidade. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

73.

CUNHA, Luciana Gross. Pesquisa: Advogados investem em pós para subir na carreira. 2008. (Comentário para Jornal).

74.

CUNHA, Luciana Gross. Em sintonia com as transformações na sociedade, a área jurídica abre novos campos de atuação. 2008. (Comentário para Jornal).

75.

CUNHA, Luciana Gross. Cresce a profissionalização nas bancas - Hoje Bancas atuam em mais áreas do que na década de 80. 2008. (Comentário para Jornal).

76.

CUNHA, Luciana Gross; VILLEGAS, M. G. ; UPRIMNY, R. ; SANIN, M. P. . As comunidades negras das Ilhas do Rosario. 2007. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático - Caso).

77.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Democratização: recente e expansão do poder judiciário no Brasil. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

78.

CUNHA, Luciana Gross. Metodologia de Ensino. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

79.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; CUNHA, Alexandre dos Santos ; Flavia SCABIN ; MACARIO, M. P. ; Marcelo Kalil ISSA . O sistema de justiça Brasileiro, a Produção de Informações e sua utilização. 2005. (Relatório de pesquisa).

80.

CUNHA, Luciana Gross. Seminário debate situação do judiciário de SP após reforma. 2005. (Comentário para Jornal).

81.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Reforma do Poder Público. Curso: Perspectivas de Reforma do Estado Brasileiro. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

82.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Judiciário: Papel político, prestação jurisdicional e perspectivas de reforma. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

83.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Estado e Administração Pública no Brasil ou Instituições Políticas e Organização. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

84.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Constituição e o Sistema de Justiça. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

85.

CUNHA, Luciana Gross. Metodologia de Ensino. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

86.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Alexandre dos Santos ; Flavia SCABIN ; MACARIO, M. P. ; Marcelo Kalil ISSA . Relatório Jun. 2004 - O Sistema Judicial Brasileiro. 2004. (Relatório de pesquisa).

87.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Escola de Formação. 2003. .

88.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Metodologia de Pesquisa. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

89.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira . Política e Instituições Brasileiras. 2002. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

90.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Sistema Político Brasileiro. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

gross cunha, luciana; AMPARO, T. S.; ZAFALON, L.; CRUZ, A.. Participação em banca de Catharina Vilela de Abreu Silva Pereira. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIARIAS: UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS VOLTADAS À EQUIDADE RACIAL. 2026. Dissertação (Mestrado em Mestrado e

2.

gross cunha, luciana; RIBAS, L. M.; BEZERRA, C. P.. Participação em banca de Daniel Lucas Dejavite de Biagio. A Arquitetura Participativa da Política Para a População em Situação de Rua no Brasil: conselhos gestores, sociedade civil e o papel do CIAMP-Rua Nacional. 2026. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

3.

gross cunha, luciana; ASPERTI, M. C.; PEREIRA, D.. Participação em banca de Livia Cunha de Menezes. Justiça climática e desastres: um estudo sobre o deslizamento do Morro do Bumba no estado do Rio de Janeiro em 2010. 2025. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

4.

gross cunha, luciana; WANG, D. W. L.; NEYELOFF, J. L.. Participação em banca de Bruno da Cunha de Oliveira. Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário: criação, desenvolvimento e incongruências. 2025. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

5.

WANG, D. W. L.; **gross cunha, luciana;** SOUZA, C.. Participação em banca de Edson Joaquim Raimundo de Araujo Junior. Entre continuidade e ruptura: A repartição de competências federativas na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. 2025. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

6.

gross cunha, luciana; MEGNA, B. L.; CIRNE, M. B.. Participação em banca de AMANDA DE MORAES MODOTTI. ADVOCACIA PÚBLICA E LITÍGIOS CLIMÁTICOS: PONTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES. 2025. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

7.

gross cunha, luciana; MENEZES NETO, E. J.; CLEMENTINO, M. B. M.; ALVES, F. G.. Participação em banca de Fernanda Guedes Queiroz de Lira. Inteligência Artificial para classificação do cumprimentos de sentenças em ações coletivas no Tribunal Regional Federal da 5a. Região. 2025. Dissertação (Mestrado em Pós Graduação em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

8.

CUNHA, Luciana Gross; SEVERI, F. C.; FERREIRA, C. C.; MAITO, D. C.. Participação em banca de Ana Paula Mittelman Germer. Propostas de Mudanças Legislativas sobre políticas de enfrentamento à violência doméstica: categorização e análise dos projetos de lei que buscam alterar a Lei Maria da Penha. 2024. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

9.

CUNHA, Luciana Gross; BONELLI, M. G.; OLIVEIRA, Fabiana Luci. Participação em banca de Desirée Ferreira Marques Ribeiro. Judicialização e Ativismo Judicial na Mídia - os efeitos da COVID-19 na imagem pública do Judiciário brasileiro. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

10.

CUNHA, Luciana Gross; ASPERTI, M. C. A.; RIBAS, L. M.. Participação em banca de Wilherson Carlos Lujz. DEFENSORIA PÚBLICA E O ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLICIAL: UM ENFOQUE NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE CIVIL. 2024. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

11.

CUNHA, Luciana Gross; PUSCHEL, F.; ZIRBEL, I.; CAMPOS, C. H.. Participação em banca de Aline Herscovici. TEORIAS DE AUTONOMIA RELACIONAL LIÇÕES FEMINISTAS AO DIREITO. 2024. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

12.

CUNHA, Luciana Gross; SILVA, Paulo Eduardo da; AQUINO, L. M. C.; PITA, F. A.. Participação em banca de Ingrid Ohana de Queiroz Lima. A sombra do mandacaru: perspectivas de acesso à justiça em uma cidade do sertão baiano. 2024. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

13.

GHIRARDI, J. G.; OLIVEIRA, I. F.; **GROSS CUNHA, LUCIANA**. Participação em banca de QUÉREN SAMAI MORAES SANTANA. Ensino jurídico no Brasil: um olhar sobre o desenho institucional dos espaços de iniciação à docência em Direito. 2024. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

14.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro; SCARPARO, E. K.. Participação em banca de LÍVIA BORUCHOVITCH FONSECA. ENTRE O ACOLHIMENTO E A REFUTAÇÃO: Precedentes, jurisprudência e súmulas nos julgamentos de Recursos Especiais Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça. 2023. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

15.

CUNHA, Luciana Gross; SILVA, Paulo Eduardo da; AQUINO, L. M. C.. Participação em banca de Ingrid de Queiroz Lima. Análise sobre as percepções de acesso à justiça em uma pequena cidade nordestina. 2023. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

16.

CUNHA, Luciana Gross; KLEIN, V.; GOES, T. H. M.. Participação em banca de Leonardo Maciel Benedete. Análise Econômica dos Serviços Jurídicos para Empresas: Porque as empresas contratam escritórios de advocacia. 2023. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal do Paraná.

17.

CUNHA, Luciana Gross; WANG, D. W. L.; LIMA, J. N.. Participação em banca de Ana Luiza Cajardoni de Mattos Arruda. Emendas Constitucionais em pontos de veto: uma análise do controle de constitucionalidade na CCJC e no STF. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

18.

CUNHA, Luciana Gross; RIBEIRO, L. M. L.; COUTO, C. G.. Participação em banca de Luiza Veronese Lacava. Política Criminal em Âmbito Municipal: uma análise da produção legislativa da câmara municipal de São Paulo durante a 17ª legislatura. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

19.

GHIRARDI, J. G.; CAVALCANTE, J. Q. P.; **CUNHA, Luciana Gross.** Participação em banca de Luccas Miranda Machado de Melo Mendonça. Na fronteira do emprego: análise de acordões regionais em processos entre entregadores e plataformas digitais. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

20.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O.; COUTO, C. G. Participação em banca de BARBARA REBECA ALVES MAGARIAN. MANDATOS E MANDATOS COLETIVOS: UMA NOVA FORMA DE REPRESENTAÇÃO? UM ESTUDO DE CASO DA ASSEMBLEIA ESTADUAL DE PERNAMBUCO. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

21.

SEVERI, F. C.; **CUNHA, Luciana Gross**; SILVA, G. P.; MURTA, L. N.. Participação em banca de Camila Maria de Lima Villarroel. Acesso à Justiça para crianças e adolescentes em casos de abuso sexual: um estudo jurimétrico. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo.

22.

CUNHA, Luciana Gross; LOTTA, G. S.; PIMENTA, R.; OLIVEIRA, V. E.. Participação em banca de Felipe Luciano Pires. Advogados Públicos na Formulação de Atos Normativos sobre Ciência, Tecnologia e Inovação: quem são e como atuam?. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

23.

CUNHA, Luciana Gross; FARAH, M. F. S.; ALVES, M. A.. Participação em banca de Juliana Pacetta Ruiz. Histórias de Ativismo? Enquadramentos de gênero no Ministério Público de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

24.

CUNHA, Luciana Gross; COUTO, C. G.; FONTAINHA, F. C. Participação em banca de Francisco Antonio Primo Gandolfi de Tulio. Concurso Público para as carreiras de juiz, promotor e defensor público: fechamento jurídico-dogmático, padrões de seleção e accountability. 2020. Dissertação (Mestrado em Pós Graduação Stricto Sensu Acadêmico) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

25.

CUNHA, Luciana Gross; SOUZA, T. R. E.; CORREA, A. R.; KOPLIN, K. C.. Participação em banca de Lincoln Antonio Andrade de Moura. Entre Cogência e Discrecionalidade: o negócio jurídico processual segundo o Judiciário Brasileiro. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

26.

CUNHA, Luciana Gross; MACHADO, M. R. A.; ROYER, L. O.; BORTOLUCI, J. H.. Participação em banca de Luiza Pavan Ferraro. O que os conflitos sobre as Zeis têm a dizer? Um estudo das audiências públicas na revisão da lei do zoneamento de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito e

27.

CUNHA, Luciana Gross; COUTO, C. G.; SOUZA, T. R. E.; GONCALVES, C. J. M.. Participação em banca de Livia Gonçalves Buzolin. Conceito de Família e Competição Institucional: a discussão da família homoafetiva nos poderes judiciário e legislativo. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

28.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci; BONELLI, M. G.. Participação em banca de Clarissa Christianne Rodrigues Souza. Defensoria Pública do Estado de São Paulo: profissão e política na atuação em tutela coletiva. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

29.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro; ASPERTI, M. C.. Participação em banca de Andrea Pimentel de Miranda. Quem tem medo do Processo Coletivo? As disputas e as escolhas políticas no CPC/2015 para o tratamento da litigiosidade repetitiva no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

30.

CUNHA, Luciana Gross; COSTA, S. H.; SALLES, C. A.; GABBAY, Daniela Monteiro. Participação em banca de Ananda Palazzin de Almeida. O Ministério Público como litigante habitual: uma atuação estratégica?. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo.

31.

CUNHA, Luciana Gross; Conrado HUBNER; SCHRITZMEYER, A. L. P.; Santos, Gislene Aparecida. Participação em banca de Cléo Nudel Radomysler. Acesso à justiça e transformação social: tensões na luta contra a discriminação. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo.

32.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci; BONELLI, M. G.. Participação em banca de Sarah Pereira da Silva. Herdeiros da Toga: uma análise de trajetória dos ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal entre 1988 e 2016. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

33.

CUNHA, Luciana Gross; Arantes, Rogério B.; ROS, L.. Participação em banca de Fabiana Alves Rodrigues. Operação Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça Criminal. 2019.

34.

CUNHA, Luciana Gross; MONZONI NETO, M. P.; FERNANDES, G. A. A. L.. Participação em banca de Cassia Miho Nakano Hirai. Formação para a Ética Profissional: caso de ensino eucaliptus. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

35.

CUNHA, Luciana Gross; SILVA, G. P.; REIS, B. P. W.. Participação em banca de Natália Nahas Carneiro Maia Calfat. O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas: reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

36.

CUNHA, Luciana Gross; MASSONETTO, L. F.; FREITAS, A. M.. Participação em banca de Guilherme Saraiva Grava. Direito, Desenvolvimento e Transformações Institucionais: como o Congresso Nacional regulou a Comissão Mista de Orçamento entre 1988 e 2015?. 2017. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

37.

Arantes, Rogério B.; **CUNHA, Luciana Gross**; LAVALLE, A. G.. Participação em banca de Thiago de Miranda Queiroz Moreira. A criação da Defensoria Pública nos Estados: conflitos institucionais e corporativos no processo de uniformização do acesso à justiça. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Pau.

38.

CUNHA, Luciana Gross; ALMEIDA, F. N. R.; KOERNER, A.. Participação em banca de Luciano Batista de Oliveira. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a crise política do governo Collor. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas.

39.

CUNHA, Luciana Gross; MACHADO, M. R. A.; TEIXEIRA, M. A. C.. Participação em banca de Maíra Martinelli Rizzardi. Os Ciclos de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: participação e controle social do sistema de justiça. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Mestrado Acadêmico) - Escola de Direito de São Paulo.

40.

CUNHA, Luciana Gross; ALMEIDA, F. N. R.; GHIRARDI, J. G.. Participação em banca de Marina Jacob da Silva. Políticas Públicas e Direito: Democratização do Acesso ao Sistema Federal de Ensino

41.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro; COSTA, S. H.; SICA, H. V. M. F.. Participação em banca de Natalia Langenegger. Legitimidade ativa de pessoas físicas em ações coletivas: incentivos e desincentivos institucionais. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

42.

ANTINO, M. E. F. D.; SCHWARTZMAN, J. S.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Renata Flores Tibyricá. Da Legalidade à Realidade: o uso do serviço público de educação para pessoas com transtorno do espectro do autismo na cidade de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

43.

CUNHA, Luciana Gross; GURGEL, Y. M. P.; MARTINS, L.. Participação em banca de Ana Cláudia da Costa Aguiar. Liberdade de Expressão Artística: Concepções filosóficas, fundamentalidade constitucional e política da pluralidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

44.

PUGLIESI, M.; VALVERDE, A. J. R.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Nuria López Cabaleiro Suárez. Teoria da Decisão: Estrutura e Dinâmica das Bases Filosóficas da Interpretação Jurídica. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

45.

OLIVEIRA, Fabiana Luci; RIBEIRO, L. M.; FRAGALE FILHO, R. S.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Beatriz Castilho Costa. A Influência Exercida pelo Amicus Curiae nos Votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal nos Acórdãos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade Decididas Majoritariamente. 2012. Dissertação (Mestrado em Poder Judiciário) - Fundação Getúlio Vargas.

46.

CUNHA, Luciana Gross; LOPES, J. R. L.; OLIVEIRA, V. E.. Participação em banca de Natália Fazano Novaes. Judicialização da Saúde e Assistência Farmacêutica no Pós-88: Efeitos na Administração Pública do Estado de São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

47.

MACEDO, R. P.; Jose Eduardo Campos de Oliveira FARIA; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Taís Fernandes Duarte. A experiência do CEPED. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito e

48.

AZEVEDO, Paulo Furquim; **CUNHA, Luciana Gross**; ORELLANO, V. I. F.. Participação em banca de Rachel de Castro Miranda. O sistema judiciário brasileiro: Evidências empíricas dos incentivos ao litígio. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

49.

Frederico Normanha Ribeiro de Almeida; SILVA, Paulo Eduardo da; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Dalton Tria Cusciano. O tempo do processo: os processos judiciais envolvendo a educação no Poder Judiciário de Minas Gerais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

50.

TEIXEIRA, M. A. C.; **CUNHA, Luciana Gross**; COUTO, C. G.. Participação em banca de Heraldo de Barros, Ricardo A. Kadouaki, Rony C. de Carvalho. Acompanhamento das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

51.

Fabiola Fanti; **CUNHA, Luciana Gross**; TAYLOR, M. M.; Arantes, Rogério B.. Participação em banca de Fabiola Fanti. Políticas de saúde em juízo: um estudo sobre o município de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

52.

Juliana Ribeiro Brandão; **CUNHA, Luciana Gross**; Orione, Marcus Gonçalves Correia; Santos, Gislene Aparecida. Participação em banca de Juliana Ribeiro Brandão. Percepções sobre o acesso à justiça: olhares dos usuários da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo.

53.

RAMOS, L. O.; **CUNHA, Luciana Gross**; TAYLOR, M. M.; Arantes, Rogério B.. Participação em banca de Luciana de Oliveira Ramos. O controle de constitucionalidade por omissão no Supremo Tribunal Federal: análise dos casos de omissão legislativa nos vinte e um anos da constituição. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

54.

Frederico Normanha Ribeiro de Almeida; SADEK, M. T.; **CUNHA, Luciana Gross**; CAMPILONGO, Celso Fernandes. Participação em banca de Frederico Normanha Ribeiro de Almeida. A advocacia e o acesso à justiça no estado de São Paulo (1980-2005). 2006.

55.

Erik Macedo Marques; SADEK, M. T.; **CUNHA, Luciana Gross**; KUGELMAS, E.. Participação em banca de Erik Macedo Marques. Acesso à Justiça: Estudo de três Juizados Especiais Cíveis de São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Pau.

Teses de doutorado

1.

gross cunha, luciana; VERCOSA, H. M. D.; GHIRARDI, J. G.; SZTAJN, R.; BAROSSÍ FILHO, M.; PACHECO, A. S.. Participação em banca de Muriel Waksman. A Escolha por uma Forma de Votação: uma questão de public choice. 2026. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo.

2.

gross cunha, luciana; PUSCHEL, F.; RIBAS, L. M.; GOMES, J. D. G.; BRANDAO, E. R.. Participação em banca de Beatriz Carvalho Nogueira. Políticas públicas de planejamento reprodutivo para mulheres em situação de rua no município de São Paulo: uma análise sob o referencial da justiça reprodutiva. 2026. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

3.

gross cunha, l.; GHIRARDI, J. G.; MACHADO, M. R.; VIANNA, A. R. B.; GONCALVES, C. J. M.. Participação em banca de Larissa Cristina Margarido. Meninas, mães, esposas: atendimento e enquadramento institucional de adolescentes pela rede de proteção do centro de São Paulo/SP. 2025. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

4.

gross cunha, luciana; ASPERTI, M. C.; OLIVEIRA, Fabiana Luci; SANTANA, B.; Santos, Gislene, Aparecida. Participação em banca de Julia dos Santos Drummond. É POSSÍVEL ACESSAR A JUSTIÇA SEM VOZ? Uma análise das interações entre mulheres negras e operadores do direito em varas de família de São Paulo, Brasil. 2025. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

5.

gross cunha, luciana; ASPERTI, M. C.; TAVOLARI, B. M. D.; FONTES, M. P. L.; ZUFELATO, C.. Participação em banca de Luiza Pavan Ferraro. Uma porta para a transformação do sistema de justiça nas ações possessórias? As Comissões de Soluções Fundiárias à luz do direito à cidade, acesso à justiça e participação. 2025. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

6.

CUNHA, Luciana Gross; PUSCHEL, F.; SEVERI, F. C.; CAMPOS, C. H.; MOREIRA, A. J.. Participação em banca de Priscila Coelho. Mulheres na Magistratura: Percepções, Desafios e Dinâmicas de Poder Relacionados ao Exercício da Magistratura por Diferentes Perfis de Juízas. 2025. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

7.

gross cunha, luciana; CHASIN, A. C.; MADEIRA, L. M.; LAURIS, E.; MARQUES, E. C. L.. Participação em banca de Maurício Buosi Lemes. O desafio da institucionalização de capacidades estatais no acesso à justiça: um estudo dos núcleos especializados da Defensoria Pública de São Paulo. 2025. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

8.

GROSS CUNHA, LUCIANA; MADEIRA, L. M.; MARONE, M.. Participação em banca de Márcia Guedes Só. POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO À JUSTIÇA: A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL NA IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO PÓS-PANDEMIA. 2025. Tese (Doutorado em Pós Graduação em engenharia de minas metalúrgica e materiais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

9.

gross cunha, luciana; **CAMPILONGO, Celso Fernandes**; **MACEDO, R. P.**; BICUDO, T. V.; COSTA, S. H.; SOUZA, M. C.. Participação em banca de Andreia Cristina Bagatin. Resolutividade como slogan? Um estudo de caso sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro. 2025. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

10.

CUNHA, Luciana Gross; **MACHADO, M. R.**; PRADO, M. M.; SILVEIRA, M. A. N.; SEMER, M.. Participação em banca de ARTHUR SODRÉ PRADO. DIGO QUE ESCREVO, VOÇÊ DIZ QUE LÊ: O RECEBIMENTO VAGO DA DENÚNCIA COMO PARÂMETRO DA DESIGUALDADE NO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRA. 2024. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

11.

CUNHA, Luciana Gross; QUINALHA, R. H.; TOKARSKI, F. M. B.; SEVERI, F. C.; DEHESA, R. L.. Participação em banca de LIVIA GONÇALVES BUZOLIN. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UM MAR DE ONDAS NO GOVERNO FEDERAL, NO CONGRESSO NACIONAL E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2024. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

12.

CUNHA, Luciana Gross; PARGENDLER, M. S.; WANG, D. W. L.; MARANHÃO, J. S. A.; HARTMANN, I. A. G. M. L.. Participação em banca de EZEQUIEL FAJRELDINES DOS SANTOS. Os riscos e possibilidade da inteligência artificial no Poder Judiciário: estudo de caso do projeto Victor. 2024. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

13.

GROSS CUNHA, LUCIANA; **SCHAPIRO, Mario G.**; PAIVA, Mariana Monte Alegre; **AZEVEDO, Paulo Furquim**; MORILAS, L. R.. Participação em banca de SAYLON ALVES PEREIRA. INFLUÊNCIA E PARTICIPAÇÃO DO JUDICIÁRIO NO PROCESSO LEGISLATIVO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REFORMA DA LEI DE FALÊNCIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2024. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

14.

CUNHA, Luciana Gross; MARONE, M.; ROS, L.; ARGUELHES, D. W.; IGNACIA, M.; SILVA, T. M.. Participação em banca de Shador Torok Moreira. Ideologues and Strategists? The Judicial Behavior of Brazil's Supreme Court Justices from 2010 to 2018: an empirical investigation. 2024. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

15.

CUNHA, Luciana Gross; SILVA, V. A.; **RAMOS, L. O.**; VERISSIMO, M. P.; MENDES, C. H.; ARGUELHES, D. W.. Participação em banca de Pedro Marques Neto. The Judicial Oversight of the Democratic Process: a republican approach. 2023. Tese (Doutorado em Doutorado) - Faculdade de Direito da USP.

16.

CUNHA, Luciana Gross; SILVA, G. P.; REIS, B. P. W.; KALOUT, H. A.; **NASSER, Salem Hikmat**. Participação em banca de Natália Nahas Carneiro Maia Calfat. Veto e governança de minorias em regimes consociativos: evidências do confessionalismo de coalizão libanês. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

17.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci; BONELLI, M. G.; ARGUELHES, D. W.. Participação em banca de Diego Hermínio Stefanutto Falavinha. Quem tem voz no Supremo? Uma análise das audiências públicas no processo decisório do STF. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

18.

CUNHA, Luciana Gross; BONELLI, M. G.; OLIVEIRA, Fabiana Luci; FONTAINHA, F. C.; SANCHEZ, F. J. B.. Participação em banca de Humberto Massahiro Nanaka. O STF e o caso "mensalão": hibridismo, expertise e política. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

19.

CUNHA, Luciana Gross; CARVALHO, Ernani; INGRAM, M.; BARBOSA, L. V. Q.; GOMES, J. M. W.; MAGALHAES, R.. Participação em banca de Tassiana Moura de Oliveira. O Supremo Tribunal Federal (STF) e as políticas públicas de seguridade social: uma análise do controle de constitucionalidade das reformas sociais no Brasil Pós-1988. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco.

20.

CUNHA, Luciana Gross; Jose Eduardo Campos de Oliveira FARIA; SCHRITZMEYER, A. L. P.; **COUTINHO, Diogo R.;** BOAS FILHO, O. V.; FABIANI, E. R.. Participação em banca de Camila Souza Alves. A faculdade de direito e a constituição do senso comum do direito: um estudo etnográfico da experiência estudantil na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia Teoria Geral Direito) - Universidade de São Paulo.

21.

CUNHA, Luciana Gross; PUGLIESI, M.; FERRAZ JR, T. S.; LAFER, C.; GUERRA FILHO, W. S.. Participação em banca de Nuria Lopez Cabaleiro. A Dinâmica da Justiça: um estudo a partir de Hannah Arendt. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

22.

CUNHA, Luciana Gross; SALLES, C. A.; COSTA, S. H.; SICA, H. V. M. F.; **GABBAY, Daniela Monteiro;** MENDES, A. G. C.. Participação em banca de Maria Cecília de Araujo Asperti. Acesso à justiça e técnicas de julgamento de casos repetitivos. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo.

23.

CUNHA, Luciana Gross; SALLUM JR., B.; MINHOTO, Laurindo Dias; ABREU, S. F. A.; Jose Eduardo Campos de Oliveira FARIA. Participação em banca de Ana Carolina da Matta Chasin. A assimilação da arbitragem no Brasil: disputas em torno da constituição de uma justiça extraestatal. 2015 - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Pau.

24.

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira; MELLO, J. M. P.; **CUNHA, Luciana Gross**; BARBOSA, K. S.; PINHEIRO, R. B.. Participação em banca de Joelson Oliveira Sampaio. Ensaio sobre a confiança no sistema judiciário: evidências para o Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP.

25.

BONELLI, M. G.; SOUZA, A. N.; ESCUDEIRO, R. M.; **OLIVEIRA, Fabiana Luci**; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Maria Natalia Barboza da Silveira. Delegad@s da Polícia Federal: profissionalismo, gênero, masculinidades e diferença. 2014. Tese (Doutorado em Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos.

26.

CASELLA, P. B.; DURAN, C. V.; DALLARI, P. B. A.; CARDOSO, S.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Arthur Roberto Capella Giannattasio. A Integração como fenômeno jurídico-político: Uma leitura sobre a construção histórica da CECA. 2013. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Universidade de São Paulo.

27.

Jose Eduardo Campos de Oliveira FARIA; **CUNHA, Luciana Gross**; **MARTES, A. C. B.**; AGUILLAR, F. H. F.; **MOISES, C. P.**. Participação em banca de Evorah Lusci Costa Cardoso. Cortes supremas e sociedade civil na América Latina: estudo comparado Brasil, Argentina e Colômbia. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo.

28.

SALLES, C. A.; WATANABE, K.; **CUNHA, Luciana Gross**; **FREITAS JUNIOR, A. R.**; **PINHO, H. D. B.**. Participação em banca de Daniela Monteiro Gabbay. Mediação e judiciário: condições necessárias para a institucionalização dos meios autocompositivos de solução de conflitos. 2011. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo.

29.

CARVALHO NETO, E. R.; TAROUÇO, G. S.; **CUNHA, Luciana Gross**; **BENVENUTO, Jayme**; SANTOS, G. F. Participação em banca de Sídia Maria Porto Lima. O ativismo judicial e o Judiciário Eleitoral: um estudo da atividade do Tribunal Superior Eleitoral. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco.

30.

Luciana Yeung; **CUNHA, Luciana Gross**; **BALBINOTTO NETO, Giacomo**; **AZEVEDO, Paulo Furquim**; Pires, Jorge Oliveira; **Ponczek, Vladimir**. Participação em banca de Yeung Luk Tai. Além dos Achismos do Senso Comum e das Evidências Anedóticas: uma Análise Econômica do Judiciário Brasileiro. 2010. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas - SP.

31.

HIRANO, A. C. Y.; BRANDAO, G. M. B.; Maria D'alva KINZO; Maria do Socorro Sousa Braga; TAYLOR, M. M.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Ana Carolina Yoshida Hirano. Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

32.

OLIVEIRA, Fabiana Luci; BONELLI, M. G.; **CUNHA, Luciana Gross**; SADEK, M. T.; Arantes, Rogério B.; TAYLOR, M. M.; MANCUSO, M. I. R.. Participação em banca de Fabiana Luci de Oliveira. Justiça, Profissionalismo e Política: o Supremo Tribunal Federal e o Controle da Constitucionalidade das Leis no Brasil (1988 - 2003). 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos.

Qualificações de Doutorado

1.

gross cunha, l.; MOUALLEM, PEDRO SALOMON BEZERRA; KERCHE, F.. Participação em banca de Felipe Luciano Pires. A Construção Institucional da AGU (1985-2010): mecanismos jurídicos da mudança gradual. 2026. Exame de qualificação (Doutorando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

2.

gross cunha, luciana; MACHADO, M. R. A.; RIBEIRO, L. M. L.. Participação em banca de Marina Lacerda e Silva. DIFERENTES JUSTIÇAS: VARIAÇÕES DECISÓRIAS EM PROCESSOS POR CRIMES DE DROGAS NOS SISTEMAS DE JUSTIÇA ESTADUAIS BRASILEIROS. 2025. Exame de qualificação (Doutorando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

3.

CUNHA, Luciana Gross; MADEIRA, L. M.; LOTTA, G. S.; CHASIN, A. C.. Participação em banca de MAURÍCIO BUOSI LEMES. A PARTICIPAÇÃO DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO NA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

4.

CUNHA, Luciana Gross; ASPERTI, M. C.; SILVA, A. A., E.. Participação em banca de Julia dos Santos Drummond. É POSSÍVEL ACESSAR A JUSTIÇA SEM VOZ? Uma análise das interações entre mulheres negras e operadores do direito no sistema de justiça familiar do Arizona, Estados Unidos e de São Paulo, Brasil. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

5.

CUNHA, Luciana Gross; ASPERTI, M. C.; TAVOLARI, B. M. D.. Participação em banca de Luiza Pavan Ferraro. Direito à cidade, participação e acesso à justiça: as Comissões Regionais de Soluções Fundiárias nos tribunais brasileiros. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

6.

GHIRARDI, J. G.; **MACHADO, M. R.**; **CUNHA, Luciana Gross**; GONCALVES, C. J. M.. Participação em banca de Larissa Cristina Margarido. MENINAS, MÃES, ESPOSAS: TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES NA REDE DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO CENTRO DE SÃO PAULO. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

7.

CUNHA, Luciana Gross; COSTA, S. H.; ESPINDOLA, G. M.. Participação em banca de Danieli Rocha Chiuzuli. 'O lado de cá da estrada': judicialização de políticas públicas, acesso à justiça e desastres. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Departamento de Direito Processual Civil) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

8.

gross cunha, luciana; LEMOS, P. F. I.; REFOSCO, H. C.. Participação em banca de Thais Temer. RESPONSABILIDADE CIVIL SOCIOAMBIENTAL E OS PARÂMETROS APLICÁVEIS EM CASOS DE DESASTRES E CRISE CLIMÁTICA. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Departamento de Direito Civil) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

9.

COSTA, S. H.; ESPINDOLA, G. M.; **gross cunha, l.** Participação em banca de Danieli Rocha Chiuzuli. ?O LADO DE CÁ DA ESTRADA?: judicialização de políticas públicas, acesso à justiça e desastres. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Departamento de Direito Processual Civil) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

10.

CUNHA, Luciana Gross; **MACHADO, M. R.**; MACHADO, B. A.; SILVEIRA, M. A. N.. Participação em banca de ARTHUR SODRE PRADO. O JUDICIÁRIO ENTRE O CARIMBO E CONTROLE DA ACUSAÇÃO: O PAPEL DA MAGISTRATURA NA SELEÇÃO DOS CASOS CRIMINAIS. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

11.

CUNHA, Luciana Gross; PARGENDLER, M. S.; MARANHÃO, J. S. A.. Participação em banca de EZEQUIEL FAJRELDINES DOS SANTOS. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: RISCOS E

12.

CUNHA, Luciana Gross; QUINALHA, R. H.; TOKARSKI, F. M. B.. Participação em banca de LÍVIA GONÇALVES BUZOLIN. DIREITOS LGBT E ABORTO NO BRASIL: AS REAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL A DECISÕES DO STF NO PERÍODO DEMOCRÁTICO. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

13.

CUNHA, Luciana Gross; PIRES, T. R. O.; LAURIS, E.. Participação em banca de Inara Flora Cipriano Firmino. Acesso à Justiça em Pretuguês: Experimentalismo institucional nas Defensorias Públicas dos Estados da BAHIA e do Rio de Janeiro. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

14.

CUNHA, Luciana Gross; MARONE, M.; ARGUELHES, D. W.; SILVA, T. M.. Participação em banca de SHANDOR TOROK MOREIRA. O Comportamento Judicial dos Ministros do STF: como suas ideologias influenciam seus votos. 2022. Exame de qualificação (Doutorando em Departamento de Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

15.

CUNHA, Luciana Gross; Jose Eduardo Campos de Oliveira FARIA; MACHADO, M. R.. Participação em banca de Melissa Terni Mestriner. Porque as pessoas obedecem às leis? A contribuição da abordagem psicológica da teoria do direito para a construção de uma metodologia de avaliação legislativa. 2020. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade de São Paulo.

16.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci; BONELLI, M. G.; OLIVEIRA, E. A.. Participação em banca de Diego Hermínio Stefanutto Falavinha. Quem tem voz no Supremo? Uma análise das audiências públicas no processo decisório do STF. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

17.

CUNHA, Luciana Gross; COUTO, C. G.; ABLALA, A.. Participação em banca de Thiago Pécchio Gimenez. Far Beyond the Courts: a holistic approach to accountability and performance of Latin American Systems of Justice. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

18.

LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Maria Laura de Souza Coutinho. Variedades de Accountability Judicial: avaliação dos mecanismos de controle sobre o Judiciário em Perspectiva. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

19.

MADEIRA, L. M.; ROS, L.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Yara Beatriz Cruz de Oliveira. Disciplina no Judiciário: arranjos institucionais de controle interno disciplinar dos servidores do Poder Judiciário Brasileiro. 2017. Exame de qualificação (Doutorando em Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

20.

CUNHA, Luciana Gross. Participação em banca de Joelson Oliveira Sampaio. Confidence in Justice: Empirical Evidence from Brazil. 2013. Exame de qualificação (Doutorando em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP.

Qualificações de Mestrado

1.

gross cunha, luciana; TATAGIBA, L. F.; RIBAS, L. M.. Participação em banca de Daniel Lucas Dejavitte de Biagio. A Política Nacional para a a população em situação de rua e o processo de institucionalização do CIAMP-Rua Nacional e de seus Conselhos Gestores de Políticas Públicas. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

2.

gross cunha, luciana; ZAFALON, L.; AMPARO, T. S.. Participação em banca de Catharina Vilela de Abreu Silva Pereira. Conselho Nacional de Justiça e a Formulação de Políticas Públicas Judiciárias para a Equidade Racial. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

3.

CUNHA, Luciana Gross; MADEIRA, L. M.; PAPI, L. P.. Participação em banca de MÁRCIA GUÉDES SO. POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO À JUSTIÇA: A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL NA IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL NO PÓS PANDEMIA. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em POLÍTICAS PÚBLICAS) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

4.

GROSS CUNHA, LUCIANA; ASPERTI, M. C. A.; PEREIRA, D.. Participação em banca de Lívia Cunha de Menezes. Justiça Climática e Desastres: um estudo sobre o deslizamento no Morro do Bumba. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

5.

GHIRARDI, J. G.; FEFERBAUM, M.; **gross cunha, luciana.** Participação em banca de Quêren Samai Moraes Santana. Ensino Jurídico no Brasil: um olhar sobre o desenho institucional dos espaços de iniciação à docência. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

6.

gross cunha, l.; WANG, D. W. L.; SOUZA, C.. Participação em banca de Edson Joaquim Raimundo de Araujo Junior. A repartição de competências legislativas e de execução na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

7.

gross cunha, luciana; WANG, D. W. L.; NEYELOFF, J. L.. Participação em banca de Bruno da Cunha de Oliveira. A eficácia dos Núcleos de Apoio Técnico ao Poder Judiciário na qualificação da judicialização da saúde. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

8.

CUNHA, Luciana Gross; PUSCHEL, F.; CAMPOS, C. H.; ZIRBEL, I.. Participação em banca de Aline Herscovici. Teorias de Autonomia Relacional: Lições Feministas ao Direito. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

9.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci; BONELLI, M. G.. Participação em banca de Desirée Ferreira Marques Ribeiro. Judicialização da Pandemia: os efeitos da COVID-19 na imagem pública e na legitimidade do Judiciário brasileiro. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

10.

CUNHA, Luciana Gross; ASPERTI, M. C.; RIBAS, L. M.. Participação em banca de Wilherson Carlos Luiz. Defensoria Pública e o atendimento às vítimas de violência policial: um enfoque na construção de políticas institucionais a partir da perspectiva da sociedade civil. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

11.

GHIRARDI, J. G.; **CUNHA, Luciana Gross**; CAVALCANTE, J. Q. P.. Participação em banca de Luccas Miranda Machado de Melo Mendonça. Na fronteira do emprego: análise da formação de jurisprudência em processos entre entregadores e plataformas digitais. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

12.

CUNHA, Luciana Gross; RIBEIRO, L. M. L.; NUNES, S. B.. Participação em banca de Luiza Veronese Lacava. Política Criminal em Âmbito Municipal: uma análise da produção legislativa da câmara municipal de São Paulo durante a 17ª legislatura. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

13.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O.; DINIZ, S.. Participação em banca de Bárbara Rebeca Alves Magarian. Mandatos Coletivos: uma nova forma de representação? Um estudo de caso das assembleias estaduais de São Paulo e Pernambuco. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

14.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro; SCARPARO, E. K.. Participação em banca de Livia Boruchovitch Fonseca. Argumentos de Referência a Julgados: julgados, súmulas e jurisprudência nos acórdão de Recursos Especiais Repetitivos. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

15.

CUNHA, Luciana Gross; WANG, D. W. L.; COUTO, C. G.. Participação em banca de Ana Luiza Gajardoni de Mattos Arruda. Emendas Constitucionais em Pontos de Veto: uma análise da argumentação a nível constitucional. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

16.

CUNHA, Luciana Gross; LOTTA, G. S.; PIMENTA, R.; OLIVEIRA, V. E.. Participação em banca de Felipe Luciano Pires. BUROCRACIA JURÍDICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSO LEGISLATIVO: ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS NA FORMULAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

17.

CUNHA, Luciana Gross; FARAH, M. F. S.; ALVES, M. A.. Participação em banca de Juliana Pacetta Ruiz. Ativismo Institucional no Grupo de

18.

CUNHA, Luciana Gross; COUTO, C. G.; FONTAINHA, F. C.. Participação em banca de Francisco Antonio Primo Gandolfi de Tulio. Concurso público para as carreiras de elite: padrões de seleção, autorreferencialidade e accountability. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

19.

MACHADO, M. R. A.; ROYER, L. O.; BORTOLUCI, J. H.; **CUNHA, Luciana Gross.** Participação em banca de Luiza Pavan Ferraro. Direito à cidades e dinâmicas de classe: um estudo das audiências públicas no processo de alteração da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo de São Paulo. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

20.

SOUZA, T. R. E.; **CUNHA, Luciana Gross;** CORREA, A. R.. Participação em banca de Lincoln Antonio Andrade de Moura. O negócio jurídico processual: o critério do processo justo como limite entre a cogência e a discricionariedade. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

21.

CUNHA, Luciana Gross; DIMOULIS, D.; SOUZA, T. R. E.. Participação em banca de Livia Buzolin. A discussão da Família Homoafetiva nos Poderes Judiciário e Legislativo. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

22.

ASPERTI, M. C.; COSTA, S. H.; **GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross.** Participação em banca de Andrea Pimentel de Miranda. A litigiosidade repetitiva no Brasil: um estudo empírico da inclusão do incidente de resolução de demandas repetitivas e a exclusão do processo coletivo do código de processo civil de 2015. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

23.

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci; BONELLI, M. G.. Participação em banca de CLARISSA CHRISTIANNE RODRIGUES SOUZA. Profissionalismo, política e a atuação em defesa de interesses sociais e coletivos na construção da identidade institucional da Defensoria Pública do Estado de São Paulo,. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos.

24.

CUNHA, Luciana Gross; FREITAS, A. M.; PINTO JR., M. E.. Participação em banca de Guilherme Saraiva Grava. Direito, Desenvolvimento e Transformações Institucionais: Como o Congresso Nacional regulou a Comissão Mista de Orçamento entre 1988 e 2015. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

25.

CUNHA, Luciana Gross; GLEZER, R. E.; VIEIRA, Oscar Vilhena; DIAS NETO, T.. Participação em banca de Nara Josepin Kwen. Uma Análise do debate da maioria penal. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

26.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O.; TEIXEIRA, M. A. C.. Participação em banca de Fayola Sant'Anna Cajuela. Perspectivas de Efetividade do Direito à Educação Infantil: estudo de caso sobre a atuação da defensoria pública do estado de São Paulo. 2015 - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

27.

CUNHA, Luciana Gross; DIMOULIS, D.; ALMEIDA, F. N. R.; SILVA, R. B. D.. Participação em banca de Nikolay Henrique Bispo. O veto presidencial no STF: uma interação entre os poderes. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

28.

ANTINO, M. E. F. D.; SCHWARTZMAN, J. S.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Renata Flores Tibyriçá. Da legalidade à realidade: o uso do serviço público de educação para pessoas com transtorno do espectro autista na cidade de São Paulo.. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

29.

DIMOULIS, D.; **CUNHA, Luciana Gross**; OLIVEIRA, Fabiana Luci; Frederico Normanha Ribeiro de Almeida. Participação em banca de Ivan Cândido da Silva Franco. Reforma do Judiciário, profissionalismo e controle de disciplinas no CNJ: há diferenças entre as decisões proferidas por conselheiros juizes e por conselheiros não-juizes?. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

30.

DIMOULIS, D.; LUNARDI, S. R. G.; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Gustavo Henrique Augusto. Participação popular no legislativo: um estudo da Comissão de Legislação Participativa (CLP) e da Comissão de Direitos Humanos e participação legislativa (CDH). 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

31.

GHIRARDI, J. G.; **CUNHA, Luciana Gross**; ALMEIDA, F. N. R.. Participação em banca de Marina Jacob Lopes da Silva. Democratização do Acesso ao Sistema Federal de Ensino Superior. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

32.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro; COSTA, S. H.; VERISSIMO, M. P.. Participação em banca de Natalia Langenegger. Legitimidade ativa de pessoas físicas em ações coletivas: Incentivos e Desincentivos Institucionais. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

33.

CUNHA, Luciana Gross; ESTELLITA, H.; SANTI, E. M. D.; ROCHA, S. A.. Participação em banca de Frederico Silva Bastos. Transparência fiscal internacional e administração tributária em rede: Moldura regulatória, aplicação prática do intercâmbio de informações tributárias no Brasil e proteção dos direitos e garantias fundamentais dos contribuintes. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

34.

CUNHA, Luciana Gross; **CUNHA, Luciana Gross Siqueira**; DIMOULIS, D.; LOPES, J. R. L.. Participação em banca de Natália Fazano Novaes. Direito à Saúde no Pós-88: Impactos da Judicialização no acesso à medicamentos na administração pública municipal. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

35.

CUNHA, Luciana Gross; LOPES, J. R. L.; SILVA, Paulo Eduardo da. Participação em banca de Dalton Tria Cusciano. O tempo do processo: os processos judiciais envolvendo a educação no poder judiciário de Minas Gerais. 2011. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

CUNHA, Luciana Gross. Participação em banca de Luciana Siqueira Gross Cunha. Vice-Presidente da comissão de seleção de professores. 2013. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

CUNHA, Luciana Gross; GHIRARDI, J. G.; ZAN, M. A.. Participação em banca de Guilherme Horta de Souza Lima. A Constituição Cidadã para Novos Cidadãos: uma proposta de acesso à constituição para a juventude brasileira. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

2.

CUNHA, Luciana Gross; SANTOS, F. B. P.; FRANZESE, C.; MACEDO, M. J.; FERREIRA, R. G.. Participação em banca de Barbara Tiemi Aga Lima. Diversidade, Inclusão e Equidade no Ensino Superior Privado: Desafios e Recomendações para FGV EAESP e FGV DIREITO SP. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

3.

CUNHA, Luciana Gross; ASPERTI, M. C.. Participação em banca de Laura Nami Sanches. Análise do Acesso à Justiça no contexto da pandemia à luz da inclusão digital e das garantias processuais constitucionais. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

4.

CUNHA, Luciana Gross; FERREIRA, V.. Participação em banca de Luiza Marcelino Marchi Mendonça. Direito e Gênero: a influência de características femininas e masculinas na escolha de atuação de homens e mulheres nas áreas de direito de família e sucessões. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

5.

CUNHA, Luciana Gross; FERREIRA, V.. Participação em banca de Luiza Marcelino Marchi Mendonça. Gênero e Direito: A influência de características femininas e masculinas na escolha de atuação de homens e mulheres nas áreas de Direito de Família e Sucessões. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

6.

CUNHA, Luciana Gross; COUTINHO, Diogo R.. Participação em banca de Helena Hime Funari. Financiamento de Campanha Eleitoral e Mudança Institucional: as intenções do legislador. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de São Paulo.

7.

CUNHA, Luciana Gross; GHIRARDI, J. G.. Participação em banca de Gustavo Laudanna Alvoreda. A crise de representatividade e a proposta de eleição via distritos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

8.

CUNHA, Luciana Gross; TEIXEIRA, M. A. C.; **COUTO, C. G.**. Participação em banca de Patrick Tranjan. A judicialização da política e a reação legislativa: análise de casos de judicialização no regramento do jogo político, da saúde e esfera civil/criminal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

9.

CUNHA, Luciana Gross; **RAMOS, L. O.**. Participação em banca de Tomaz Aribi Fiszbaum. Fronteiras do Pensamento: o jurídico e o político no Supremo Tribunal Federal e a Lógica do Presidencialismo de Coalizão. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo.

10.

CUNHA, Luciana Gross; GHIRARDI, J. G.; SOUZA, T. R. E.. Participação em banca de Luis Filipe Caivano Azevedo Silva. Da ideologia às instituições: uma leitura de Oliveira Vianna a partir dos Conselhos Técnicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo.

11.

CUNHA, Luciana Gross. Participação em banca de Gabriel Arsuffi Garcia. Análise de Eficiência da Justiça Eleitoral no Brasil. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa.

12.

GHIRARDI, J. G.; FEFERBAUM, M.; **CUNHA, Luciana Gross**; **Frederico Normanha Ribeiro de Almeida**. Participação em banca de Cynthia Barbosa de Almeida. Os Padrões de Qualidade através dos métodos avaliativos dos cursos de Direito. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

13.

CUNHA, Luciana Gross; DIAS, V. M.; **GEBARA, A. E. L.**. Participação em banca de Carolina Ramazzina Van Moorsel. O ensino do direito e o curso de direito no Brasil: um panorama literário e regulatório. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

14.

CUNHA, Luciana Gross; GHIRARDI, J. G.. Participação em banca de Felipe Furcolin. Coalizão, Governabilidade e a Crise: O Impeachment do

15.

GHIRARDI, J. G.; Frederico Normanha Ribeiro de Almeida; CUNHA, Luciana Gross Siqueira; **CUNHA, Luciana Gross**. Participação em banca de Danilo Michel Petridis Toldo. A democracia brasileira e sua relação com o voto popular: repesando a abstenção, o voto branco, o voto nulo e sua relevância na consolidação do sistema democrático do Estado Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

16.

CUNHA, Luciana Gross; GHIRARDI, J. G.; Frederico Normanha Ribeiro de Almeida. Participação em banca de Andrea Navarro Dias Carsoso Alves. Lobby no Brasil: uma matéria a ser regulamentada? Análise da necessidade e viabilidade de regulamentação do lobby no cenário político brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

17.

CUNHA, Luciana Gross; Flavia SCABIN. Participação em banca de Roberta Guerra Abdalla. Negócios sociais no Brasil? O conceito de negócio social e as estruturas jurídicas que estão surgindo para implementá-lo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

18.

CUNHA, Luciana Gross; GHIRARDI, J. G.; Frederico Normanha Ribeiro de Almeida. Participação em banca de Nilton Pereira de Castro Melo. Análise do mecanismo mecenato instituído pela Lei Rouanet: Contraposição entre os objetivos da lei e o perfil dos projetos captados. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

19.

CUNHA, Luciana Gross; PRADO, Viviane Muller. Participação em banca de Juliana Villa Mello. Códigos de Conduta Corporativa: Enforcement e Desenvolvimento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

20.

Diego Machado; **CUNHA, Luciana Gross**; ROCHA, Jean-Paul. Participação em banca de Diego Machado. O Controle de Constitucionalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público.

21.

Claudia Matsuo; **CUNHA, Luciana Gross**; ROCHA, Jean-Paul. Participação em banca de Claudia Matsuo.O STF e o direito adquirido. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público.

22.

CUNHA, Luciana Gross; ROCHA, Jean-Paul. Participação em banca de Lucas Faria Rodrigues.Relação Executivo e Legislativo: a teoria da delegação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Escola de Formação) - Sociedade Brasileira de Direito Público.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

RIBEIRO, P. J. F.; JUSTO, C. R. D. M.; CALDAS, E. L.; **CUNHA, Luciana Gross**; OLIVEIRA, V. E.. Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto A-DE Política, Estado, Governo e Democracia. 2019. Universidade Federal de São Carlos.

2.

CUNHA, Luciana Gross; BUCCI, M. P. D.; MELLO, M. T. L.; BERNER, V. O. B.; BUZANELLO, J. C.. Concurso Público para Professor Adjunto A, do Departamento de Direito do Estado. 2018. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

3.

CUNHA, Luciana Gross; VAZ, J. C.; MARCHETTI, V.. Concurso Público de Provas e Títulos Edital n. 185/UFABC/2016. 2017. Universidade Federal do ABC.

Outras participações

1.

CUNHA, Luciana Gross; AMPARO, T. S.; DIAS, M.; LAFER, I. M.. 2º Desafio em Acesso à Justiça. 2020. Instituto Mattos Filho.

2.

CUNHA, Luciana Gross; SILVA, S. T.; MACHADO, M. R.; CORREA, A. R.; CARAJELES COV, Y.. Comitê Institucional do Processo Seletivo do Programa de Iniciação Científica 2015-2016 da DIREITO SP. 2015. Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV.

3.

CUNHA, Luciana Gross; NASSER, Salem Hikmat; SOUZA, T. R. E.; GABBAY, Daniela Monteiro. Comissão Julgadora do Concurso Bolsa

4.

CUNHA, Luciana Gross; NASSER, Salem Hikmat; MACHADO, M. R. A.; SOUZA, T. R. E.; SILVA, S. T.. Comitê Institucional do Processo Seletivo do Programa de Iniciação Científica 2014-2015 da DIREITO SP. 2014. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

5.

CUNHA, Luciana Gross; MACEDO, R. P.; DIMOULIS, D.; LOPES, J. R. L.. Membro do Comitê de avaliação para renovação da Bolsa Mario Henrique Simonsen para os alunos do Mestrado em Direito e Desenvolvimento. 2011. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

6.

CUNHA, Luciana Gross; Frederico Normanha Ribeiro de Almeida; GOLDSCHIMIDT, P. C.. Membro de Comissão de avaliação sobre normas e precedentes de licenças de professores. DIREITO GV. 2011. Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP.

7.

CUNHA, Luciana Gross. Comitê de Seleção para a escolha de Diretor da Escola de Direito SP - Direito GV. 2010. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

8.

CUNHA, Luciana Gross; Jose Eduardo Campos de Oliveira FARIA; Jose Renato de Campos ARAUJO; **COUTINHO, Diogo R.;** Manoel Cabral de CASTRO. Comissão de Seleção do processo seletivo para a contratação de um docente na categoria de Professor Doutor , em RTC, no curso de Gestão de Políticas Públicas, área de DIREITO e POLÍTICAS PUBLICAS, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. 2006. Universidade de São Paulo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

2026 Annual Meeting Research Committee on Sociology of Law. People-centered access to justice in community-based initiatives. 2026. (Congresso).

2.

2026 Annual Meeting Research Committee on Sociology of Law. People-Centered Access to Justice Research and Data: A Global

3.

2026 Bergen Exchanges. LEARNING EXCHANGES: TRANSFORMING EDUCATION TO MEET GLOBAL CHALLENGES. 2026. (Congresso).

4.

2026 Bergen Exchanges. THE EVERYDAY LIFE OF RIGHTS: LAW AS INSTITUTIONAL PRACTICE. 2026. (Congresso).

5.

2026 CONFERENCE ON PEOPLE-CENTERED JUSTICE AND ACCESS TO JUSTICE IN LATIN AMERICA. Empirical Research on Access to Justice in Latin America. 2026. (Congresso).

6.

Latin American Studies Association. Governance and Participation in Climate Disaster Management: Insights from São Sebastião, São Paulo, Brazil. 2026. (Congresso).

7.

Presente e Futuro da Mediação e Conciliação Judiciais no Brasil. Mesa de abertura - 15 anos da Resolução nº 125/2010: balanço da política judiciária de mediação e conciliação judiciais. 2026. (Outra).

8.

Reunião do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação - FONAMEC. Presente e futuro da mediação e conciliação judiciais no Brasil: balanço da política judiciária da resolução nº 125 e agenda de desafios. 2026. (Outra).

9.

Atendendo vulnerabilidades. Atendendo vulnerabilidades. 2025. (Outra).

10.

Atendimento Virtual: Desafios e Caminhos para o Acesso à Justiça. Acesso à Justiça e Atendimento Virtual da Defensoria Pública. 2025. (Seminário).

11.

Bergen Exchanges on Law & Social Transformation. Judicial Independence and judicial reform. 2025. (Congresso).

12.

Convenção Ibero-americana sobre o Acesso à Justiça. Democratizar a Justiça: transparência e participação social. 2025. (Simpósio).

13.

Enfrentando a Litigância Contra o Poder Público. Acesso à Justiça e Litigância contra o Poder Público. 2025. (Seminário).

14.

Envisioning a People-Centered Justice Research and Data Agenda for Latin America. Justiça centrada nas pessoas e reforma institucional na América Latina. 2025. (Seminário).

15.

IPSA2025 World Congress of Political Science. Conselho Nacional de Justiça: Accountability e Transparência dos Tribunais Brasileiros?. 2025. (Congresso).

16.

Justiça Climática: Desafios para um Futuro Sustentável. Desigualdade Climática. 2025. (Seminário).

17.

Transição ecológica e justiça climática: desafios e perspectivas para o Brasil. Desastres, justiça climática e o sistema de justiça. 2025. (Outra).

18.

Transição ecológica e justiça climática: desafios e perspectivas para o Brasil. Abertura. 2025. (Outra).

19.

VI Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. Assessorias Técnicas Independentes: elementos conceituais e perspectivas de acesso à justiça. 2025. (Encontro).

20.

14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Área Temática Política, Direito e Judiciário. 2024. (Encontro).

21.

14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. MR10 - Abuso e viés no processo de empoderamento judicial no Brasil?. 2024.

(Encontro).

22.

2024 Annual Meeting on Law and Society program: Separate & Unequal. People-Centered Access to Justice: Global Insights. 2024. (Congresso).

23.

Autocratization Dynamics (INTPART).Innovations in Research-Embedded Learning. 2024. (Encontro).

24.

Bergen Exchanges on Law & Social Transformation.Studying Effects of Law. 2024. (Simpósio).

25.

Reunião Aberta do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas.Acesso à justiça, desastres e mudanças climáticas: uma agenda de pesquisa. 2024. (Outra).

26.

Seminários FGV Direito SP e FGV EESP ? Desafios do STF para os próximos anos.Seminários FGV Direito SP e FGV EESP ? Desafios do STF para os próximos anos. 2024. (Seminário).

27.

XIII Encontro de Pesquisa Empírica em Direito - EPED.Assessorias Técnicas Independentes, desastres e acesso à justiça. 2024. (Encontro).

28.

Autocratization Dynamics (INTPART).Teaching Collaboration on INTPART. 2023. (Seminário).

29.

Bergen Exchanges on Law & Social Transformation.Researching law, (in)equality and inclusion. 2023. (Simpósio).

30.

V Seminário de Pesquisa da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.Direito e Desigualdades. 2023. (Seminário).

31.

2022 Global Meeting on Law and Society. Federative tension during Covid-19 pandemic in Brazil: an analysis of subnational litigation on authoritarian context. 2022. (Congresso).

32.

2022 Global Meeting on Law and Society. The Public Defender's Office in the Brazilian Supreme Court: access to justice or institutional design?. 2022. (Congresso).

33.

Constitutional Change and Democratic Erosion. Constitutional change in face of autocratic populism. 2022. (Outra).

34.

Exchanges on Law & Social Transformation in São Paulo. Roundtable: Courts and Democracy. 2022. (Outra).

35.

II Seminário Comitê de Diversidade: Diversidade, equidade e inclusão: estratégias de cuidado e qualificação da vida acadêmica. II Painel: Discussão sobre os desafios e as políticas de gênero na academia. 2022. (Seminário).

36.

Lei de Cotas: uma avaliação do contexto jurídico-político. LEI DE COTAS: UMA AVALIAÇÃO DO CONTEXTO JURÍDICO-POLÍTICO ENTENDENDO OS EFEITOS PRÁTICOS DA LEI DE COTAS A PARTIR DOS ASPECTOS RACIAIS. 2022. (Outra).

37.

Semana de Abertura do Mestrado e Doutorado Acadêmico da FGV Direito SP. Reescritas Feministas da Legislação e Decisões Judiciais: Experiências, Potenciais e Limites. 2022. (Seminário).

38.

Semana de Abertura do Mestrado e Doutorado Acadêmico da FGV Direito SP. STF e Desafios da Pandemia. 2022. (Seminário).

39.

Semana de Abertura do Mestrado e Doutorado Acadêmico da FGV Direito SP. Metodologias, Perspectivas Teóricas, Limites e Desafios da Pesquisa em Direito. 2022. (Seminário).

40.

Semana de Abertura do Mestrado e Doutorado Acadêmico da FGV Direito SP. Emergency Declarations and Parliamentary Scrutiny in the Pandemic: Comparative Notes. 2022. (Seminário).

41.

Semana Jurídica 2022. As transformações Constitucionais Brasileiras. 2022. (Seminário).

42.

V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. A atuação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. 2022. (Congresso).

43.

1º Congresso de Direito, Desenvolvimento e Impacto das Decisões Judiciais. Direito, Desenvolvimento, Judicialização e Políticas Públicas. 2021. (Congresso).

44.

45º Encontro Anual da ANPOCS. STF e pandemia: controle constitucional concentrado durante o primeiro ano da pandemia COVID-19 no Brasil. 2021. (Encontro).

45.

Advogadas nas Sociedades Advocatícias. O Gênero nos Escritórios de Advocacia. 2021. (Simpósio).

46.

Avaliação da Justiça: a visão do cidadão. A voz do cidadão na construção da avaliação do Judiciário. 2021. (Seminário).

47.

Semana de Abertura do Programa de Pós-Graduação Acadêmico. Acesso à Justiça e Metodologia de Pesquisa. 2021. (Seminário).

48.

Semana Pedagógica 2021 Faculdade de Direito / USP - SP. Sinergias entre graduação e pós-graduação: optativas e renovação do ensino jurídico. 2021. (Simpósio).

49.

Seminário Pesquisa Labdados.Os Indicadores sobre o Judiciário Brasileiro: Limitações, Desafios e Uso da Tecnologia. 2021. (Seminário).

50.

X Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.A atuação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. 2021. (Encontro).

51.

XI Seminário Discente de Pós Graduação em Ciência Política da USP.STF, estratégia e política: estudos empíricos. 2021. (Seminário).

52.

44º Encontro Anual da ANPOCS. O STF e a judicialização de políticas: lócus de resistência ou governança autoritária?. 2020. (Congresso).

53.

Debates sobre Direito e Desenvolvimento.Metodologias de Pesquisa em Direito e Desenvolvimento. 2020. (Seminário).

54.

Mare Incognitum: consolidando descobertas, mapeando novas rotas.ICJBrasil: opinião pública e Poder Judiciário no Brasil. 2020. (Seminário).

55.

Webinar | Lançamento do livro "Quem tem medo do processo coletivo?".Metodologia de Pesquisa em pesquisas sobre a produção e o processo legislativo. 2020. (Encontro).

56.

Medindo Acesso à Justiça em um cenário de desigualdades: agenda de pesquisa e análise comparada.O Acesso à Justiça a partir dos dados do Índice de Confiança na Justiça. ICJBrasil. 2019. (Seminário).

57.

30 anos da Constituição Federal.Constituição Federal de 1988 e o Sistema de Justiça. 2018. (Seminário).

58.

A utilidade da pesquisa empírica em direito na justiça federal.A confiança da população na Justiça e os indicadores de cumprimento de leis no Brasil. 2018. (Simpósio).

59.

Bergen Exchanges 2018. Democracy: Authoritarian Constitutionalism. 2018. (Congresso).

60.

Bergen Exchanges 2018. Judging democratic backlash. 2018. (Congresso).

61.

II Congresso Internacional de Mediação Empresarial GEMEP CBar - Desafios Atuais da Mediação Empresarial. Ética na Mediação Empresarial. 2018. (Congresso).

62.

IX Congresso Internacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito. Access to Justice. 2018. (Congresso).

63.

V Congresso Internacional de Teoria das Instituições 30 anos da Constituição Brasileira. Constituição Federal de 1988: uma perspectiva a partir do Sistema de Justiça. 2018. (Congresso).

64.

2017 Bergen Exchanges on Law & Social Transformation.Constitutional Courts & Democracy: Latin America&beyond. 2017. (Seminário).

65.

2017 Bergen Exchanges on Law & Social Transformation.Abortion Lawfare& the right wing in Brazil. 2017. (Seminário).

66.

Access to Justice and Public Interest Law.Access to Justice and Pro Bono: a view from the Brazilian case. 2017. (Seminário).

67.

II Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas. Desigualdade Social, Poder e Sistema de Justiça: assujeitamentos e resistências. 2017. (Congresso).

68.

USP Talks - Judicialização da Política.Judicialização da Política. 2017. (Outra).

69.

XIII Seminário Internacional sobre Gestão Judicial Civil: experiências de inovação nos sistema de justiça da América Latina.Índice de Confiança na Justiça. 2017. (Seminário).

70.

Abortion Rights Lawfare in Latin America.Abortion Movement and Counter-Movement in Brazil: the battle in the State Arena (1995-2006). 2016. (Seminário).

71.

IV Seminário Internacional de Teoria das Instituições.Confiança no Judiciário: uma visão a partir dos resultados do Índice de Confiança na Justiça. 2016. (Seminário).

72.

Ciclo de Debates: Reforma Política.Judicialização da Política: o Judiciário como ator político. 2015. (Simpósio).

73.

International Seminar - Quality of Democracy, Institutions, Agents and Public Policy.Democracy and Compliance to Law in Brazil.. 2015. (Seminário).

74.

Colóquio Instituições Judiciais e debate Político na América Latina.Recrutamento e Formação das Elites Judiciais. 2014. (Encontro).

75.

Colóquio Internacional Justiça, Política e Sociedade.A aproximação entre justiça e política: mais um ingrediente do presidencialismo de coalizão. 2014. (Seminário).

76.

Democracia e Gestão Participativa no Judiciário - A Experiência do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.Transparência no Judiciário: para quê e para quem?. 2014. (Seminário).

77.

Lançamento do II Relatório Anual do Observatório do Ensino do Direito.II Relatório Anual do Observatório do Ensino do Direito. 2014. (Encontro).

78.

Law and Society Association Annual Conference: Law and Inequalities: Global and Local. Roundtable titled: "Globalization, Lawyers and Emerging Economies?". 2014. (Congresso).

79.

Retratos e desafios do gênero na política: perspectiva nacional e global.Retratos e desafios do gênero na política: perspectiva nacional e global. 2014. (Encontro).

80.

V Congresso Jurídico-Científico e XIV Semanajur da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Litigiosidade, morosidade e litigância repetitiva no judiciário. 2014. (Congresso).

81.

37º Encontro Anual da ANPOCS.O Protagonismo Decisório do STF e o Equilíbrio de Poderes: Um estudo empírico do caso da união homoafetiva. 2013. (Encontro).

82.

CGLAD The Conference on Global Law and Development.Law and New Development Strategies: Brazil and Beyond. 2013. (Seminário).

83.

Law and Society Annual Conference: Power, Privilege and Pursuit of justice: Legal Challenges in Precarious Time. Compliance to Law And Effectiveness of the Rule of Law in Brazil. 2013. (Congresso).

84.

Power, Privilege, and pursuit of justice.Legal challenges in precarious times. 2013. (Outra).

85.

XXII Congresso Nacional do CONPEDI. Direito e Desenvolvimento no Brasil do Século XXI. 2013. (Congresso).

86.

2012 International Conference on Law and Society. The Justice Indicators and the Impact on Public Policies within the Brazilian Judiciary. 2012. (Congresso).

87.

Democratização do Acesso à Universidade: Por que e para quem?. Democratização do Acesso à Universidade: Por que e para quem?. 2012. (Outra).

88.

Globalization, Lawyers and Emerging Economies. Globalization, Lawyers and Emerging Economies. 2012. (Encontro).

89.

Juizados Especiais, Turmas Recursais e Turmas de Uniformização da Justiça Federal - Os 10 anos dos Juizados Especiais Federais e os principais problemas no processo de revisão das decisões judiciais nos Juizados Especiais Federais. Efetividade da Garantia do Acesso à Justiça: A Experiência dos Juizados Especiais. 2012. (Seminário).

90.

Law and Development in Brazil in a Global Context. Managing Growth in a Changing World: What lessons can the BRICS learn from each other?. 2012. (Outra).

91.

Managing Growth in a Changing World: What lessons can the BRICS learn from each other?. The Judiciary. 2012. (Outra).

92.

Seminário: A crise do Estado e da Jurisdição e as Formas Alternativas de Resolução de Conflitos. A crise do Estado e da Jurisdição e as Formas Alternativas de Resolução de Conflitos. 2012. (Seminário).

93.

2011 Annual Meeting Law and Society Association. The Justice Confidence Index in Brazil: Why, How, and for Whom it has Been Produced. 2011. (Encontro).

94.

2º Colóquio: Panorama da Pesquisa no Direito. Pesquisa Empírica no Direito. 2011. (Outra).

95.

Café da manhã com a Coordenação.Mesa de debate sobre o Mestrado em Direito e Desenvolvimento da Direito GV. 2011. (Outra).

96.

I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.Inovação dos métodos de pesquisa em Direito e renovação da Produção Científica. 2011. (Encontro).

97.

Instituto Pro Bono: 10 Anos Fortalecendo o Acesso à Justiça.Confiança no Judiciário e Acesso à Justiça. 2011. (Outra).

98.

IPSA-ECPR joint conference, Whatever Happened to North-South?. New Lenses for an Old Question: Judicial Institutions and the Quality of Democracy. 2011. (Congresso).

99.

Reunião de Coordenadores de Pós-graduação da área de Direito - CAPES. 2011. (Outra).

100

.

Seminário: Diálogos entre contabilidade, Direito e Economia.Pesquisa de Law & Economics. 2011. (Seminário).

101

.

Seminário: Os Cursos Jurídicos e Educação Republicana. 2011. (Seminário).

102

.

Seminário: Transformações no Processo: neoliberalismo e jurisdição.As reformas processuais e a democratização do acesso à justiça. 2011. (Seminário).

103

.

34º Encontro Anual da ANPOCS.Sociedade e Judicialização da Política. 2010. (Encontro).

104

.

Conference Law and development in the BRICs.Juística e desenvolvimento econômico na Reforma do Judiciário brasileiro. 2010. (Outra).

105

.

El derecho en America Latina: Los retos del siglo XXI. En que está la justicia? El analisis y la reforma del sistema judicial. 2010. (Congresso).

106

.

Future ED 2 Conference. 2010. (Outra).

107

.

Law and Development in Brazil roundtable.Law and Development in Brazil. 2010. (Outra).

108

.

Research Scholars Network Workshop. Institute for International Law & Justice.Measuring good governance. 2010. (Outra).

109

.

Seminário Combate à Morosidade da Justiça: diagnósticos e propostas. 2010. (Seminário).

110

.

Seminário Economia Brasileira em Perspectiva.Eficácia regulatória e revisão judicial. 2010. (Seminário).

111

.

Una agenda regional sobre el derecho en America Latina.Como incidir en las reformas judiciales y regulatorias?. 2010. (Seminário).

112

.

Workshop de debates: O Desenho de Sistemas de Resolução Alternativa de Disputas para Conflitos de Interesse Público.O Desenho de Sistemas de Resolução Alternativa de Disputas para Conflitos de Interesse Público. 2010. (Outra).

113

.

Workshop de Pesquisa: Diagnóstico sobre as causas do aumento das demandas judiciais cíveis, mapeamento das demandas repetitivas e propositura de soluções pré-processuais, processuais e gerenciais à morosidade da Justiça. 2010. (Outra).

114

.

1º Coloquio FGV Direito Rio/DIREITO GV.A construção de um indicador sistemático de avaliação da Justiça - o Índice de Confiança no Judiciário. 2009. (Seminário).

115

.

Coloquio Internacional: Tributação, Desenvolvimento, Infra-Estrutura e Sustentabilidade: Cenários para o Brasil da próxima década.Índice de Confiança na Justiça Tributária. 2009. (Seminário).

116

.

Perspectivas de Reforma do Estado Brasileiro.Reforma do Judiciário. 2009. (Outra).

117

.

Semana de Acesso à Justiça.Análise sobre a Confiabilidade da Justiça. 2009. (Seminário).

118

.

Seminário Nacional sobre Justiça Constitucional.O STF, o CNJ e a organização do poder judiciário brasileiro. 2009. (Seminário).

119

.

2008 Joint Annual Meetings of the Law and Society Association and the Canadian Law and Society Association. Judicial Predictability and Development: the Judicial Predictability and the Discourses on Institutional Reforms in the Justice System. 2008. (Congresso).

120

.

121

.

Curso: Perspectivas de Reforma do Estado Brasileiro.Reforma do Judiciário. 2008. (Outra).

122

.

IV Semana de Gestão de Políticas Públicas: 20 Anos da Constituição Federal.Balanco de 20 anos da Constituição. 2008. (Outra).

123

.

Os 20 Anos da Constituição Cidadã. O Sistema de Justiça na Nova Ordem Constitucional. 2008. (Congresso).

124

.

Semana de Acesso à Justiça.Análise sobre a confiabilidade da justiça. 2008. (Outra).

125

.

Workshop Nacional de Metodologia.Metodologia do Ensino Jurídico no Brasil: estado da Arte e perspectivas. 2008. (Outra).

126

.

International Conference - Law and Society in the 21st Century - Transformation, Resistances, Futures. Judicial Administration in Brazil: Dissemination of Information and Transparency. 2007. (Congresso).

127

.

Seminários CES.Rule of Law: os discursos para a reforma do sistema de justiça. 2007. (Seminário).

128

.

30º Encontro Nacional da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Poder Político e Controles Democráticos. 2006. (Congresso).

129

.

3º Congresso Latino-Americano de Ciência Política - DEMOCRACIA & DESIGUALDADE. Defesa de Direitos e transformações no Sistema de Justiça. 2006. (Congresso).

130

.

Algumas Questões sobre a democratização do acesso à justiça: o Juizado Especial Cível. Algumas Questões sobre a democratização do acesso à justiça: o Juizado Especial Cível. 2006. (Seminário).

131

.

Casoteca Latino-Americana de Direito e Políticas Públicas. Casoteca Latino-Americana de Direito e Políticas Públicas. 2006. (Seminário).

132

.

Estabilidade Econômica e Judiciário. 2006. (Seminário).

133

.

Palestra: Organização do Sistema de Justiça e Acesso à Justiça. Organização do Sistema de Justiça e Acesso à Justiça. 2006. (Outra).

134

.

Programa de Pós em Administração Pública e Governo. Programa de Pós em Administração Pública e Governo. 2006. (Seminário).

135

.

Seminário de Actualización en Pedagogia y Derechos Sociales. Actualización en Pedagogia y Derechos Sociales. 2006. (Seminário).

136

.

Seminário de Pesquisa em Ciências Políticas. Seminário de Pesquisa da Pós Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. 2006. (Seminário).

137

.

138

.

Disputes and Development.Disputes and Development. 2005. (Simpósio).

139

.

Reforma do Judiciário - Justiça Paulista após a Emenda Constitucional nº 45 - 3º.Informatização e Estatísticas da Justiça. 2005. (Outra).

140

.

Segundo Encontro do Grupo de Reflexão da Sur sobre Acesso à Justiça.Segundo Encontro do Grupo de Reflexão da Sur sobre Acesso à Justiça. 2005. (Encontro).

141

.

Semana Juridica Universitária.Semana Juridica Universitária. 2005. (Encontro).

142

.

Seminário sobre Conflitos entre Ordens Jurídicas no Contexto da Transnacionalidade do Direito.Conflitos sobre Direitos Fundamentais entre Ordem Nacional e Ordem Transnacional. 2005. (Seminário).

143

.

28º Encontro Anual da ANPOCS.Juizado Especial Cível e a democratização do acesso à justiça. 2004. (Encontro).

144

.

Curso Anual de Direito Constitucional.Reforma do Poder Judiciário. 2004. (Outra).

145

.

Seminário A Pesquisa na Universidade.Os objetivos de uma pesquisa aplicada. 2004. (Seminário).

146

.

XII Semana da Faculdade de Ciências Sociais - PUC.Sistema de justiça brasileiro, a utilização de sistemas de estatística e banco de dados: um retrato inicial. 2004. (Outra).

147

.

Curso Anual de Direito Constitucional - SBDP.Aula. 2003. (Outra).

148

.

XXIII International Congress of the Latin American Studies Association. Access of Justice and legal Aid in São Paulo. 2001. (Congresso).

149

.

XXIV Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.As ouvidorias: mecanismos de controle democrático. 2000. (Encontro).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

CUNHA, L. G.; GABBAY, Daniela Monteiro ; ASPERTI, M. C. A. ; CHIUZULI, D. R. . Presente e Futuro da Mediação e Conciliação Judiciais no Brasil. 2026. (Outro).

2.

GROSS CUNHA, LUCIANA; ASPERTI, M. C. ; SANDEFUR, REBECCA ; BURNETT, M. ; MAURINO, G. ; LILLO, R. . 2026 Conference on People-Centered Justice and Access to Justice in Latin America. 2026. (Outro).

3.

gross cunha, luciana; GABBAY, Daniela Monteiro ; ASPERTI, M. C. ; SANDEFUR, REBECCA ; BURNETT, M. . Envisioning a People-Centered Justice Research and Data Agenda for Latin America. 2025. (Outro).

4.

GROSS CUNHA, LUCIANA; AMPARO, T. S. ; ASPERTI, MARIA CECILIA DE ARAUJO ; FERRARO, L. P. ; CHIUZULI, D. R. . Transição Ecológica e Justiça Climática. 2025. (Congresso).

5.

CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, L. O. ; BENEDITO, A. ; FIRMINO, I. F. C. ; BERNARDINO, K. P. . OPERACIONALIZANDO A EQUIDADE RACIAL NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO NO 203/2015 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. 2024. (Outro).

6.

gross cunha, luciana; ROS, L. . Área Temática Política, Direito e Judiciário. 2024. (Congresso).

7.

CUNHA, L. G.; VIEIRA, Oscar Vilhena . Seminários FGV Direito SP e FGV EESP ? Desafios do STF para os próximos anos. 2024. (Outro).

8.

CUNHA, L. G.; ASPERTI, M. C. A. ; GABBAY, Daniela Monteiro ; CHIUZULI, D. R. . Reunião aberta do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça, Desastres e Mudanças Climáticas. 2024. (Outro).

9.

CUNHA, Luciana Gross; BUZOLIN, L. G. . Lançamento do livro Direito e Gênero: Reflexões Plurais sobre Teorias Feministas. 2022. (Outro).

10.

CUNHA, Luciana Gross; AMPARO, T. S. ; FELIPE, D. A. . Lei de Cotas: uma avaliação do contexto jurídico-político. 2022. (Outro).

11.

CUNHA, Luciana Gross. Roundtable: Judicial Institutions, Politics and Public Policies in the Threat of Autocratization. 2022. (Outro).

12.

CUNHA, Luciana Gross; BUZOLIN, L. G. ; PENTEADO, T. S. C. B. . Encontro com a Professora Catharine MacKinnon. 2020. (Outro).

13.

CUNHA, Luciana Gross; GABBAY, Daniela Monteiro ; ASPERTI, M. C. ; Paulo Eduardo da SILVA ; COSTA, S. H. . Medindo o Acesso à Justiça em um cenário de desigualdades: Agenda de Pesquisa e Análise Comparada. 2019. (Outro).

14.

CUNHA, Luciana Gross. Café da manhã com a coordenação. 2014. (Outro).

15.

CUNHA, Luciana Gross. X Jornada de Iniciação Científica da Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2014. .

16.

CUNHA, Luciana Gross. Brazilian Legal Profession in the Age of Globalization (GLEE). 2012. (Congresso).

17.

CUNHA, Luciana Gross. Democratização do acesso à Universidade: Por que e para quem?. 2012. (Outro).

18.

CUNHA, Luciana Gross. Ensino Jurídico e Formação Docente. 2012. (Outro).

19.

CUNHA, Luciana Gross. 3ª Reunião de Lançamento da Rediscursus. 2012. (Outro).

20.

CUNHA, Luciana Gross. Café da Manhã com a Coordenação. 2011. (Outro).

21.

CUNHA, Luciana Gross. Workshop de Pesquisa: Diagnóstico sobre as causas de aumento das demandas judiciais cíveis, mapeamento das demandas repetitivas e propositura de soluções pré-processuais, processuais e gerenciais à morosidade da Justiça. 2010. (Outro).

22.

CUNHA, Luciana Gross; CUNHA, Luciana Gross Siqueira ; Global Lawyers Emerging Economies. 2010. (Congresso).

23.

CUNHA, Luciana Gross. Contando a Justiça: A Produção de Informação no Sistema de Justiça Brasileiro. 2006. (Congresso).

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

 Mariana Mello. Participação social e litigância climática: estudo de caso das remoções forçadas em São Sebastião. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

2.

Giovanna Cristina de Souza Oliveira. Justiça Climática e Direitos da Natureza. Início: 2025. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. (Orientador).

Tese de doutorado

1.

 Julia Maria Lillo do Nascimento. Portas Entreabertas: uma análise institucional da abertura do sistema político e seus efeitos sobre políticas públicas. Início: 2026. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

2.

 Julia Carolina Malacrida de Pádua. GOVERNANÇA E ARQUITETURA INSTITUCIONAL: O BRASIL PRECISA DE UMA AUTORIDADE CLIMÁTICA?. Início: 2026. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

3.

 Livia Cunha de Menezes. Justiça Climática e Desastres. Início: 2025. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

4.

 Helena Hime Funari. Entre mudanças institucionais: participação política nos modelos de financiamento de campanha brasileiro. Início: 2024. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

5.

 Karine de Paula Bernardino. Mapeando desigualdades: uma visão crítica das profissões jurídicas no Brasil. Início: 2024. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

6.

 Camila Maria de Lima Villarroel. Acesso à justiça para crianças e adolescentes em casos de pornografia infanto-juvenil: um estudo jurimétrico. Início: 2023. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV. (Orientador).

7.

 Felipe Luciano Pires. A construção institucional da Advocacia-Geral da União e a análise exclusiva dos aspectos jurídicos. Início: 2023. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV. (Orientador).

Supervisão de pós-doutorado

1.

Delton Aparecido Felipe. Início: 2021. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

Iniciação científica

1.

Letícia Ester Paz Oliveira. A política de cotas raciais na magistratura tem produzido efeitos na ponta?: percepções dos usuários do sistema de justiça. Início: 2025. Iniciação científica (Graduando em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

2.

Amanda Pereira Santos. Crime, fogo e território: o que está por trás das queimadas criminosas na Chapada dos Veadeiros?. Início: 2025. Iniciação científica (Graduando em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

 Daniel Lucas Dejavitte De Biagio. O Desenho Jurídico-Institucional Do Comitê Intersetorial Da Política Municipal Para A População Em Anexo Currículo (2059987) SEI 2026/0033849 / pg. 141

2.

 Lívia Cunha de Menezes. Litigância climática no Sul Global: contribuições a partir da experiência brasileira. 2023. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

3.

Amanda de Moraes Modotti. Advocacia Pública e Litigância Climática: limites e possibilidades. 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

4.

 Barbara Rebeca Alves Magarian. O quadro jurídico-institucional da representação política no Brasil e as novas práticas de representação: um estudo da ?Bancada Ativista? enquanto mandato coletivo. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

5.

 Luiza Veronese Lacava. O fazer local da política criminal: segurança pública na Câmara Municipal de São Paulo, entre 2005 e 2016. 2022. Dissertação (Mestrado em Pós Graduação Stricto Sensu Acadêmico) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

6.

 Wilherson Carlos Luiz. Atuação Institucional da Defensoria Pública sobre casos de violência policial. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

7.

Aline Herscovici. Lições feministas à ADI 4.424/DF: um projeto normativo sobre a concepção jurídica da autonomia de mulheres. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coorientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

8.

 Felipe Luciano Pires. BUROCRATAS JURÍDICOS; ILUSTRES DESCONHECIDOS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. 2021. Dissertação (Mestrado em Programa

9.

 Livia Boruchovitch Fonseca. Argumentação Jurídica e Precedentes: um estudo sobre as técnicas de julgamento em demandas repetitivas. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

10.

 Francisco A. , P. Gandolfi de Tulio. CONCURSO PÚBLICO E DINÂMICAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS: INGRESSO E SELEÇÃO NA CARREIRA DA DEFENSORIA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2020. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

11.

LUÍZA PAVAN FERRARO. A CIDADE PARTICIPANTE Uma análise da participação de atores na reformulação da lei de zoneamento de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, . Coorientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

12.

 Andrea Pimentel de Miranda. QUEM TEM MEDO DO PROCESSO COLETIVO? AS DISPUTAS E AS ESCOLHAS POLÍTICAS NO CPC/2015 PARA O TRATAMENTO DA LITIGIOSIDADE REPETITIVA NO BRASIL. 2019. Dissertação (Mestrado em Mestrado Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

13.

 Guilherme Saraiva Grava. Entre cooperação e conflito: um estudo de caso sobre a comissão mista de orçamento do Congresso Nacional. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

14.

 Fayola Sant'Anna Cajuela. Perspectivas de efetividade do Direito à Educação Infantil: Estudo de Caso sobre a atuação da Defensoria Pública de São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

15.

 Nikolay Henrique Bispo. STF e Poder Legislativo: atos parlamentares interna corporis, um limite à separação dos Poderes?. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV, . Coorientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

16.

Ivan Candido da Silva Franco. Reforma do judiciário, separação de poderes e o controle disciplinar no CNJ: há diferenças entre as decisões proferidas por conselheiros juízes e por conselheiros não juízes?. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito de São Paulo - DIREITO GV, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coorientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

17.

 Maíra Martinelli Rizzardi. Os ciclos de conferências da defensoria pública do estado de São Paulo: participação e controle social no sistema de justiça. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

18.

 Frederico Silva Bastos. Transparência, Responsabilidade e Regulação Responsiva: A Administração Fiscal Brasileira e o Fortalecimento dos Laços Entre Democracia e Tributação. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

19.

 Natalia Langenegger. Alternativas e Limites da Atuação do Poder Judiciário na Efetivação de Políticas Públicas. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

20.

Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros. Segurança Jurídica Extrajudicial e Precedentes Administrativos: uma Investigação sobre a Aplicação de Precedentes do CADE, a partir da análise dos mapas de citação. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, . Coorientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

21.

 Natália Fazano Novaes. Judicialização da Saúde e Assistência Farmaceutica no Pós-88: Efeitos na Administração Pública do Estado de São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

22.

 Dalton Tria Cusciano. O tempo do processo: os processos judiciais envolvendo a educação no Poder Judiciário de Minas Gerais. 2011.

23.

 Lara Barbosa Quadros Côrtes. O Ministério Público e a defesa do direito à educação: um estudo de caso sobre a atuação dos Promotores de Justiça da Grande São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

Tese de doutorado

1.

 Julia dos Santos Drummond. Racismo Cotidiano e Branquitude: os desafios enfrentados por mulheres negras no acesso à justiça em ações de família na cidade de São Paulo. 2021. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

2.

 Maurício Buosi Lemes. Avaliação do desempenho dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado de São Paulo na contribuição em processos de produção de políticas públicas. 2021. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

3.

 Luiza Ferraro Pavan. O que são as cidades construídas, sem a sabedoria do povo??: direito à cidade e democracia no bairro do Bixiga. 2021. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, . Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

4.

 Livia Gonçalves Buzolin. As movimentações dos Poderes Judiciário e Legislativo em torno dos direitos de minorias. 2020. Tese (Doutorado em Mestrado e Doutorado Stricto Sensu Acadêmico em Direito e Desenvolvimento) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

5.

SAMPAIO, J. O.. Confidence in Justice: Evidence from Brazil. 2015. Tese (Doutorado em Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, . Coorientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

1.

Jeferson Mariano da Silva. 2019. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Luciana Gross Siqueira Cunha.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Guilherme Horta de Souza Lima. A Constituição Cidadã para novos cidadãos: uma proposta de acesso à constituição para a juventude brasileira. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

2.

Tomaz Aribi Fiszbaum. Fronteiras do Pensamento: o Jurídico e o Político no Supremo Tribunal Federal e a Lógica do Presidencialismo de Coalizão. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

3.

Carolina Ramazzina Van Moorsel. O ensino do direito e o curso de direito no Brasil: um panorama literário e regulatório. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

4.

Felipe Furcolin. Coalizão, Governabilidade e a Crise: O Impeachment do Collor e o escândalo do mensalão. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

5.

Andrea Navarro Dias Cardoso Alves. Lobby no Brasil: uma matéria a ser regulamentada? Análise da necessidade e viabilidade de regulamentação do lobby no cenário político brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

6.

Cynthia Barbosa de Almeida. Metodologia e Ciência: relações entre a maneira de ensino e a concepção de Direito. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

7.

Jessica Wright B. Olivieri. Lei Ficha Limpa: desafios e conquistas. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

8.

Nilton Pereira de Castro Melo. Análise do mecanismo mecenato instituído pela Lei Rouanet: Contraposição entre os objetivos da lei e o perfil dos projetos captados. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

9.

Roberta Guerra Abdalla. Negócios Sociais no Brasil? O conceito de negócio social e as estruturas jurídicas que estão surgindo para implementá-lo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

10.

Juliana Villa Mello. Códigos de Conduta Corporativa: Enforcement e Desenvolvimento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

Iniciação científica

1.

Lucas Souza Medrado. A correlação entre o orçamento anual estadual e o alinhamento político-ideológico do chefe do executivo. 2022. Iniciação Científica. (Graduando em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

2.

João Pedro Rodrigues Oliveira. Legislativos Locais: Dinâmica Interna e Influências Externas. 2021. Iniciação Científica. (Graduando em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

3.

Guilherme Horta de Souza Lima. Reflexos dos discursos presidenciais na governabilidade: uma análise político-linguística sobre os dois primeiros anos do mandato de Jair Bolsonaro. 2021. Iniciação Científica. (Graduando em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

4.

Mariana Araujo Puschel. O sistema de justiça, de 2013 aos dias atuais: politização da justiça, legalismo autocrático e democracia inconstitucional.. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Graduação) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

5.

Lucas Faria Rodrigues. O Supremo Tribunal Federal e a relação entre Executivo e Legislativo. 2006. 0 f. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

Orientações de outra natureza

1.

Marina Jacob Lopes da Silva. Performance das Instituições de Sistema de Justiça. 2012. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade de São Paulo. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

2.

Yuri Campos Klink. Eficiência do Sistema de Justiça. 2012. Orientação de outra natureza. (Direito) - Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

3.

Jéssica Wright Borba Oliveira. Lei da Ficha Limpa: Uma análise de constitucionalidade. 2012. Orientação de outra natureza. (Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

4.

Cynthia Barbosa de Almeida. Os Padrões de Qualidade através dos métodos avaliativos dos cursos de Direito. 2012. Orientação de outra natureza. (Direito) - Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

5.

Diego Machado. O Controle de Constitucionalidade. 2005. Orientação de outra natureza. (Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

6.

Cláudia Matsuo. O STF e o direito adquirido. 2005. Orientação de outra natureza. (Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

7.

Lucas Faria Rodrigues. Relação Executivo Legislativo: teoria da delegação. 2005. Orientação de outra natureza. (Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

8.

Cláudia Silva Scabin. O Supremo Tribunal Federal nos Anos do Regime Militar - uma visão do Ministro Victor Nunes Leal. 2004. Orientação de outra natureza. (Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

9.

Angela Rita Franco Donaggio. O Supremo Tribunal Federal no Período 1964 ? 1968.. 2004. Orientação de outra natureza. (Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

10.

Helga Liitsoff Bevilacqua. O Supremo Tribunal Federal no Período 1964 ? 1968.. 2004. Orientação de outra natureza. (Direito) - Sociedade Brasileira de Direito Público. Orientador: Luciana Gross Siqueira Cunha.

Educação e Popularização de C & T

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

CUNHA, LUCIANA GROSS. Advogado de Escritório Paulista é Jovem Pós-Graduado. Consultor Jurídico - Conjor, 16 mar. 2008.

Cursos de curta duração ministrados

1.

gross cunha, l.. 3º Curso de Extensão em Direitos Humanos. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

2.

GROSS CUNHA, LUCIANA. Teoria Geral do Direito: formação do pensamento intelectual brasileiro. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

1.

CUNHA, Luciana Gross. Mais de 80% dos brasileiros acham fácil desobedecer as leis, aponta FGV. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

2.

CUNHA, Luciana Gross. Programa Roda Viva. 2015. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 📺

3.

GROSS CUNHA, LUCIANA. Apesar de medidas afirmativas, diversidade no Judiciário ainda é desafio, aponta FGV. 2024. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

Outras informações relevantes

Líder do Núcleo de Acesso à Justiça, Processo e Meios de Solução de Conflitos da FGV Direito SP e
Presidente do Conselho Editorial da Revista Direito GV

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 13/09/2026 às 21:52:54

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



MANIFESTAÇÃO

CERTIFICO que, por conterem dados sensíveis e em atenção à Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), os documentos abaixo listados foram encartados em processo próprio de natureza restrita, de nº SEI 2026/0033848 , o qual permanecerá com acesso franqueado à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública:

- Ficha de palestrante (doc.2059971)
- Certidões(doc.2059973)
- Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo;
- Consulta negativa do CADIN ESTADUAL;
- Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura de São Paulo;
- Pesquisa negativa de aplicação de sanções administrativas, emitida pela SeFaz/SP;
- Consulta na Relação de Impedimentos de Contrato / Licitação do TCE-SP;
- Cadastro como Contribuinte da Previdência Social (emissão pela SAOF);
- Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 24/09/2026, às 15:09, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2059988** e o código CRC **1E731C9B**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br



MANIFESTAÇÃO

Compete à Escola da Defensoria Pública do Estado, nos termos do que dispõe o artigo 58, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, dentre outras atribuições, *“promover a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico dos membros, estagiários e servidores, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado”*.

Trata-se de encontro de grande relevância para a instituição, pois nele são apresentados projetos e discutidas estratégias para a implementação das ações da Escola de Governo da Defensoria Pública em todo o estado.

Nesse sentido, pretende-se a contratação da/o palestrante **Luciana Gross Siqueira Cunha** para o evento “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”. A palestrante é mestre e doutora em Ciência Política pela USP e professora na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP). Desenvolve pesquisas sobre acesso à justiça e desigualdades, performance e administração das instituições do sistema de justiça. É coordenadora do Núcleo de Acesso à Justiça, Processo e Meios de Solução de Conflitos (NAJUPMESC). É pesquisadora sênior do Núcleo de Justiça Racial e Direito (NJRD). É presidente do conselho editorial da Revista Direito GV, e integra o Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Conforme é possível verificar nos documentos encartados em 2059971 e 2059987, a/o palestrante detém um currículo e/ou qualificação aptos ao desempenho da referida função.

A contratação em epígrafe representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE, revertendo em benefícios à Defensoria Pública do Estado de São Paulo como um todo, uma vez que contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural de temas diretamente atrelados aos Órgãos.

Nos termos do artigo 2º, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, e considerando que a normativa trata de rol meramente exemplificativo; bem como com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, entendo que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de Estudo Técnico Preliminar e análise de riscos.

As informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, constarão dos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

Em assim sendo, nos termos do art. 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, entendo conveniente e oportuna a pretensa contratação eis que pertinente às finalidades institucionais da Escola da Defensoria Pública do Estado.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para providências.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 24/09/2026, às 15:22, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2059989** e o código CRC **FE854FCB**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033849

SACL EDEPE - 2059989v2



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

Objeto:

1.1. Contratação de **Luciana Gross Siqueira Cunha** para proferir palestra no “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”.

Prazo de vigência e de execução:

1.2. O prazo de vigência da contratação terá início a partir da emissão da Nota de Empenho pela Contratante até o término das obrigações assumidas pelo(a) Contratado(a), sendo limitado ao dia 31/12/2026, momento em que se resolverá de pleno direito.

1.3. O prazo de execução dos serviços será o mesmo estabelecido para a realização do evento.

Outras condições:

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985/2023.

1.5. O(A) Contratado(a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, no Ato Normativo DPG nº 238/2023, e na Deliberação do Conselho Superior da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17/2021.

2.2. A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações, alinhando-se às diretrizes estratégicas da Escola da Defensoria Pública do Estado.

2.3. A presente contratação se faz necessária para o cumprimento da missão institucional da EDEPE, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 988/2006 e do Ato Normativo DPG nº 127/2017 (Regimento interno da EDEPE).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Item 05 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não foram identificados impactos ambientais para a presente contratação.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A presente contratação será formalizada por meio de **Nota de Empenho**.

5.2. O(a) Contratado(a) deverá comparecer ao local de realização ou gravação do evento, na data e horário indicados pela Contratante, e desempenhar o serviço de acordo com as diretrizes fornecidas pela Contratante, estabelecidas para o evento.

5.3. Condições gerais de execução:

- Quantidade de horas contratadas: 1 hora, a palestrante participará da 16h00 às 17h00.

- Datas do evento: 06/10/2026.

- Local do evento: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo - SP.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

Informações gerais:

6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a Contratante e o(a) Contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A Contratante poderá convocar o(a) Contratado(a) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Gestão:

6.4. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor da contratação.

6.5. O gestor da contratação acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. O gestor do contrato anotará no histórico de gerenciamento da contratação, se for o caso, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor da contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.

6.8. O gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação do(a) Contratado(a), acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor da contratação atuará tempestivamente na solução do problema.

6.10. O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pelo setor competente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Medição:

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Atestado de Execução dos Serviços para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o(a) Contratado(a):

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento:

7.3. O objeto será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de finalização do serviço, mediante a confirmação de comparecimento do(a) Contratado(a) pelo Servidor responsável.

7.4. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, o valor respectivo será descontado da importância devida ao(à) Contratado(a), sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.5. Constatadas irregularidades no serviço, a Contratante poderá:

7.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua correção imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação imediata, mantido o preço inicialmente contratado, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.6. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante Atestado de Execução dos Serviços, firmado pelo Servidor responsável.

7.7. A aceitação dos serviços não exonerará o(a) Contratado(a) de indenização no caso de responsabilidade civil ou técnica por futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução dos serviços, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Pagamento

7.8. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome do(a) Contratado(a) no Banco do Brasil S/A, no prazo de 30 (trinta) dias (Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999), contados do recebimento do atestado de comparecimento do(a) Contratado(a), a ser apresentado à EDEPE no prazo de 25 (vinte e cinco) dias da data da palestra, e à vista do Atestado de Execução de Serviços.

7.9. Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome do(a) Contratado(a) no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (Cadin Estadual), o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo(a) Contratado(a), de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

7.10. A Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei.

8. VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor da contratação e remuneração pelos serviços prestados:

8.1. O(A) contratado(a) será remunerado(o) de acordo com a Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nº 17/2021.

8.2. O valor base fixado para a presente contratação será de R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo:

- Valor da hora aula: R\$ 300,00 (trezentos reais)
- Total de horas contratadas: 1 hora
- Valor total das horas contratadas: R\$ 300,00 (trezentos reais)
- Valor total do projeto: R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais)

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros dos Programas de Trabalho

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações do(a) Contratado(a), sem prejuízo das demais que forem intrínsecas à prestação dos serviços contratados, daquelas constantes de sua proposta comercial e das estabelecidas em lei:

I. zelar pela fiel execução da contratação, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II. não transferir a outrem a execução do objeto desta contratação, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

III. manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

IV. dar ciência imediata e por escrito à Contratante de qualquer anormalidade que verificar na execução da contratação;

V. prestar à Contratante, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução da contratação;

VI. responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes da execução da contratação;

VII. não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante ou terceiro que já lhe preste serviços para atuar na execução da contratação;

VIII. guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

IX. Respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições;

X. Dar exato cumprimento às *Leis Anticorrupção previstas no ordenamento jurídico brasileiro, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados; obrigando-se a: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.*

10.2. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das constantes deste Termo de Referência e do instrumento contratual, e das estabelecidas em lei:

I. zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas durante a vigência da contratação;

II. indicar formalmente servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual e, ainda, pelos contatos com o(a) Contratado(a);

III. fornecer ao(à) Contratado(a) todos os dados e informações necessários à execução do objeto da contratação;

IV. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

V. respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições.

11. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. A inexecução total ou parcial desta contratação, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 155 ensejará a rescisão, acarretando as consequências enumeradas no artigo 156, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O(A) Contratado(a) sujeita-se também às previsões constantes dos artigos 155 a 166 da Lei Federal nº

14.133/2021.

11.3. As sanções de que tratam os itens 11.1 e 11.2 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 237/2023, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no Portal da Transparência, do E-sanções, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

11.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.5. A Contratante poderá descontar da fatura os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas na contratação.

11.6. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante o procedimento de contratação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e do Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. A aplicação das penalidades não impede a Contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pelo(a) Contratado(a).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 24/09/2026, às 15:10, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2059990** e o código CRC **0A450238**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033849

SACL EDEPE - 2059990v2



RELATÓRIO

Cuidam os autos de procedimento administrativo instaurado com vistas à contratação de **Luciana Gross Siqueira Cunha** para proferir palestra no evento “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”.

No âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o que inclui a Escola da Defensoria Pública (EDEPE), os procedimentos destinados à aquisição de bens e à contratação de serviços nos moldes da 14.133/2021 são regulamentados pelo Ato Normativo DPG nº 238, de 28 de março de 2023 (“Ato 238”).

Em atendimento às exigências constantes do Ato 238, constam dos autos os seguintes elementos:

- Documento de Formalização de Demanda - DFD (doc. 2059983);
- Formulário de solicitação de realização ou apoio a evento (doc. 2059984);
- Programação do evento (doc. 2059985);
- Currículo (doc.2059987);
- Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 17, de 29 de setembro de 2021 (doc. 2059986);
- Despacho da Direção sobre a conveniência e oportunidade da contratação (doc. 2059988);
- Indicação de documentos contendo dados protegidos, pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), encartados em processo SEI restrito (doc. 2059742); e
- Termo de Referência (doc. 2059990).

No que tange aos documentos pertinentes à regularidade do(a) Contratado(a), a que se refere o artigo 15, inciso II, do Ato 238, cumpre informar que não foram juntados aos autos os documentos pessoais com foto, o comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, assim como a declaração conjunta.

A especial natureza da contratação em epígrafe, inclusive no que diz respeito à menor complexidade do seu objeto, enseja, s.m.j., a prescindibilidade dos aduzidos documentos.

Isso porque, na medida em que o procedimento em questão é orientado pelos princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência, a dispensa dos documentos não importa em nenhuma ofensa ao princípio da legalidade, e garantirá a contratação do(a) palestrante, cuja participação é indispensável para a realização do evento, que representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE.

Por se tratar de uma atividade que envolve aspectos eminentemente atrelados à intelectualidade, qualificação, bem como experiência e/ou vivência pregressa do(a) Contratado(a), o serviço envolve características que não permitem sua comparação objetiva com outros.

A inexigibilidade de licitação é uma solução legal para os casos nos quais não é possível

sustentar a estrutura de um procedimento de licitação em razão da inviabilidade de competição. Na medida em que ausente a competitividade, pressuposto necessário à realização do procedimento, a licitação se torna uma via inadequada, devido à impossibilidade de escolha objetiva da proposta mais vantajosa.

Pelo exposto, s.m.j., sugiro a contratação de **Luciana Gross Siqueira Cunha** nos termos do artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021.

Submeto os autos à consideração superior, com sugestão de emissão de Nota de Reserva e encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, em observância, respectivamente, aos artigos 8º e 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Machion Leon, Oficiala de Defensoria**, em 24/09/2026, às 15:10, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2059991** e o código CRC **413D3D0E**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033849

SACL EDEPE - 2059991v2



MANIFESTAÇÃO

Vistos.

Acolho a manifestação retro, oriunda da Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual doc.2059991.

Nos termos do artigo 5º, § 2º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, aprovo o Termo de Referência, constante em doc.2059990.

O custo da contratação durante o período do projeto será de **R\$ 300,00** (trezentos reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 60,00** (sessenta reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 360,00** (trezentos e sessenta reais).

Observo que a exigência do art. 8º, Ato Normativo DPG nº 238/2023 encontra-se atendida, na medida em que no Processo SEI nº 2026/0029534, pertinente à organização do evento em epígrafe, há indicação de recursos para fazer frente à presente contratação. Por essa razão, deixo de solicitar nova informação de recursos à Subárea de Orçamento e Finanças nestes autos.

Determino o encaminhamento dos autos à Subárea de Orçamento e Finanças para **reserva orçamentária** em favor de **Luciana Gross Siqueira Cunha**, no valor de **R\$ 360,00** (trezentos e sessenta reais), em **FORMAÇÃO CONTINUADA**, em atenção ao art. 8º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Após, encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral, para análise e parecer, nos termos do art. 21, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 24/09/2026, às 15:22, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2059992** e o código CRC **D2791A6B**.



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº1017/2026

Processo Administrativo: 33849/2026

INICIAL

INTERESSADO: Luciana Gross Siqueira Cunha
CPF: 247.448.698-40

ASSUNTO: Contratação da/o palestrante Luciana Gross Siqueira Cunha para o "II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe".

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 70.333 de 12 de janeiro de 2026, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420151

PROGR. DE TRAB.: 03.128.4200.5797.0000

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-25

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	R\$ 2.884.722,48	-	-	R\$ 2.884.722,48
OUTUBRO	R\$ 1.101.916,18	R\$ 300,00	-	R\$ 1.101.616,18
NOVEMBRO	R\$ 1.072.724,28	-	-	R\$ 1.072.724,28
DEZEMBRO	R\$ 1.154.049,45	-	-	R\$ 1.154.049,45
TOTAL	R\$ 6.193.412,39	R\$ 300,00	-	R\$ 6.193.112,39

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Natã Aparecida Biolcati
Agente de Defensoria Pública Administradora
Responsável pela Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 29 de Setembro de 2026

Allan Ramalho Ferreira
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos, Agente de Defensoria**, em 29/09/2026, às 10:54, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Natã Aparecida Biolcati, Agente de Defensoria**, em 29/09/2026, às 13:30, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 29/09/2026, às 16:07, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador
2065445 e o código CRC **B99809D2**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0033849

SAOF EDEPE - 2065445v2



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2026NR00631

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	33849/2026				
Evento	201100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA.								
Data Emissão	29/09/2026	PTRes	420151	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03128420057970000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor	360,00				
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>10</td><td>360,00</td></tr></table>						Mês	Valor	10	360,00
Mês	Valor								
10	360,00								
Observação									
CONTRATAÇÃO DE LUCIANA GROSS SIQUEIRA CUNHA PARA PROFERIR PALESTRA NO 2º ENCONTRO ANUAL DE COORDENADORES/AS REGIONAIS EDEPE									
Usuário									
Consultado Em	29SET2026	Horário	11:59						



AUTORIZAÇÃO DE RESERVA

AUTORIZAÇÃO RESERVA nº1018/2026
INICIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 33849/2026
CONTROLE DE PAGAMENTOS DO INSS
PATRONAL: 2400/2026

INTERESSADO: Luciana Gross Siqueira Cunha
CPF: 247.448.698-40
Ministério da Economia
CNPJ: 00.394.460/0033-29

ASSUNTO: Contratação da/o palestrante Luciana Gross Siqueira Cunha para o "II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe".

Senhor Diretor da Escola da Defensoria Pública

Para a despesa prevista neste processo indicamos os recursos orçamentários suficientes, nos termos do Decreto nº 70.333 de 12 de janeiro de 2026, publicado na mesma data.

FONTE DE RECURSOS: 175.930.066

PTRES: 420151

PROGR. DE TRAB.: 03.128.4200.5797.0000

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.36-12

QUOTA MENSAL	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	R\$ 2.864.722,48	-	-	R\$ 2.864.722,48
OUTUBRO	R\$ 1.101.616,18	R\$ 60,00	-	R\$ 1.101.556,18
NOVEMBRO	R\$ 1.072.724,28	-	-	R\$ 1.072.724,28
DEZEMBRO	R\$ 1.154.049,45	-	-	R\$ 1.154.049,45
TOTAL	R\$ 6.193.112,39	R\$ 60,00	-	R\$ 6.193.052,39

SILVIO CEZAR ALVES DOS SANTOS
Agente de Defensoria Pública - Contador
Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Natã Aparecida Biolcati
Agente de Defensoria Pública Administradora
Responsável pela Subárea de Orçamento e Finanças da EDEPE

Concordo e autorizo o estipulado acima, nos termos da legislação vigente.

EDEPE, aos 29 de Setembro de 2026

Allan Ramalho Ferreira
Defensor Público Diretor da EDEPE
EDEPE



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cezar Alves Dos Santos, Agente de Defensoria**, em 29/09/2026, às 10:57, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Natia Aparecida Biolcati, Agente de Defensoria**, em 29/09/2026, às 13:30, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 29/09/2026, às 16:07, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2065458** e o código CRC **7B2823B8**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2026/0002400

SAOF EDEPE - 2065458v2



PARECER AJ

Processo SEI nº 2026/0033849

Interessada: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Assunto: Contratação da Palestrante Luciana Gross Siqueira Cunha

**Inexigibilidade de
licitação.** Pagamento de
palestrante. Artigo 74,
inciso III, alínea f, da Lei nº
14.133/2021.
Disponibilidade de
recursos. Viabilidade.

Parecer AJ nº 488/2026

1. Tratam os autos de medidas preparatórias para viabilizar o pagamento da palestrante **Luciana Gross Siqueira Cunha**, que proferirá palestra durante o evento “*II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe*”, que será realizado no dia 06 de outubro de 2026, na Avenida Rangel Pestana, 315 - Sé - São Paulo - SP.

2. No Documento de Formalização de Demanda – DFD consta que a contratação foi solicitada e justificada pelo EDEPE, com previsão de duração de 1 hora (doc. 2059983), justificando que “*a contratação representará uma forma de consolidação da missão institucional da EDEPE*”, bem como que o evento “*contribuirá para um melhor desenvolvimento conjuntural em relação a temas diretamente atrelados aos Órgãos*”.

3. Foram encartadas a cópia do formulário de solicitação de realização do evento, preenchido pela EDEPE (doc. 2059984) e a programação do evento (doc. 2059985).

4. No Documento 2059986, consta a Deliberação do Conselho da EDEPE nº 17/2021, relativo à disciplina da remuneração de palestrantes em cursos e demais eventos promovidos pela Escola. Em seguida, foi encartado o currículo lattes da palestrante (doc. 2059987).

5. Os documentos para a contratação foram juntados no Processo 2026/0033848, protegido com restrição de acesso por conter informações pessoais, sendo composto por:

Ato Normativo DPG nº 238/2023	Documentos e Folhas
Artigo 15, inciso II	
a) <i>em caso de nomeação de representante, cópia da procuração que outorgue poderes à pessoa que o representará;</i>	N/A
b) <i>cópia do comprovante de residência (ou declaração de endereço);</i>	Doc. 2059991 - Justificativa da não inserção
c) <i>cópia dos documentos pessoais com foto do contratado ou do representante, se houver;</i>	Doc. 2059991 - Justificativa da não inserção
d) <i>comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);</i>	Doc. 2059973 – - fls. 09;
e) <i>consulta à situação cadastral no INSS (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais);</i>	Doc. 2065203
f) <i>comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	Doc. 2059991 - Justificativa da não inserção
g) <i>certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;</i>	Doc. 2059973 - fls. 01: válida até 12/03/2027;
h) <i>certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de inscrição na dívida ativa estadual do domicílio;</i>	Doc. 2059973 - fls. 03: válida até 22/10/2026;
i) <i>certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos tributários municipais do domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</i>	Doc. 2059973 - fls. 05: válida até 12/03/2027;
j) <i>certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas (CNDT);</i>	Doc. 2059973 - fls. 02: válida até 21/03/2027;
k) <i>consulta ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades estaduais (CADIN Estadual);</i>	Doc. 2059973 - fls. 04;
l) <i>pesquisa negativa de sanções administrativas do Estado de São Paulo (site: www.esancoes.sp.gov.br);</i>	Doc. 2059973 - fls. 06/07;
m) <i>extrato de pesquisa na relação de apenados do TCE/SP;</i>	Doc. 2059973 - fls. 08;
n) <i>comprovante de inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp;</i>	Certificado de Registro Cadastral – CRC no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (Doc. 2059973 - fls. 10);

o) <i>declaração conjunta de situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego ou de quem faça as suas vezes e de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; que assegura a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública; e de ciência do CADIN Estadual.</i>	Doc. 2059991 - Justificativa da não inserção
---	--

6. Além disso, foram trazidos aos autos os seguintes documentos:

- Ficha Cadastral (doc. 2059971);
- Cadastro SIAFEM (docs. 2065202);

7. O Defensor Público Diretor da EDEPE, manifestou-se pela conveniência e oportunidade da contratação da palestrante, corroborando a justificativa apresentada no DFD, destacando que a palestrante possui currículo apto a desempenhar a função, bem como dispensou a realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG nº 238/2023 (doc. 2059989).

8. Ato contínuo, foi lavrado o Termo de Referência, no qual foram explicitados o objeto, a descrição dos serviços, o valor do projeto, a forma de contratação e as condições de pagamento (doc. 2059990).

9. A Oficial de Defensoria da Subárea de Evento e Comunicação Audiovisual relatou a instrução dos autos e informou que não realizou a juntada da cópia autenticada do documento pessoal com foto da palestrante, considerando a natureza da contratação e os princípios da simplicidade, economia processual, celeridade, finalidade e eficiência (doc. 2059991).

10. No doc. 2059992 consta manifestação do Defensor Público Diretor da EDEPE, aprovando o Termo de Referência e informando que o valor total a ser pago é de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), já incluído o INSS patronal.

11. A autorização para a reserva financeira lançada pelo Defensor Público Diretor da EDEPE, bem como as informações das fontes de recursos para fazer frente às despesas e respectiva nota de reserva encontram-se nos documentos 2065445, 2065783 e 2067146, tudo com vistas ao pagamento da palestrante e recolhimento do INSS.

Vieram os autos para análise e parecer.

12. O artigo 111 da Constituição Estadual determina que a administração pública seja norteadada, entre outros princípios, pelo da motivação. No presente caso, há solicitação e justificativa para a realização do evento (docs. 2059983 e 2059984), bem como o Defensor Público Diretor da EDEPE, exarou juízo positivo de conveniência e oportunidade da realização do evento e da contratação da palestrante, com a dispensa da elaboração do ETP, nos termos dos artigos 2º e 4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023 (doc. 2059989).

13. A EDEPE é órgão auxiliar da Defensoria Pública, nos termos do artigo 58, I, da Lei Complementar Estadual nº 988, de 09/01/2006, e possui, dentre outras funções, “*promover a atualização profissional e o aperfeiçoamento técnico dos membros, estagiários e servidores, realizando cursos, conferências, seminários e outras atividades científicas relativas às áreas de atuação e às atribuições institucionais da Defensoria Pública do Estado*”.

14. Quanto ao fundamento legal do presente ajuste, devemos observar que a contratação pretendida se enquadra no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021, devido às suas características, autorizando a inexigibilidade de licitação:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

15. Para caracterização da inexigibilidade no caso dos autos, a lei traz os seguintes requisitos:

§3º - Para fins do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, considera-se de **notória especialização o profissional** ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

16. A notória especialização da palestrante foi demonstrada na documentação acostada aos autos (doc. 2059987), onde constam as informações sobre sua experiência prévia na prestação de serviços similares ao escopo da presente contratação.

17. No tocante à dispensa da realização do Estudo Técnico Preliminar - ETP, nos termos previstos no artigo 2º, parágrafo único do Ato Normativo DPG nº 238/2023, observo que as contratações por inexigibilidade não estão entre as hipóteses previstas nas alíneas, contudo, trata-se de rol meramente exemplificativo, sendo possível a dispensa do ETP em outras contratações, desde que devidamente justificadas. Assim, considerando os princípios da razoabilidade, da celeridade e da economicidade que regem as contratações públicas, corroboro a tese de que a contratação em tela, que possui menor complexidade, não requer a elaboração do ETP para sua formalização.

18. O valor da contratação, que totaliza R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), atende as exigências da Deliberação do Conselho da EDEPE nº 17/2021, que disciplina a remuneração de palestrantes em cursos e demais eventos promovidos pela Escola, trazendo maior segurança e clareza a tais contratações.

19. Verifica-se que foi indicada a fonte de recursos para fazer frente à despesa e efetuada a reserva, com a devida autorização da despesa pelo Defensor Público Diretor da EDEPE (docs. 2065445, 2065783 e 2067146).

20. Ainda, resta pendente a autorização da contratação, que nos termos do art. 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023, é competência do Diretor da EDEPE, que deverá ser divulgada e mantida

à disposição do público no sítio eletrônico da Defensoria, conforme dispõe o art. 24, §4º, do Ato Normativo DPG nº 238/2023. Após a contratação, também deverá ser publicado o extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 26, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

21. Com relação à documentação, verifica-se que não há óbice ao prosseguimento do feito. Apenas consigna-se que o Agente de Defensoria da EDEPE justificou a substituição da certidão do INSS pela consulta à situação cadastral do CPF, nos termos da orientação do E-Social (doc. 2065203).

22. Ressalte-se que, à luz do disposto no art. 26, I e II do Ato Normativo DPG nº 80/2014, a Assessoria Jurídica presta consultoria quanto aos aspectos jurídico-formais dos autos, não lhe competindo adentrar em questões relacionadas à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito dos órgãos internos, nem analisar elementos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou financeira.

23. Por fim, destacamos a extrema importância quanto à necessidade de zelo dos servidores públicos responsáveis pela condução da contratação em questão com relação a potenciais conflitos de interesse, nos termos das normas vigentes.

24. Ante o exposto, entendo que poderá ser dado prosseguimento às providências necessárias ao pagamento da palestrante, atentando-se para as observações dos itens 20 e 23 deste parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Jose Manzutti Neto, Assistente Técnico**, em 01/10/2026, às 15:06, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2069632** e o código CRC **291D7674**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br



APROVAÇÃO DE PARECER AJ

Considerando que o presente parecer trata de entendimento jurídico já consolidado pela Coordenação da Assessoria Jurídica e conforme previsão do art. 2º, §1º, da Instrução Normativa AJ nº 01, de 19/08/2015, ratifico o Parecer AJ nº 488/2026 (doc. 2069632), emitido pelo Assistente Técnico I, Adolpho José Manzutti Neto, elaborado nos termos do artigo 21, parágrafo único, do Ato Normativo DPG nº 238, de 28/03/2023, pelos fundamentos que apresenta.

Como se trata de contratação alcançada pela solicitação do Ofício CG nº 01/2023, encaminhem-se os autos, simultaneamente:

- a) à Controladoria-Geral, para ciência;
- b) à EDEPE, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Maria Cavalheiro Madeira, Assessora Técnica**, em 01/10/2026, às 15:07, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2069657** e o código CRC **B3B3AD7B**.

Rua Boa Vista, 200 5º andar - Bairro Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br



MANIFESTAÇÃO

Ante os elementos e informações constantes dos autos do Processo SEI nº 2026/0033849, notadamente o **Parecer AJ nº 488/2026**, o qual acolho e adoto como razão de decidir, **declaro inexigível e autorizo a contratação de Luciana Gross Siqueira Cunha**, para proferir palestra no curso “II Encontro Anual de Coordenadores/as Regionais Edepe”, a ser realizado no dia 06/10/2026, com base no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do artigo 24, do Ato Normativo DPG nº 238/2023.

Com fundamento no artigo 19 do Ato Normativo DPG nº 238/2023, designo a Servidora, Andrea Silva Britto, como gestora da contratação.

Encaminhem-se os autos à Subárea de Orçamentos e Finanças para emissão de Nota de Empenho no valor de **R\$ 300,00** (trezentos reais) mais 20% desse valor, ou seja, **R\$ 60,00** (sessenta reais) relativos ao INSS patronal, totalizando **R\$ 360,00** (trezentos e sessenta reais).

Após, devolvam-se os autos à Subárea de Eventos e Comunicação Audiovisual, para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 05/10/2026, às 08:34, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2074216** e o código CRC **390C5865**.

Rua Líbero Badaró, 616 4.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE RESERVA - 2026NR00656

Unidade Gestora	420031								
Gestão	00001			Processo	33849/2026				
Evento	206100 - RESERVA DE DOTACAO ORCAMENTARIA(CANCELAMENTO)								
Data Emissão	05/10/2026	PTRes	420151	Unidade Orçamentária	42001				
Programa Trabalho	03128420057970000			Fonte Recurso	175930066				
UG Responsável	420010	Natureza da Despesa	339036	Valor	60,00				
Cronograma									
<table><tr><td>Mês</td><td>Valor</td></tr><tr><td>10</td><td>60,00</td></tr></table>						Mês	Valor	10	60,00
Mês	Valor								
10	60,00								
Observação									
CANCELAMENTO PARCIAL TENDO EM VISTA QUE A NATUREZA DO INSS NÃO EXIGE RESERVA									
Usuário									
Consultado Em	05OUT2026	Horário	10:36						



NOTA DE EMPENHO - NE

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE04471

UG	420031 - FED-ESCOLA DA DEFENSORIA PUB. ESTADO-FUNDEPE
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	05OUT2026

CNPJ/CPF/UG	24744869840 - LUCIANA GROSS SIQUEIRA CUNHA
Credor	LUCIANA GROSS SIQUEIRA CUNHA
Endereço	
Cidade	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	42001	03128420057970000	175930066	33903625	420010	000.000.0100	420151

No Processo	33849/2026	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14133/2021		
Licitação	06 - INEXIGIVEL	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	300,00 (trezentos reais)
----------------------	--------------------------

Cronograma	
Mês	Valor
10	300,00

Item:	001	Unidade de Medida	1	Quantidade	0001	Preço Unitário	300,00	Preço Total	300,00
Descrição: 2026/0033849EMPENHOCONTRARATAÇÃO DA PALESTRANTE LUCIANA GROSS SIQUEIRA CUNHAII ENCONTRO ANUAL DE COOORDENADORES/AS REGIONAISEDEPE									

Total ou Valor a Transportar R\$	300,00
Local de Entrega	ESCOLA DA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO SP
Data de Entrega	31DEZ2026

ALLAN RAMALHO FERREIRA

33277378861

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	TATIANA OLIVEIRA DE JESUS - 420031
--------------------------	------------------------------------



Documento assinado eletronicamente por **Allan Ramalho Ferreira, Diretor da Escola da Defensoria Pública**, em 05/10/2026, às 14:17, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **2074786** e o código CRC **BAA1098F**.

Rua Líbero Badaró, 616 7.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

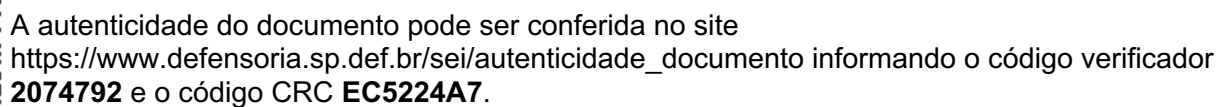
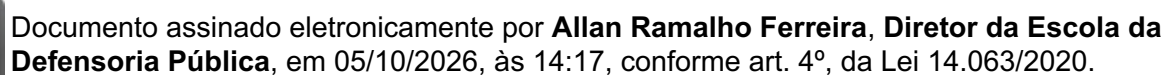
2026/0033849

SAOF EDEPE - 2074786v2



**DIRETORIA DA ESCOLA DA DEFENSORIA
PÚBLICA
SUBÁREA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE04472



2026/0002400

SAOF EDEPE - 2074792v2